

George Fredman Santos Oliveira

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino
Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina

Florianópolis
2019

George Fredman Santos Oliveira

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino
Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre
Fernandez Vaz

Florianópolis
2019

Oliveira, George Fredman Santos
A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino
Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina /
George Fredman Santos Oliveira ; orientador,
Alexandre Fernandez Vaz, 2019.
206 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Campanhas Educacionais. 3. Ensino
Médio. 4. Ensino Secundário. 5. Formação de
Professores. I. Vaz, Alexandre Fernandez. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)
no Estado de Santa Catarina**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 14/05/2019

Dr Alexandre Fernandez Vaz (MEM/CED/UFSC - Orientador)

Drª Claricia Otto (MEM/CED/UFSC - Examinadora)

Dr Norberto Dallabrida (UDESC/SC - Examinador)

Dr Antônio Jorge Gonçalves Soares (UFRJ/RJ - Suplente)

**George Fredman Santos Oliveira
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/MAIO/2019**

Profa. Dra. Soraya Franzoni Conde
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC
Portaria 2098/2018/GR

AGRADECIMENTO

Agradecer, na minha opinião, é o caminho curto para se cometer injustiça. Feita essa desajeitada *mea culpa*, agradeço ao meu companheiro Hércules Toledo, pela presença, apoio, espera amorosa e pela revisão do texto. À amiga Madalena pela motivação e normalização do trabalho.

Aos amigos e companheiros de trabalho no Arquivo Central da UFSC pela compreensão, paciência e motivação, obrigado Ezmir, Bianca, Luana, Luize, Ana, Silvia, Iuri e Aline.

Às amigas e companheiras do PPGE Elaine, Fabiana e Marlise, pelo acolhimento, pelo compartilhamento de conhecimento, pela presença solidária me socorrendo com as questões de ordem acadêmica e prática.

À Denise, responsável pelo acervo no PROEDES na UFRJ pela atenção e presteza. Aos amigos Jonas e Joel Windle pela recepção e hospitalidade.

Obrigado ao PPGE e à UFSC pela oportunidade de formação, meus dias nesta instituição foram muito ricos e de crescimento!

E por fim, agradeço imensamente às professoras Ione Valle, Clarícia Otto e Maria das Dores Daros, vocês são responsáveis por uma grande mudança na minha condição de estudante-pesquisador; ao professor Ademir por me apresentar o caminho para fontes, inestimáveis ao resultado do trabalho. E ao orientador, professor Alexandre Vaz por apostar e receber um forasteiro sob sua supervisão.

RESUMO

No ano de 1953 o Ministério da Educação e Cultura publica o Decreto nº 34.638 que institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Campanha franqueada por farta propaganda no território nacional, estratégia distintiva dos governos desde Getúlio Vargas nos meios comunicadores, ocorrência que indica a capilaridade deste projeto governamental para a formação de professores do ensino secundário em todo o Brasil. Em Santa Catarina um periódico local informa a chegada da Campanha naquele ano, como previsto no Decreto instituidor, foram desenvolvidas muitas atividades no interior e na capital mediadas por agentes, entre os quais a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, a Inspeção do Ensino Secundário no estado, e - logo após a criação da Universidade Federal de Santa Catarina no início dos anos 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta dissertação investiga o desenvolvimento da Campanha em Santa Catarina apropriando-se como *corpus* da pesquisa qualitativa os documentos presentes nos acervos da Universidade Federal de Santa Catarina, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Catarinense, Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Arquivo Nacional e da página na rede mundial de computadores Domínio Público do Ministério da Educação. A pesquisa sobre a Campanha em Santa Catarina registra a fisionomia histórica e sociológica da formação de professores por este instrumento governamental numa reflexão descendente-ascendente articulando pressupostos teórico-metodológicos seminais como os pensados por Durkheim e Weber, e autores contemporâneos, entre os quais Adorno, Austin, Bourdieu, Benjamin, Habermas, Wittgenstein. A conclusão desse trabalho propicia encontrar a conjunção desse modelo de ação governamental (o campanhismo) sobre a educação no plano nacional e estadual em movimento, como um pêndulo sobre um arco histórico-sociológico que se estende entre as leis orgânicas da década de 1940 até a Lei de Diretrizes e Bases dos anos de 1960, cujo desfecho, após um intenso investimento na conversão semântica do ensino secundário em ensino médio, fundamentado na linguagem *justecnocrata* da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, há a colisão contra o ramo de ensino chamado ensino secundário e a abertura do modelo que ocupará o seu lugar na reforma do ensino de segundo grau do ano de 1971.

Palavras-chave: Campanhas Educacionais. Educação. Ensino Médio. Ensino Secundário. Formação de Professores.

ABSTRACT

In 1953, the Brazilian Ministry of Education (MEC) issued the Federal Act No. 34638, that created the Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education. This Campaign was displayed by large advertising throughout the country during Getúlio Vargas presidential term and was characterized by being a distinctive government strategy in the media since then, which demonstrated the overall extension of this government project for the training of secondary school teachers. In Santa Catarina, a local newspaper reported the start of the Campaign in that same year, and as provided in the Federal Act, a variety of activities were done in the countryside as well as in the capital, mediated by many agents, such as Secretaria de Educação e Cultura (Secretariat of Education and Culture) of the state of Santa Catarina, Inspeção do Ensino Secundário (Inspectorate of Secondary Education) of the state, and - after the creation of Universidade Federal de Santa Catarina in the early 1960s, the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Faculty of Philosophy, Sciences and Letters). This dissertation investigates the development of the Campaign in Santa Catarina and makes use of, as corpus of qualitative research, the documents preserved in the Archives of Universidade Federal de Santa Catarina, Public Archive of the state of Santa Catarina, Digital Newspaper Archive of the National Library, Digital Newspaper Library of the state Santa Catarina, Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Program of Studies and Documentation Education and Society) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Archive, and the internet page of the Public Domain of the Ministry of Education. The research on the Campaign in Santa Catarina records the sociological and historical physiognomy of teachers education by this governmental apparatus with the aid of descending-ascending reflections which articulate the classic theoretical approach and methodological assumptions of scholars such as Durkheim and Weber, alongside other contemporary authors including Adorno, Austin, Bourdieu, Benjamin, Habermas, and Wittgenstein. This work allows us to unearth the conjunction of this model of governmental behavior in what concerns Education at national and state levels in action. It also takes into consideration the historical-sociological contexts that encompass the period from the 1940's organic laws to the 1960's Law of Directives and Bases of National Education, and which outcome, after an intense investment in semantic conversion of secondary education to high school based on the justecnocrata language of Diretoria do Ensino Secundário -

Ministério da Educação e Cultura (Board of Secondary Education - Ministry of Education and Culture), presents the crash against the type of education termed secondary and the transition to the model that will occupy its place in the high school reform in 1971.

Keywords: Education. High School. Secondary School. Educational Campaigns. Teacher Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Arco Histórico-Sociológico.....	98
Figura 02 - Transição temporal-terminológica do ensino secundário-ensino médio.....	116
Figura 03 - Mapeamento da CADES no estado de Santa Catarina em 1965.....	135
Figura 04 - Mapeamento da CADES no estado de Santa Catarina em 1967.....	136

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Recorte do jornal <i>A Luta Democrática, um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar</i> ; notícia o curso para professores pela CADES entre os meses de julho a agosto em Rio Branco, Acre. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1954.....	38
Imagem 02 - Recorte de jornal, aviso do curso para professores pela CADES em Pernambuco, <i>O Diário de Pernambuco</i> de 20 de novembro de 1956.....	39
Imagem 03 - Recorte de jornal, Convite publicado no <i>Diário de Notícias de Porto Alegre</i> em 1º de setembro de 1957, Jornada de Estudos da CADES.....	40
Imagem 04 - Composição de recortes de jornal, a CADES na década de cinquenta em Santa Catarina.....	46
Imagem 05 - Composição de recortes de jornal, <i>A Universidade e a Faculdade de Filosofia</i> de Paulo Fernando Lago.....	53
Imagem 06 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 1.....	54
Imagem 07 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 2.....	55
Imagem 08 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 3.....	56
Imagem 09 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 4.....	57
Imagem 10 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para a UFSC/FAFIL em 14 de janeiro 1963, p. 1.....	60
Imagem 11 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para a UFSC/FAFIL em 14 de janeiro 1963, p. 2.....	61
Imagem 12 - Composição de recortes de jornal, a CADES na década de sessenta em Santa Catarina.....	65

Imagem 13 - Recorte do jornal <i>O Estado, o diário mais antigo de Santa Catarina</i> à quinta página de 18 de novembro de 1964 a Diretoria do Ensino Industrial comunica que não receberá novos pedidos de criação de novas unidades escolares.....	77
Imagem 14 - Recorte do jornal <i>O Estado, o diário mais antigo de Santa Catarina</i> à quinta página de 13 de dezembro de 1964; notícia sobre a assinatura do regulamento dos cursos técnicos industriais estaduais.....	77
Imagem 15 - Composição de recortes do jornal <i>O Estado, o diário mais antigo de Santa Catarina</i> . Edital 1/64 abre inscrição aos exames de suficiência; <i>A CADES e um imbecil</i> de Péricles Prades.....	86
Imagem 16 - Fac-símile da correspondência da SEC/SC para a UFSC/FAFIL em 26 de setembro de 1963, p. 2.....	87
Imagem 17 - Relação de candidatos aprovados no exame de suficiência, “feitos nos moldes da CADES” pela UFSC/FAFIL de 03 de junho de 1963, p. 1.....	88
Imagem 18 - Relação de candidatos aprovados no exame de suficiência, “feitos nos moldes da CADES” pela UFSC/FAFIL de 03 de junho de 1963, p. 2.....	89
Imagem 19 - 1ª parte da prova de português do primeiro exame de suficiência em 15 de fevereiro de 1963. Produção de texto sobre o tema - Os ginásios normais e sua importância para a Comunidade.....	91
Imagem 20 - Composição de recortes do jornal <i>O Estado, o diário mais antigo de Santa Catarina</i> iniciativas da CADES no ano de 1964 em Santa Catarina.....	94
Imagem 21 - Recorte do jornal <i>O Estado, o diário mais antigo de Santa Catarina</i> de 31 de janeiro de 1964, expansão do ensino médio no estado, crescimento significativo dos ginásios normais, criação de 59 cursos normais entre 1961 e 1963.....	131
Imagem 22 - Fichas individuais das candidatas e candidatos ao exame de suficiência da edição do curso preparatório da CADES do ano de 1966.....	132

Imagem 23 - Bilhetes de ônibus. Rápido Sulino e Auto Viação São Cristóvão, 1963.....	141
Imagem 24 - Recorte de jornal, tema no VIII Congresso Nacional de Professores Primários.....	142
Imagem 25 - Composição de imagens das fontes, recortes de jornal e documentos da CADES.....	144
Imagem 26 - Cópia da carteira de registro de professor contendo os dados do titular, a disciplina e o ciclo ao qual está autorizado a lecionar.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Lista de dissertações e teses que fazem referência à CADES.....	23
Quadro 02 - Faculdade Catarinense de Filosofia, relação matrícula conclusão de curso entre 1955-1959.....	49
Quadro 03 - Lista de atos legislativos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no ano de 1959.....	110
Quadro 04 - Ensino de segundo grau e seus ramos nas leis orgânicas dos anos 1940.....	113
Quadro 05 - Educação de grau médio LDB de 1961.....	114
Quadro 06 - Legenda: Mapeamento da CADES no estado de Santa Catarina em 1967.....	137
Quadro 07 - Legenda: Composição de imagens das fontes, recortes de jornal e documentos da CADES.....	145
Quadro 08 - Relação matrícula-habilitação no curso da CADES de 1965 na FAFIL.....	147
Quadro 09 - Relação matrícula-habilitação no curso da CADES de 1967 na FAFIL.....	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALESC Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BN Biblioteca Nacional
BR Brasil
CADES Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAEC Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAI Comissão Brasileiro-Americana para o Ensino Industrial
CBO Classificação Brasileira de Ocupações
CES Conselho Estadual de Educação
CFE Conselho Federal de Educação
CMV Comissão da Memória e Verdade
CNAE Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNE Conselho Nacional de Educação
CNER Campanha Nacional de Educação Rural
CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Cr\$ Cruzeiros
DEC Diretoria do Ensino Comercial
DEI Diretoria do Ensino Industrial
DES Diretoria do Ensino Secundário
EDIFURB Editora da Fundação Universidade Regional de Blumenau
FAEC Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina
FAFIL Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FGV Fundação Getúlio Vargas
FNEM Fundo Nacional do Ensino Médio
FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau
GOT Ginásio Orientado ao Trabalho
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCH Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISES Inspeção do Ensino Secundário
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC Ministério da Educação e Cultura
NCr\$ Cruzeiros Novos
PLAMEG Plano de Metas do Governo de Santa Catarina
POE Plano de Obras e Equipamentos
PREMEM Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

PROEDES Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
PSD Partido Social Democrático
PUC Pontifícia Universidade Católica
RBE Revista Brasileira de Educação
RBEP Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RJ Rio de Janeiro
SC Santa Catarina
SEC Secretaria Estadual de Educação e Cultura
SEEC Serviço de Estatística da Educação e Cultura
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SP São Paulo
UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN União Democrática Nacional
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
USAID Agência Norte-Americana de Ajuda Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 <i>Rerum scriptum</i>	19
1.2 O pêndulo e o relógio, ou um começo improvável.....	25
1.3 Marcos teóricos.....	28
1.3.1 Passagens.....	29
1.3.2 Passagem dialética.....	31
1.3.3 Dupla negatividade.....	34
2 A CADES EM SANTA CATARINA, OU UMA MÍNIMA HISTÓRIA A CONTRAPELO.....	45
2.1 Um <i>clichê</i> na década de 1950.....	45
2.2 A FAFIL na campanha na década de 1960.....	49
3 ARCO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO.....	97
3.1 O contraforte: década de 1940.....	99
3.2 A primeira flecha: década de 1950.....	109
3.3 A segunda flecha: década de 1960.....	113
3.4 Rostos da Campanha e de onde vieram.....	131
3.5 O epílogo de uma Campanha.....	147
4 CONCLUSÃO.....	153
4.1 A interlocução com as fontes.....	153
4.2 A Campanha, um recurso tipológico.....	157
4.3 Passagens abertas por uma Campanha.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	161
ANEXOS.....	197
Anexo 01 - Tabela 1 - Ensino geral, unidades escolares e matrículas, dados nacionais 1947-1949.....	198
Anexo 02 - Tabela 2 - Ensino Geral, unidades escolares e matrículas, dados de Santa Catarina/Florianópolis 1947-1949.....	199

Anexo 03 - Tabela 3 - Ensino Geral - unidades escolares, corpo docente e matrícula geral, dados de Santa Catarina 1953-1954.....	200
Anexo 04 - Tabela 4 - Ensino geral, variante corpo docente Brasil/Santa Catarina/Florianópolis 1947-1949.....	201
Anexo 05 - Tabela 5 - Ensino Geral - unidades escolares, corpo docente e matrícula inicial, dados nacionais e estaduais 1957-1959.....	202
Anexo 06 - Tabela 6 - Ensino médio em geral cursos existentes, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa 1964-1971.....	203
Anexo 07 - Tabela 7 - Ensino secundário professor-curso segundo o ciclo didático e a dependência administrativa 1964-1971.....	204
Anexo 08 - Tabela 8 - Ensino Secundário cursos existentes segundo o ciclo didático e a dependência administrativa, por unidades da federação 1969-1970.....	205
Anexo 09 - Tabela 9 - Matrículas e cursos técnicos em Santa Catarina 1969-1970.....	206

1 INTRODUÇÃO

1.1 *Rerum scriptum*

O período formativo que atualmente se chama ensino médio no Brasil é objeto de estudo com relativa consolidação nas pesquisas em Educação. As variações terminológicas que rotulam esse tempo de formação movem-se entre as denominações matriciais: instrução secundária, ensino secundário, grau secundário, segundo grau, escola secundária - nas origens sobretudo, às formas contemporâneas: ensino médio, grau médio, nível médio. Por vezes os termos são usados fora de sua textura, ou associados, assumindo *equivalência*.

Para que esta breve recensão não se perca nas peculiaridades terminológicas são acolhidos os traços que cada nomenclatura atribuída figura em seu próprio contexto. Numa compreensão geral, essa fase formativa é a que se localiza entre a formação inicial e a formação superior, o ensino que está no meio¹ (NÓVOA, 2005; DALLABRIDA, 2014; LUC, 2005).

A produção literário-científica existente explora vários motes a respeito desse momento do ensino: sua gênese e constituição, suas finalidades formativas, sua forma e conteúdo, suas ramificações; coligindo abordagens e referências intelectuais as mais diversas.

A pretexto de um painel sumário citam-se alguns pesquisadores e os correlativos trabalhos que ocorrem ao debate sobre essa etapa formativa. A apresentação é sucinta, o propósito é introdutório, desprezioso de esgotar a representatividade do universo do conhecimento produzido a respeito do tema.

Os critérios aplicados são a ocorrência dominante dos termos ensino-educação-escola-ginásio secundário e seus correlatos, as datas limites de meados do século XX aos dias de hoje, aproximadamente, e o fluxo do geral para o particular: Brasil, Região Sul, estado de Santa Catarina.

¹ Jean-Noël Luc na França, Antônio Nóvoa em Portugal, Ariclê Vechia e Norberto Dallabrida no Brasil mencionam a expressão “o todo poderoso império do meio” atribuindo-a a Lucien Febvre: *Vue d'ensemble. Cinquante ans d'enseignement français* da *Éducation et instruction* do ano de 1939, tomo XV de *l'Encyclopédie Française* por Bouglé Célestin, publicado em Paris pela *Société De Gestion De L'Encyclopédie Française*.

O primeiro a ser mencionado é Joaquim de Campos Bicudo com a compilação *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação* (de 1931 a 1941, inclusive), publicado pela Associação dos Inspectores Federais de Ensino Secundário de São Paulo em 1942.

Geraldo Bastos Silva, nos anos de 1959 e 1969 publica a *Introdução Crítica do Ensino Secundário* e *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria* respectivamente, tal que a primeira é uma produção no quadro da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), promovida pela Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Maria Thetis Nunes em 1962 publica o *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*, imbuída das iniciativas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dois anos antes do fechamento desse Instituto por ocasião do golpe civil-militar de 1964. De 1968, os *Cem anos de estudo secundário no Brasil, 1826-1926* de Henrique Dodsworth, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); duas obras auspiciadas pelo Ministério da Educação por meio de suas entidades de estudos e pesquisas.

Tomando como cenário um ginásio na periferia da capital de São Paulo entre o final dos anos 1950 e a década de 1960, João Batista Borges Pereira escreveu *A escola secundária numa sociedade em mudança*, publicado no ano de 1969. Construção textual invulgar, teórica e metodologicamente bem articulada, oferece um estudo de caso no ambiente escolar e seus nexos administrativos, comunitários, as expectativas dos alunos, pais, professores, estado próximas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dos anos 1960.

Texto seminal é o de Maria de Lourdes Mariotto Haidar publicado em 1972 com o título *O ensino secundário no Império Brasileiro*, obra que perfaz o período imperial no país, bastante citada nos trabalhos posteriores. De igual importância, no de 1973 o livro *História da Educação no Brasil* de Otaíza de Oliveira Romanelli dedica considerável atenção ao ensino secundário em suas páginas.

Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem de autoria de Clarice Nunes é publicado em 1980; alguns anos mais tarde Nelson Piletti publica o *Ensino de 2º Grau: educação geral ou profissionalização?* no mesmo ano que a Assembleia Constituinte entrega a nova Constituição Federal.

O secundário: esquecido em um desvão do ensino? escrito por Cláudio de Moura Castro é publicado pelo INEP no ano de 1997.

No ano seguinte, representando a região sul do país, Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz publicam o *Programa de ensino da escola*

secundária brasileira, 1850-1951. Nos anos 2000 são publicados com a organização de Ariclê Vechia e Maria Auxiliadora Cavazotti *A Escola Secundária: modelos e planos* (2003). Passados três anos, Ione Ribeiro Valle e Norberto Dallabrida organizam o livro *Ensino Médio em Santa Catarina: Histórias, políticas e tendências*. São também do professor Dallabrida e Celso João Carminati a organização d'*O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina final do século XIX meados do século XX* de 2007, e *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil* organizado com Rosa Fátima de Souza em 2014.

Textos e contextos: um esboço da CADES na história da educação (matemática) de autoria de Ivete Maria Baraldi e Rosinéte Gaertner publicado pela Editora da Fundação Universidade Regional de Blumenau (EDIFURB) no ano 2013 é a produção bibliográfica que se dedica especialmente à Campanha e especificamente ao ensino da matemática.

Os trabalhos que refletem sobre a formação de professores, e particularmente a formação de professores do ensino secundário/médio existem numa espiral bastante numerosa, a maioria no formato de artigos em periódicos científicos. O fio dessa espiral torna-se volumoso com a inserção dos periódicos em formato digital desde o início dos anos 2000, década a partir da qual consegue-se recuperar razoável informação a respeito da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, doravante CADES, cuja variação de abordagens (considerando as matrizes metodológicas e teóricas) é também ampla, há uma evidente inclinação para os estudos da história e sociologia das disciplinas e do currículo, das instituições escolares e das experiências, trajetórias e relatos de vida dos professores formados pela Campanha.

Trabalhos anteriores à plataforma digital são recorrentes nas citações dos textos mais próximos no tempo, como os da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) cujos autores presentes à produção são Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Jayme Abreu, Lauro de Oliveira Lima para citar alguns intelectuais estabelecidos na formação do pensamento educacional no país.

Tanto a produção mais distanciada quanto a mais recente trazem, algumas delas, alguma informação sobre a CADES, umas de forma tangencial outras de maneira frontal. Quadro que se repete, novamente, na produção acadêmica das pós-graduações.

Referência fundamental neste sentido é o texto de Máximo Augusto Campos Masson, *A CADES e a qualificação do magistério*: notas para compreensão sociológica de uma campanha educacional no

Brasil 50/60. Monografia escrita no início dos anos 1990 para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abre a discussão sobre a Campanha como objeto de pesquisa propriamente dito, oferece elementos analíticos e uma periodização sobre as quais as pesquisas posteriores vão acumular outros matizes teórico-metodológicos.

Pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo termo: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário retornou o resultado de 1.082.734 trabalhos. O volume desse resultado não expressa a realidade do interesse acadêmico sobre o tema específico; mesmo utilizando padrões de interoperabilidade e tecnologias de dados abertos consolidados em redes digitais de bibliotecas em todo mundo, o sucesso da busca no catálogo está condicionado à qualidade dos metadados inseridos nos descritores das produções acadêmicas, os quais são responsabilidade das instituições universitárias de origem, a falta de indexadores padronizados e vocabulários controlados resultam neste inconveniente nas pesquisas digitais que recuperam informação pela relevância de termos isolados. Outro fator inoportuno para esse tipo de levantamento é a coexistência de produtos anteriores à plataforma digital de coleta, cujos metadados são ainda mais sensíveis à confiabilidade na mineração dos resultados. Aplicando-se as aspas para refinar a consulta o resultado caiu drasticamente para 11 itens. Novamente: este exercício ajuda, mas como uma alternativa possível proporcionada pelo ambiente tecnológico de hoje, para visualizar o *status* da pesquisa sobre essa Campanha, e demonstrar que o seu estado da arte neste momento é provisório.

Para que se pudesse cotejar, mesmo que minimamente, a existência de pesquisas eventualmente ignoradas na base de dados da CAPES, uma consulta minuciosa das indicações bibliográficas de mais de cinquenta artigos produzidos e trabalhos apresentados em eventos nas duas últimas décadas foi realizada. O retorno foi suficiente para corroborar a listagem do catálogo de teses e dissertações, trazendo acréscimos cujo impacto respalda a singularidade e exemplaridade do que significa a CADES na relação Brasil-Santa Catarina. Segue uma apresentação e comentário não exaustivos dessa exploração.

São elencadas em ordenação cronológica onze dissertações e cinco teses que ora buscam nas ações ou produtos da CADES seu objeto de pesquisa ora tem seu objeto situado no recorte e ambiente no qual a Campanha transcorreu, sendo mencionada no trabalho em algum momento:

Quadro 01: Lista de dissertações e teses que fazem referência à CADES

1 *A educação para o trabalho no ensino de primeiro grau*: em busca de sua gênese, de Elza Marie Petruceli Carayon. Dissertação de Mestrado pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, 1987. Embora sua proposta seja estudar a educação para o trabalho o texto apresenta muitas relações e intervenções da Diretoria do Ensino Secundário.

2 *Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)* de Sílvia Asam da Fonseca. Dissertação de Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

3 *Quando fui professor de matemática no Lyceu de Goiânia*: um estudo sobre a prática docente na década de 1960, de Rafaela Silva Ribeiro. Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal De Goiás, 2010.

4 *Circulação de ideias sobre a renovação pedagógica do ensino secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos*, de Fabiana Teixeira da Rosa. Dissertação de Mestrado em educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014.

5 *A formação de professores de matemática na Bahia (1953- 1971)*: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, de Daniela da Silva Rocha. Dissertação de Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia, 2014.

6 *Lauro de Oliveira Lima e a escola secundária*: um estudo de sua produção intelectual ao longo de sua trajetória profissional (1945-1964), de Lia Marcia Ando. Dissertação de Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo, 2015.

7 *Maria Constança Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-grandense*, de Daniela Felisberto da Silva. Dissertação de Mestrado em Educação pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

8 *O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de história em Goiás (1964-1979)*, de Rodrigo Mendes Oliveira. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás, 2015.

9 *Como ensinar matemática no curso ginásial*: um manual da CADES e suas propostas para a formação de professores de matemática, de Marcos Henrique Silva Lopes. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

continua

conclusão

10 Perspectivas históricas das inflexões curriculares da educação secundária em relação ao ensino de ciências: estudo com foco nas décadas de 1930 e 1960, de Natiane Cristina Costa Nascimento. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológico de Minas Gerais, 2016.

11 Uma história do ensino de matemática no Colégio Luzia Silva (1959-1967), de Marta Mariele Barreto de Almeida. Dissertação de Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

12 Da suficiência à graduação: percursos da formação em educação física no Ceará, 1950 a 1970, de João Airton de Matos Pontes. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, 2013.

13 O ensino de matemática no Rio Grande do Norte nos idos de 1960 a 1980, de Liliane dos Santos Gutierre. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2.008

14 Sobre formação e prática de professores de Matemática: estudo a partir de relatos de professores, década de 1960, João Pessoa (PB) de Marta Maria Mauricio Macena. Tese de Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Rio Claro, 2013.

15 Diários de viagens de Malba Tahan: história e memória da formação de professores de matemática na CADES, de Juraci Conceição de Faria Oliveira. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Estadual De Campinas, 2011.

16 A ordem do bem ensinar, a prática de ensino em livros para professores de geografia em formação, de Janete Regina de Oliveira. Tese de Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, 2018.

Fonte: do autor, informações coletadas no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES e bancos de dissertações e teses de instituições acadêmicas, 2018.

Essa pequena lista demonstra os aspectos significativos que se pretende expor do rastreamento do tema na produção acadêmica pelo país.

O primeiro é a capilaridade. Exceto pela região Norte, as demais regiões estão representadas, e em boa parte dos casos com a indicação de que a Campanha foi executada pelo menos nas capitais dos estados e/ou nas cidades de médio e maior porte.

O segundo é a evidência da proposta formativa da Campanha sobre os pilares: a) os seus destinatários, b) os seus produtos (revistas, cursos, manuais), c) o papel que desempenhou na formação docente no período em que vigorou e d) a passagem que marca os modelos do ensino secundário dos anos 1940 e o que surge do seu ocaso no início dos anos de 1970.

O terceiro e último aspecto é o desenvolvimento dado pelos pesquisadores do ensino de matemática, que até o momento é mais abundante que os de outras disciplinas. A formação de professores em História e Ciências também têm apresentado produtos nos quais a Campanha aparece como instrumento.

1.2 O pêndulo e o relógio, ou um começo improvável

O título anterior: *O pêndulo e relógio* pretende instigar o leitor à curiosidade pelo seu significado e relação com a proposta da pesquisa; o pêndulo e o relógio: movimento na estabilidade, estabilidade em movimento. O relógio é o artefato que recolhe a força motriz que põe o tempo cronológico em movimento aos olhos da humanidade numa direção, fraciona o tempo.

Trata-se de uma alegoria recorrente que será impressa como recurso textual que se pretende ir se intensificando à medida que a escrita sobre o objeto está sendo construída. A imagem, contrabandeada da física clássica, remete à captura da coordenação das grandezas físicas: aceleração da gravidade, massa de um corpo, periodicidade de oscilação.

A alegoria deveria ser suficiente por si em oferecer as pistas hermenêuticas de sua figuração, em todo caso, é prudente justificar no trabalho acadêmico o seu uso e o seu propósito.

O pêndulo é um sistema muito simples, abreviando o que ensina Lima e Piacentini (1984), consiste na massa de um corpo qualquer pendente por um fio (não elástico, de massa desprezível) num ponto fixo – pêndulo simples. A amplitude, ou seja, a distância entre o corpo pênsil, ponto de fixação e a aceleração da gravidade determina a frequência e o ângulo da oscilação no polo oposto ao vértice.

Sabendo-se que as instâncias sócio-históricas não se resolvem pelas equações das ciências (ditas) naturais, essa alegoria configura-se uma estratégia discursivo-metodológica para se refletir sobre o seguinte: a educação, em determinado ponto e aceleração históricas: a educação no Brasil, noutro ponto e aceleração: a educação no Brasil por meio da CADES; noutro ainda: a educação por meio da CADES em Santa Catarina... nesse simples exercício quer-se fazer visualizar como, para

esta instância da educação, ao se estabelecer um eixo de abordagem que pode ser o teórico-metodológico para dada ciência, estrutural-normativo para dado modelo governamental, pedagógico-cognitivo para as práticas escolares (o ponto fixo, na acepção de base de sustentação pragmático-analítica) não sendo um dado natural é, outrossim, sócio-historicamente condicionada, não como no determinismo-positivismo científico, mas condicionada no sentido de produto cultural a um tempo envolta e vinculada e noutra “enfeitada” (fetichizada) pelos partícipes que fazem parte do conjunto da performance social.

Vê-se que na medida em que a distância do seu fio é encurtada ou alargada, o exercício da força de aceleração da gravidade (as forças sócio-históricas) reage e devolve resultados diferentes de maior ou menor abrangência (ângulo de oscilação oposto ao vértice) como no movimento pendular.

O alinhamento do centro de gravidade do objeto em relação ao ponto de fixação no seu eixo é chamado de ponto repouso, enquanto a oscilação de frequência periódica é chamada de movimento harmônico (MARQUES, 2012), que, por fim, inalteradas as condições a que estão submetidas o objeto, equivalem-se à inércia (parado permanece parado, em movimento permanece em movimento). Tanto numa como noutra circunstância fica evidente a previsibilidade do comportamento do objeto frente à ausência ou aplicação de forças.

Escoimados os pormenores positivistas desse tutorial grosseiro de física clássica, aventa-se por essa imagem a apreensão proporcionada pela análise descendente-ascendente na qual será colhida a síntese sócio-histórica que envolve a CADES.

Descendente porque se trata de ação oficial que parte do governo central do país sobre a matéria educação secundária entre as décadas de 1950 e 1960, ou seja, parte de um conjunto de medidas de caráter nacional, verticalizado, no interior das duas décadas desenvolvimentistas; e ascendente em relação à participação do Estado de Santa Catarina por meio da Inspeção Seccional do Ensino Secundário (ISES), a Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC/SC) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL), entre outros mobilizadores.

A relação entre os dois termos longe de ser uma queda livre retilínea na qual a CADES é lançada das mãos do governo sobre as instituições para que estas se resolvam com relação aos fins da Campanha, para essa análise (descendente-ascendente) é mais conveniente visualizar a relação pendular que pode ser pensada pelo eixo estrutural-normativo, num primeiro momento, que ora se aproxima ora se distancia, mas sempre tensionado pela massa do objeto sujeito às forças sociais presentes.

Na horizontalidade ingressou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, sucessora da Faculdade Catarinense de Filosofia, na Universidade Federal de Santa Catarina seguindo o movimento que havia sido implantado no Brasil (também de forma verticalizada) cuja trajetória preencherá a década de 1960 e se segmentará nos centros de ensino da reforma universitária em 1969 durante o regime militar. A participação da SEC/SC nos primeiros movimentos da realização da Campanha, e da ISES na posição de representante da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação no estado.

Feito este breve arrolamento sobre o ensino secundário e a formação de professores pela CADES, apresentado o prospecto discursivo-metodológico; a conjuntura em torno da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina, objeto central da pesquisa; dadas as ilustrações a respeito da construção discursiva, encaminha-se a contextualização da CADES para que se possa compreendê-la num contrabalanço entre contexto geral e o específico.

1.3 Marcos teóricos

Interpretar o objeto de pesquisa para lhe erguer à condição de objeto de conhecimento, conhecimento *com* e *contra* (grifo nosso) a atribuição de sentidos ou incorporação de categorias dadas, conhecimento na condição de horizonte epistemológico (de horizonte a horizonte o objeto de pesquisa não se limita a responder perguntas, mas a se abrir ao dialógico - ou dialético): seus atributos, sentidos, presença tocam, se relacionam, se remetem aos atributos, sentidos e presenças do/no cenário no qual se constituem e do/no cenário do pesquisador.

Nesta compreensão, pretende-se abordar o objeto da presente pesquisa de horizonte a horizonte sob as perspectivas que ofereçam recursos interpretativos numa relação histórica, no horizonte inicial escolhido, visto como de estrutura e de base. Esta perspectiva realça novamente a verticalidade interpretativa (pela estrutura) e a dimensão interpretativa da horizontalidade (pela base).

As perspectivas teóricas eleitas são orientadas pelos constructos intelectuais de Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920), Pierre Bourdieu (1930-2002), John Longshaw Austin (1911-1960), Ludwig Wittgenstein (1889-1951), algumas categorias da Teoria Crítica da Sociologia da Escola de Frankfurt como as pensadas por Theodor W. Adorno (1903-1969), Jürgen Habermas e Walter Benjamin (1892-1940) articulando os polinômios: ato-linguagem-comunicação-direito-prescrição-sociedade-*medium* ensaiam abordar a empiria documental do *corpus* da pesquisa para percorrer o arco de três décadas de constituição das fontes sobre o ensino secundário/médio e hipotetizar um câmbio semântico mobilizado pelos agentes políticos que administraram esse ramo do ensino do segundo grau à época; câmbio instrumentalizado nos/pelos códigos legais e atos administrativos editados pelo Ministério da Educação e a cadeia hierárquica que lhe assistia.

Para tanto é feito um esforço de condensar exemplares dessas perspectivas num diálogo que pretende erguer o objeto de pesquisa da sua forma de produto da atividade racionalizada estatal (atividade tal, que tem) em vista à conformação social pela instância educativa que a si mesma se propõe – educação como projeto do estado-nação moderno no palco desenvolvimentista, além de buscar elementos interpretativos nas fontes matriciais do pensamento sociológico ocidental e ascender a uma discussão crítica.

1.3.1 Passagens

As leituras sociais propostas por Durkheim e por Weber são notas diferenciadas neste “coloide histórico”, aqui chamadas de “Passagens”. Durkheim se insere na tradição intelectual francesa, prosseguindo a linhagem de Saint-Simon (1760–1825) e Auguste Comte (1898-1857), por exemplo; Weber projeta sua trajetória no pensamento alemão - entre seus escritos há ecos dos trabalhos de Kant (1724-1824) e Nietzsche (1844-1900). Não se perde de vista, igualmente, as heranças do Iluminismo Francês e do Iluminismo Alemão, dos quais cada um é respectivamente tributário.

Ao pensar as sociedades de sua época esses intelectuais abrem duas passagens para o pensamento contemporâneo ocidental. Sem qualquer pretensão divinatória, estas passagens situam as sociedades da transição dos dois últimos séculos num de seus frutos mais distintivos: o discurso sociológico. No vão provocado pela saída (ou pelo expurgo violento) das sociedades tradicionais há a emergência das sociedades de complexidade outra, impelidas, dali em diante, avirem-se com questões de fronteiras nebulosas entre si: industrialização, urbanização, proletarização, controle social, controle dos meios de produção, controle dos meios de (re)produção cultural. A interface dessas relações constitui um corpo² social, este corpo social é o centro de uma disputa de poder, de dominação; tal dominação a ser exercida com suporte em, ou melhor, suportada por este corpo, engendra um quimérico das representações (que não veio a ser o Leviatã sugerido por Hobbes), a Hidra de Lerna cujas cabeças modernas são: a ciência, a política, a economia e a crença.

Como assinalado, as duas primeiras passagens recolhem os signos das sociedades tradicionais e transpassa a virada do século XIX para o XX; a industrialização, a urbanização, a proletarização, a explosão populacional das grandes cidades europeias, a alternância do comando das jovens nações (com frequência invariável maquinada com truculência e desonestidade) são as duas passagens do desencantamento, de um lado com tez latina e de outro com tez germânica.

Pierre Bourdieu propicia a abordagem sociológica exemplarmente com a obra *A economia das trocas linguísticas*, o que falar quer dizer

² A opção pelo termo corpo é um recurso metafórico sem pretensão de reproduzir o fisiologismo social do século passado. O corpo como uma unidade material-simbólica, no sentido aqui proposto, é uma representação análoga à relação clássica Φύσις - physis (o original mutável e matéria última) e λόγος - logos (razão pneumo-nomotética),

(2008) na qual reflete sobre a eficácia simbólica do capital linguístico como um instrumento de poder. John Longshaw Austin possibilita, por meio da obra *Quando dizer é fazer*, palavras e ação (1990), auxilia a compreender a ação da fala sobre o mundo.

O Ludwig Wittgenstein a quem se recorre nesta pesquisa é o das *Investigações Filosóficas* (1988) nas quais as formas de vida são mediadas pela linguagem na relação com o mundo. E por fim, Jürgen Habermas por intermédio da *Teoria da Ação Comunicativa* (1999) desenvolve os termos consenso-alteridade-subjetividade-racionalidade mediados pela linguagem em distintas esferas sociais.

As falas destes autores serão empregadas oportunamente. O objetivo é o de refletir sobre a escrita normativa e administrativa como um ato comunicativo. O distanciamento, na história ocidental, entre a *fala* e a *escrita* tem levado à contraposição entre oralidade e escrita, como se o elo intrínseco ao regime simbólico em que os dois registros linguísticos se (re)constróem e se movimentam estivesse perdido. Sob o domínio dos agentes em jogo no ambiente social em que se realiza o regime simbólico, esses registros podem transpor a fronteira artificial que os separa: o que é dito pode ser escrito – o que é escrito pode ser dito.

A forma, a estrutura e o conteúdo na linguagem obedecem a rituais, veiculam intenções, se sujeitam a protocolos localizados no tempo-espço socialmente compartilhados e designam distinções em ambos registros oral-escrito; daí os partícipes daquele regime simbólico possuem em graus diversos os mecanismos de acesso e as habilidades socialmente transmitidas que lhes permitem identificar pela conjunção forma-estrutura-conteúdo o que é um texto literário, um texto acadêmico, um ato normativo... Os numerosos gêneros e espécies, e correlatos híbridos textuais, sob os quais circulam entre os escritores-leitores.

O tipo legal ou o ato administrativo sob a vestimenta de ato comunicativo na linguagem ocupa o mesmo lugar que a fala em relação aos seus respectivos iniciados, por este motivo são artefatos ativos com os quais os indivíduos e coletivos empíricos se relacionam e agem no mundo.

Em resposta às normas, as ações dos indivíduos ou coletivos empíricos vão sinalizar o comportamento binário: *consentir* ou *dissensentir*, porque, neste caso, a forma-estrutura-conteúdo, a começar pela sua presença, demarca no regime simbólico as posições de sua leitura ou ignorância em relação às ações fatuais conhecidas e reconhecidas pelos partícipes.

Apenas sobre aquilo em que a lei (inscrita no *habitus* e/ou nos assentamentos cartoriais) for *silente* incidiria a liberdade como se

esperaria, mas, em todo caso, a ação social concreta convoca outra experiência presente ao regime, a *arbitragem*, que por sua vez para ser exercida recorre ao repertório disponível para função de *decidir*, reinscrevendo novamente a *ação àquilo que está dito*.

1.3.2 Passagem dialética

Dos sulcos abertos pelas passagens de desencantamento com a racionalidade europeia dos séculos XIX e XX é aberta a passagem pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.

Os sulcos (ou trincheiras) deixados pelas guerras; a instrumentalização da técnica sob a forma organizacional dos e nos meios de produção-distribuição material-cultural; a violência esclarecida sobre a compleição social daquele momento, conjuraram a negatividade crítica que é o traço distintivo da abordagem dessa escola.

A terceira passagem enseja a dialética negativa não como uma metodologia *strictu sensu* de análise social.

De fato, a dialética não é nem apenas método, nem algo real no sentido ingênuo do termo. Ela não é nenhum método: pois a coisa não-reconciliada, à qual falta exatamente essa identidade que é substituída pelo pensamento, é plena de contradições e se opõe a toda tentativa de interpretá-la de maneira unívoca. (ADORNO, 2009, p. 95)

Neste ponto se impõe a difícil tarefa deste trabalho de pesquisa: se inscrever nesta visão crítica de forma que o seu remate forneça uma compreensão rigorosa do momento histórico e modelos sociais dos quais se apropria.

O percurso a ser seguido levará em consideração alguns alertas; o primeiro, dado por Adorno na segunda aula do curso de introdução à Sociologia quando chega-se ao momento de definir o que seria uma Sociologia Crítica:

Uma das características de uma teoria dialética [...] é que, de acordo com Hegel, não se pode resumir numa “frase” e somente praticando-a pode-se alcançar o que uma tal teoria ou a Sociologia ela própria é ou deve ser. (ADORNO, 2008, p. 71)

Ao reproduzir textualmente o alerta acima, esta exposição acaba por desobedecer a outra recomendação dada à audiência daquela aula: “Contudo, minhas senhoras e meus senhores, peço que não anotem o que acabei de dizer para ser guardado como uma definição de Sociologia” ao que prossegue pouco mais adiante “cada parcela de conhecimento singular de conhecimento social ou de crítica social contrabalança conceitos gerais, definidores e abrangentes.” (ADORNO, 2008, p. 71)

Como será visto no seu desenvolvimento, esta pesquisa é um exercício nesta condição de que “praticando-a é que se poderá alcançar o que ela própria é ou deve ser” respeitando a particularidade do objeto eleito neste “contrabalanço de conceitos gerais, definidores e abrangentes”.

Posta esta aclaração (ela própria, em certo sentido, dialética), cabe indicar em conjunção ao escopo da pesquisa, os elementos interpretativos mínimos no horizonte crítico, que lhe servem de suporte.

A contradição como a premissa imanente à dialética e aos processos sociais: “a dialética é a consciência consequente da não-identidade [...] Contradição é não-identidade sob o encanto da lei que também afeta o não-idêntico.” (ADORNO, 2009, p. 8-9)

Poucas não são as consequências deste horizonte epistemológico. O esforço aqui será o de delinear algumas, as que mais coadunam com o fruto desejado pela pesquisa.

Um primeiro traço seria o de superar o absolutismo, ou melhor, o totalitarismo do cogito ocidental com seu princípio da identidade afirmativo e conciliador. Numa tentativa de escorço, significaria dizer que essa razão iluminista falsifica a experiência sobre a natureza imediata anulando-lhe a diferença e multiplicidade constitutivas. São dois os momentos de identificação rejeitados pela teoria crítica: a conciliação reificadora do pensar, do pensante, do pensado (*res cogitans*) sob o pretexto de que o pensamento não pode a si se negar, ao que, então, nada mais se negaria ao pensamento; a conciliação de um espírito que é anterior, externo e posterior à história e, igualmente, à natureza que em algum momento se lhes reuniria (ao espírito).

Esse primeiro traço implica desmitificar o poder intransigente da razão ocidental devolvendo a autarquia ao objeto, quer dizer, o conhecimento se constrói na aceitação e no respeito ao princípio fundamental da diferença. Implica, igualmente, reconhecer esta impotência; a melhor ilustração para esta implicação é dada por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* pela apropriação do mito de Odisseu. O engessamento dos sentidos conduz ao engessamento da razão, o ato de tapar os ouvidos com cera, ou se cingir ao mastro da

própria embarcação, testemunha que o canto das ninfas *está aí* e sua sedução atrai a ruína, o desastre; não pertence ao sujeito dominá-lo (o canto das ninfas) restando-lhe a medida do desespero: a (auto)contenção, ou *economia*, como expediente de autoconservação. A consciência violentada pelo artifício da autoconservação se converte, por fim, em falsa-consciência: converte o desespero-pela-sobrevivência em liberdade; convencida de que está livre, a consciência convence-se de que se apropriou da autodeterminação radical que a isenta de se ver frente ao mundo e à natureza – amarrada ao mastro vê a si livre! Soberana em seu poder autoconstituído, a razão em seu solipsismo sintático formal justifica a sua liberdade pela sua (auto)contenção, ao fazer *ouvidos moucos* ao que está determinado no objeto, portanto, fora de seu pertencimento; apazigua a consciência por meio das relações dedutivas lógico-formais nas quais subsistem conformidade e necessidade entre as premissas.

O segundo traço, então, a ser superado pela Teoria Crítica seriam a conformidade lógica transposta em conformidade prescritiva e a ordem da necessidade imposta na condição de segunda natureza. A identificação e afirmação realizadas pelo idealismo racional são operadas pela artificialidade lógica, propriedade exclusiva do *cogito*. Para que o resultado reste positivo nas operações lógicas, as leis lógicas devem ser rígidas e o todo (o universal) seja abraçado pelo seu regime, a conformidade lógica sobrepuja os limites do racional e se converte em conformidade prescritiva nas dimensões propriamente pragmáticas e inescusáveis do pensante: a sociedade, a política, a crença, a economia. A conformidade prescritiva se inscreve pela via do Direito, os conflitos neste registro podem, então, ser pensados, e por sorte dos legisladores podem ser mensurados; mensurados podem ser-lhes atribuídas causas; descobertas, as causas podem ser previstas; previstas podem ser evitadas, deste modo a racionalidade concilia novamente os “fatos” ajustando-os aos seus princípios. A conformidade prescritiva é enfim o arrolamento formal das leis que pelos seus atributos lógico-rationais conformam a moral num sistema normativo que o canto das ninfas não tem força para desarmar, malgrado o consiga, haverá sempre os vigias que, pelo fato de não ouvi-lo, são fontes seguras para garantir a repressão aos recalcitrantes.

A ordem da necessidade deriva da formulação lógica que prescreve que uma conclusão, para que seja válida, deve ser necessária ao arranjo das premissas que lhe antecedem. Uma conclusão necessária é uma conclusão inevitável. Instaurada a ordem da necessidade, é reforçada a afirmação e conciliação formal entre meios e fins. A validade lógica do enunciado confere validade jurídica no plano das ações. Quando se

convenciona que o equivalente cambial nas relações de socialização é a forma mercadoria, por exemplo, estabelece-se o conjunto de regras legitimadas às quais as trocas sociais devem se aquiescer, sob pena de não serem reconhecidas legítimas na ordem convencional. Como a ordem convencional funciona sob um conjunto de regras formalmente delineadas, e neste conjunto formal de regras a conclusão lógica é uma conclusão necessária do arranjo dos enunciados e necessária para a sustentação do arranjo, a ordem convencional é a ordem da necessidade numa e noutra instância, legitimada numa e noutra instância. Então, se a forma convencional é a forma mercadoria, esta é a forma legitimada e necessária, inevitável; caso contrário o saldo das trocas sociais restará negativo para algum dos quinhoeiros que compareçam à avença.

Tais conformidade prescritiva e ordem necessária são subsumidas, enfim, como uma segunda natureza em substituição àquela aprisionada e ensurdecida, a natureza que se nega ouvir e ir em direção ao apelo da natureza. Este é o terceiro traço a ser superado.

A clareza e a distinção tornam o mundo transparente ao intelecto, afirmativo e positivo. O que foi erguido como socialmente aceitável (a deferência às normas) e inexoravelmente necessário passa a ser visto como natural; o trabalho lento baseado na contradição dialética próprio da emancipação é demasiado arcaico e artesanal frente ao garantido progresso do eficaz processo evolutivo, processo este a melhor tecnologia à disposição para selecionar os mais aptos, tecnologia ela própria incrustada à natureza, ou seja, dita seleção natural. Naturalizados os processos sociais, a afirmação e a positividade racionais triunfam e prosseguem se reproduzindo.

1.3.2 Dupla negatividade

Frente ao estado positivado da identificação conceito-coisa, a Teoria Crítica propõe fender a unidade em duplo negativo pela dialética.

A primeira negação segue o trajeto dialético herdado dos pensamentos de Hegel (1770-1831) e Marx (1818-1883), o primeiro movimento que nega a última afirmação vigente.

A segunda negação se traduz em contraditar a aquiescência do próprio pensamento ao universalmente estabelecido:

Se a dialética negativa reclama a autorreflexão do pensamento, então isso implica manifestamente que o pensamento também precisa, para ser verdadeiro, hoje em todo caso, pensar contra si mesmo. (ADORNO, 2009, p. 233)

Aqui cabe, por fim, chamar a atenção para o segundo alerta dado por Adorno; a negatividade crítica não se confunde com o relativismo inconsequente que exige o pesquisador da responsabilidade de objetivar e conceituar coerentemente suas escolhas: “a mediação dialética do universal e do particular não autoriza a teoria que opta pelo particular a, de maneira ultrarrápida, tratar o universal como uma bola de sabão” (ADORNO, 2009, p. 127), do contrário o conhecimento não seria possível. Ou seja, negar o totalitarismo da razão não significa negar a possibilidade do conhecimento: “nenhuma teoria tem o direito de, em nome de uma modéstia agitadora, se colocar de modo estúpido contra o estado de conhecimento objetivamente alcançado. Ela precisa refleti-lo e levá-lo adiante.” (id., p. 131)

Encerra-se o excursus teórico aqui apresentado pela última categoria, o que não quer dizer que outras de igual relevância orbitam na constelação vislumbrada pelo extenso trabalho legado pela Escola de Frankfurt: a mediação, “a mediação dos dois – análise particular do conteúdo e teoria dialética - é ela mesma uma mediação de conteúdo, a mediação através da totalidade social”. (ADORNO, 2009, p. 34)

A mediação é este caráter caro ao pensar frankfurtiano porque é a proposta praxiológica que se opõe à instrumentalização da alteridade. É por reconhecer-se descalça, portanto desataviada, que a razão conseguiria distinguir que o que vier a ocupar o espaço entre a sola dos pés o solo é apenas isto: o calçado - tampouco o membro, tampouco o chão.

Mas a melhor ilustração dessa categoria para o pensamento sociológico dialético é dada pelo próprio Adorno:

[...] o conceito de sociedade pode ser pensado como uma relação mediada e mediadora entre os homens isolados não como um mero aglomerado [...] porque a Sociologia precisa ser pensada dialeticamente – porque o conceito de mediação entre as duas categorias contrapostas, de um lado os indivíduos, e, de outro, a sociedade, encontra-se presente em ambos. [...] Não há, indivíduos no sentido social do termo [...] a não ser com referência à sociedade em que vivem [...] Por outro

lado, também não há sociedade sem que seu próprio conceito seja mediado pelos indivíduos [...] socializados na sociedade. (ADORNO, 2008, p. 119-120)

Postas as orientações teóricas que se tem em vista cotejar na pesquisa sobre CADES no estado de Santa Catarina, é razoável que se responda: em que tais considerandos auxiliam a abordagem desse objeto de pesquisa?

A primeira relação que se estabelece é a inferência da forma Campanha como um tipo social. A origem do termo campanha está vinculada à raiz latina da palavra campo (em latim *campus-campania*, em espanhol *campaña*, em francês *campagne*) como também à estratégia militar latina das incursões nas batalhas e os respectivos acampamentos dos soldados. O termo foi paulatinamente adotado por outras instâncias discursivo-semânticas com o fim de informar estratégias ou táticas de ação a exemplo do seu uso atual no meio publicitário, administrativo, comercial.

A forma campanha admite variados conteúdos, recorrente nas administrações estatais nas esferas federal, estadual e municipal como expediente de implementação de políticas públicas, aparece nas ações de

saúde³, educação⁴, frentes de trabalho⁵, imigração⁶, entre outras. A sua execução pode assumir o formato informativo, formativo, operacional, ou

³ Um caso exemplar é o da Revolta da Vacina, que teve como pretexto a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, realizada pelo governo brasileiro e encabeçada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz (apelidado, muito posteriormente, de o pai das campanhas) na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904. As campanhas na área da saúde possuem um registro historiográfico em certa medida. Um trabalho interessante disponível na rede mundial de computadores é o Ângela Pôrto e Carlos Fidelis Ponte: Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10s2/a13v10s2.pdf>. Acesso em 20 maio 2018. Há um número expressivo de campanhas na área da saúde, ao que se atribui um neologismo próprio: modelo *campanhista*. Atualmente cada mês do ano é dedicado a um foco de trabalho preventivo.

⁴ As campanhas na área de educação também se acumulam, serão mencionadas algumas que foram concomitantes à CADES nas décadas de 50 e 60.

⁵ Texto esclarecedor é o *Getúlio e a seca*: políticas emergenciais na era Vargas, de Frederico de Castro Neves da Universidade Federal do Ceará publicado na Revista Brasileira de História no ano de 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006. Acesso em 20 maio 2018. As frentes de trabalho são equiparadas aqui às campanhas por conta do seu caráter emergencial em algumas situações específicas, como o caso das obras de contingência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no ano de 1958, por exemplo. Um relato da época pode ser lido no jornal O Estado de São Paulo de autoria do repórter Rubens Rodrigues dos Santos. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-vida-como-um-flagelado,8973,0.htm> Acesso em 20 maio 2018.

⁶ Este é um aspecto interessante a ser mencionado, tem-se a notícia de no período imperial após a declaração formal do fim da escravatura a criação do “Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo, filiado à Secretaria da Agricultura, com a finalidade de incentivar as Companhias de Imigração, que tinham a concessão de trazer os imigrantes europeus para as lavouras de café, convalidando a campanha de imigração para uma campanha de arrecadação de mão de obra.” (MORAES, 2014, p. 42) Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Direito-Ana-Moraes.PDF>. Acesso em 20 maio 2018. A relação entre o governo do Brasil e os agenciadores de imigrantes é descrita por Seyferth no capítulo *A colonização alemã no Brasil*, do livro *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina* de 1999. No período do Estado Novo a campanha em relação aos de origem estrangeira se torna outra, a Campanha de Nacionalização: “a apregoada necessidade da sua transformação em brasileiros

conjugar estes formatos de acordo com o objetivo a ser alcançado. Está presente também nas iniciativas das instituições privadas cujos fins podem ser o assistencial, doutrinário, político a exemplo das campanhas de fraternidade promovida pela igreja católica no Brasil, as campanhas de assistência material promovidas pelas associações espíritas, as campanhas eleitorais nos períodos que antecedem as votações.

Os exemplos se multiplicariam, o que torna esta forma de ação, em especial a forma de ação enquanto *política pública educacional* um objeto de estudo com muitas possibilidades de interpretação. A plasticidade da forma campanha é que possibilita a sua assunção persistente até os dias de hoje.

Imagem 01 - Recorte do jornal *A Luta Democrática*, um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar; notícia o curso para professores pela CADES entre os meses de julho a agosto em Rio Branco, Acre. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1954.



Fonte: *A Luta Democrática*, um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1954. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

de fato, e não apenas por direito de solo, motivou a campanha de nacionalização, que incidu de modo mais direto sobre teuto-brasileiros e japoneses em razão dos desdobramentos da II Guerra Mundial e da sua categorização como paradigmas do enquistamento.” (SEYFERTH, 1999, p. 208) Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf Acesso em 20 maio 2018.

Imagem 02 - Recorte de jornal, aviso do curso para professores pela CADES em Pernambuco, *O Diário de Pernambuco* de 20 de novembro de 1956.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFS. PROMOVIDOS PELA CADES

Serão realizados entre 7 de janeiro e 2 de fevereiro, simultaneamente, em grande número de cidades — Bases

A Diretoria do Ensino Secundário, prosseguindo em seu programa de elevação do nível do ensino secundário brasileiro, pretende realizar, através da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) e em colaboração com as Inspetorias seccionais, cursos de orientação para candidatos aos exames de suficiência.

Os referidos cursos serão efetivados entre 7 de janeiro e 2 de fevereiro do próximo ano de 1957, simultaneamente, em grande número de cidades do território nacional.

No Recife, o curso abraçará as seguintes disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Latim, Francês, Inglês, Desenho, Ciências Naturais e Canto Orfeônico.

Em relação a cada disciplina haverá um professor da matéria propriamente dita e outro de didática especial. Para todo o curso só haverá um professor de fundamentos da educação e didática geral que ao mesmo tempo, orientará pedagogicamente todos os trabalhos, devendo promover conferências, debates, seminários, etc. Os pedidos de inscrição para o curso deverão ser encaminhados à Inspetoria Seccional do Recife (Edifício da Caixa Econômica, salas 715-716 — Avenida Guararapes), entre 5 e 10, durante o mês de dezembro corrente devendo cada candidato, em seu requerimento declarar:

Nome, idade, sexo e estado civil. Endereço. Disciplina ou disciplinas em que está inscrito ou, no caso de candidatos do exterior, pretende se inscrever para exames de suficiência. No caso de já se encontrar inscrito, a «Seccional» onde efetuou a inscrição. Disciplinas do curso cujas aulas frequentará. Títulos culturais. Estabelecimento em que está autorizado a lecionar ou estabelecimentos em que será admitido a lecionar.

As despesas de viagem e hospedagem correrão por conta dos candidatos, responsabilizando-se a CADES pelas despesas do curso, propriamente dito.

Das disciplinas do curso, logo após o seu encerramento, serão realizados exames de suficiência, podendo também submeter-se aos mesmos, candidatos que não tenham frequentado o referido curso.

Aos candidatos inscritos para exames de suficiência em disciplina que não constar do curso, será fornecida quando solicitada, transferência a fim que frequentem curso e prestem exames em outra «Seccional».

Oportunamente, a Inspetoria Seccional indicará o local em que se realizará o curso, bem como divulgará os nomes dos professores encarregados de ministrá-lo, informando, desde já que, diversos dêtes, a fim de que se promova intercâmbio cultural, procederão de outros Estados do País, sendo enviados pela Diretoria de Ensino Secundário.

Fonte: *O Diário de Pernambuco*, 20 de novembro de 1956. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Imagem 03 - Recorte de jornal, Convite publicado no *Diário de Notícias* de Porto Alegre em 1º de setembro de 1957, Jornada de Estudos da CADES.



Fonte: *Diário de Notícias*, Porto Alegre/Rio Grande do Sul. 1º de setembro de 1957. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Na RBEP nº 61 de 1956, no texto *A administração pública brasileira e a educação*, Anísio Teixeira, em aberta apologia às medidas descentralizadoras e à autonomia escolar, tacha em suas considerações, a “natureza funcionalista e burocrática” que assumira a administração governamental brasileira, recuando a origem dessa “natureza” ao espectro do Estado Novo, no que conclui pela prosperidade do recurso em voga como uma medida do bom senso brasileiro introduzido na prática administrativa daquele momento: “o movimento pelas autarquias e “campanhas” vem constituindo a reação do bom-senso brasileiro a esse estado de coisas” (TEIXEIRA, 1956, p. 23, grifo nosso)

O desenho *panóptico* do arco histórico-sociológico, que será explorado em seção própria, pretende acompanhar o desenvolvimento em camadas funcionalista-compreensiva-critica revelado pelo objeto de pesquisa.

A empiria proporcionada pelo *corpus* documental apontou uma atratividade pela compreensão de tal *monumentum* como processo de emulação na linguagem; artefato da cultura falada-escrita ritualizada que regula o ingresso por iniciação, e a permanência por socialização.

O Funcionalismo na perspectiva de Durkheim se apresenta nas séries estatísticas. O contato com os anuários estatísticos demandou a procura pela resposta de como aquela forma-estrutura-conteúdo chegou àqueles resultados, e o que há em tal produto que se relaciona com a investigação da CADES em Santa Catarina.

A resposta, situada n' *A Divisão Social do Trabalho*, muito complexa e ainda não acabada, olha para a direção da história da tradição estatística no país e a opção sedimentada pela representação dos dados sociais-econômicos com os rótulos funcionais presentes em documentos importantes que regulam a profissionalização no Brasil e um campo de conhecimento como a sociologia das profissões, por exemplo. Os documentos em questão são *A Classificação Nacional das Atividades Econômicas* (CNAE) e a *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO), neste diapasão, quando se faz a leitura de uma legislação do ensino intermediário que regula o curso que assume o adjetivo comercial, industrial, agrícola... percebe-se a formação do ensino médio para preencher as *funções* no rol de atividades econômicas que os agentes sociais convencionaram serem as *funções* socialmente hierarquizadas para aqueles que serão o comerciante e o comerciário; o gerente e o auxiliar; o analista e o operador; o engenheiro e o artífice... os exemplos se multiplicam.

Em relação ao repisado fenômeno burocrático no Brasil, sabe-se que, especialmente, após a reforma administrativa da primeira presidência de Vargas, a administração estatal pendula entre os tipos burocrático/patrimonialista. O interesse dessa dinâmica para a pesquisa resulta na constatação do uso do *métier* estatal, materializado no texto legal e no ato administrativo para *modificar a concepção de ensino* – atribuição de sentido – na Campanha, vê-se uma atuação do agente político no instituto da flexibilização e da equivalência que, numa ótica weberiana, passou pelo *estamento* do funcionalismo público que assume o Ministério da Educação com sua cadeia hierárquica: as Diretorias de Ensino, as Seccionais nos estados e a figura do inspetor; alguns dos quais mudam de posições mas continuam articulando a flexibilização em muitas outras frentes.

Esse percurso comunica *nexos de sentido compreensíveis* no período desenvolvimentista no Brasil, e reflete uma interpretação ascendente da economia sobre a ação programática da administração sob

a denominação de *planejamento estatal*. A Campanha passa de um mandato para outro, e só desaparece quando uma nova força centralizadora entra em cena e retoma do estamento a relativa autonomia da atribuição de *sentido* que preconizava, tal *compreensão* é tomada aqui como uma explicação no efetivo decurso da ação. A Campanha fora *funcionalmente* importante naquele momento, e ao mesmo tempo ação *típica* do Estado.

A segunda relação é a circunscrição histórico-espacial na qual a CADES se desenrola. Como visto na pequena amostra de recortes de jornais anterior, trata-se uma Campanha abrangente (executada em todo território nacional); foi fomentada por um período considerável (pelo menos uma década e meia); envolvida por farta propaganda; mobilizou instituições relevantes em âmbito nacional, regional e local; envolveu o investimento de recursos humanos e materiais de determinado volume; entregou à sociedade da época resultados visíveis; as transmutações internas e externas; sempre articulando a proposta de leitura descendente-ascendente para essa circunscrição histórico-espacial:

Brasil ↘ estado de Santa Catarina
 Estado de Santa Catarina ↗ Brasil.

Com Durkheim, acredita-se assumir a Campanha em estudo como uma ação objetiva, originada na estrutura estatal, provida de um estatuto próprio, divisível e de força vertical descendente; para a qual, conforme inspiração nas regras do método sociológico, tem-se um objeto definido e um método para estudá-la, assim submetida ao esforço sistemático com prospectiva à investigação sociológica.

Com Weber, acredita-se assumir a Campanha em estudo como um tipo sociológico enquanto instrumento metodológico que medeia a análise de cenários históricos concretos. Conjuga-se as duas perspectivas, a histórica e a sociológica, para se erguer à compreensão ascendente (contra o determinismo e a inexorabilidade históricos) do objeto de investigação à ação social de estrutura, estabelecendo os sentidos da ação social tipificada ao conjunto de ações concorrentes por meio das comparações.

Com a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt procura-se captar o modelo *campanhista* como ação da racionalidade instrumental sobre a educação brasileira. Trata-se, como antecipado, de fazer este exercício, erguer o objeto de estudo à condição de *mediação*; a mediação oferece a possibilidade de reconhecimento do processo social exteriorizado, que se desprovida do caráter crítico celebra a conciliação tão somente na fórmula protocolar que se objetiva na ideia de identidade do *consensus omnium*, o que, numa linguagem mais clara, seria erguer o objeto *campanha* à

estatura de um mediador (conhecimento) em que se reconheça os traços da sociedade e do tempo a que diz respeito, nem totalizante, nem fragmentária, mas relacional dentro dos indícios plausíveis nos seus próprios termos.

2 A CADES EM SANTA CATARINA OU UMA MÍNIMA HISTÓRIA A CONTRAPELO

2.1 Um *clichê*⁷ na da década de 1950

Dezembro de 1953. O *Estado* anuncia a publicação do Decreto nº 34.638 de 17 de novembro daquele ano. No texto, uma reprodução da *Agência Nacional* do Rio de Janeiro, a capital federal, encontra-se o estribilho fundamental que se repetirá sobre a Campanha Brasil a dentro. Toma conhecimento neste instantâneo o estado de Santa Catarina da inauguração do ato normativo instituidor que instrumentalizará as ações em esfera nacional e local o câmbio terminológico-semântico sobre o ensino-secundário iniciado, também no mesmo ano, com a Lei nº 1.821 de março, na qual se localiza a expressão graus médios (cunhada no processo do que mais adiante se tornará a LDB dos anos sessenta) ao estabelecer os casos de equivalência ao ensino secundário.

A tipografia do jornal, por apressamento talvez, saiu com alguns erros, mas à moda de um refrão o texto do periódico realça a finalidade do texto legal, as alíneas *a* e *b* do artigo 2º:

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, esta é a denominação do novo órgão, deverá possibilitar acesso ao maior número possível de jovens brasileiros e conferir maior eficácia e sentido social à educação secundária. (O ESTADO, 1953, p. 5)

Janeiro de 1957. O Colégio Coração de Jesus realiza encontro de orientação de professores, com início no dia sete e realização dos exames de suficiência entre os dias 4 e 9 do mês de fevereiro. Para a orientação desses professores foram convidados formadores de fora, São Paulo e Rio de Janeiro. Desta paragem em diante a rede pragmático-semântico-ilocucionária da Campanha foi posta em movimento no estado, os púlpitos foram ocupados nas plataformas: legais, meios comunicadores da opinião pública, equipamentos educacionais como inspetorias e secretarias de educação, escolas, conselhos.

⁷ Nome dado aos *flagrantes noticiosos* com fotografias nas páginas do jornal *O Estado*, fonte dessa pesquisa.

Desde o anúncio da CADES a Diretoria do Ensino Secundário (DES) executa com afinco as diretrizes do Decreto no estado, são realizadas jornadas de inspetores e diretores de ginásios e colégios, palestras, cursos, debates, treinamento de professores e secretários escolares, concursos culturais.

Imagem 04 - Composição de recortes de jornal, a CADES na década de cinquenta em Santa Catarina.



Uma característica distintiva das ações governamentais, sob a alcunha *descentralizadoras*, é a habilidade em se apoiar e utilizar o cabedal disponível da circunscrição do estado e do município, como pode ser visto no caso da Campanha. Com o nome: Diretoria do Ensino Secundário esta parte da estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública⁸ veio a existir em 1946 com o Decreto-Lei nº 8.535; ao assumir a Diretoria no primeiro tempo, o professor Gildásio Amado (1906-1976) providencia concomitantemente uma reforma da estrutura, como relata o professor Geraldo Bastos Silva (1920-1992) nos *Apontamentos sobre a Evolução da Administração Federal do Ensino Secundário*, texto que encerra o regimento da DES assinado pelo ministro Clóvis Salgado (1906-1978) em 1956.

A Inspeção de Santa Catarina foi instalada neste ano, como informa o ofício assinado pelo governador Jorge Lacerda (1914-1958) no qual responde ao MEC tomar conhecimento da criação da ISES e da lotação no posto de inspetor Otávio Inácio da Silveira (SANTA CATARINA, 1956). As inspeções eram as pernas, braços, olhos e voz da DES nos estados; ou por outra, da CADES nos estados, assim como numa das notas jornalísticas, é descrita nos apontamentos do professor Geraldo Bastos como um órgão na estrutura da Diretoria que justificou a reformulação do regimento que estava em vigor desde 1946.

Tais resultados não se limitavam a uma melhor realização das tarefas de supervisão administrativa de competência da Diretoria do Ensino Secundário, o que por si só seria suficiente, aliás, para justificar a existência das Inspeções Seccionais.

Diziam respeito, igualmente, a atividades novas de aperfeiçoamento da educação secundária, às quais as Inspeções Seccionais serviam, em grande parte, de veículos, sendo o seu centro propulsor um outro órgão da Diretoria do Ensino Secundário, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), instituída pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. (BRASIL, 1956, p. 59-60)

⁸ A nomenclatura entre os anos de 1946 e 1953, quando houve uma reforma administrativa nesse Ministério, altera-se de Ministério da Educação e Saúde Pública para Ministério de Educação e Cultura, cuja sigla MEC persiste até os dias atuais. (BRASIL, 2019)

As bases para o funcionamento da Campanha estavam situadas no estado na década de cinquenta; exceto pelo encobrimento de um comissário determinante às finalidades da empresa da CADES: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na década em pauta a Faculdade Catarinense de Filosofia frequentava as páginas dos jornais tal como as publicidades comerciais, os feitos e desfeitos dos mandatários políticos, a *noblesse* local; mas não associada à Campanha.

A formação do docente secundarista em Santa Catarina na década de 1950 com a participação da Faculdade Catarinense de Filosofia, que como projeto nasce no ano de 1951, recebe a autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Germânicas no ano de 1954 e o reconhecimento dos cursos em 1957 (CARMINATTI, 2009); mas seus egressos estarão habilitados a ocupar os postos nas salas de aula apenas a partir do ano de 1961 (ano que não se trataria mais da Faculdade Catarinense de Filosofia, e sim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada junto com a Universidade Federal de Santa Catarina) quando os primeiros bacharéis completam a formação didática por meio da instalação dos cursos de Didática e de Pedagogia em 1960 e da implantação do Colégio de Aplicação em 1961 sem os quais a profissionalização docente estaria irregular perante os ditames do Decreto nº 9.053 de 12 de março de 1946 (SILVEIRA, 2011). As condições incipientes da instalação da faculdade negaram-lhe a oportunidade de ingressar na Campanha na década de suas instituições.

O movimento estatístico da Faculdade Catarinense de Filosofia registra os seguintes dados no Arquivo Central da UFSC:

Quadro 02 - Faculdade Catarinense de Filosofia, relação matrícula conclusão de curso entre 1955-1959

Curso	1955	1956	1957		1958		1959	
	Mat.	Mat.	Mat.	Conc.	Mat.	Conc.	Mat.	Conc.
Filosofia	33	25	23	5	14	7	6	4
Geografia e História	15	8	8	6	-	-	-	3
História	-	8	18	2	-	2	35	10
Geografia	-	8	7	-	16	3	11	-
Letras Neolatinas	18	21	23	7	21	3	24	4
Letras Anglo germânicas	11	3	7	-	4	1	5	3
Letras Clássicas	3	-	9		14	-	15	1
TOTAL	80	73	95	20	69 ⁹	16	96	25

Fonte: UFSC/FAFIL. Livro de registro de discentes, 1955-1965.

2.2 A FAFIL na Campanha na década de 1960

Dentre as campanhas que estamparam os periódicos nos anos cinquenta figura a da criação universidade, sob o refrão: *Santa Catarina necessita de uma universidade*.

Objeto de disputa político-partidária, a criação formal da universidade se deu em 1955 com a Lei nº 1.362, de 29 de outubro, assinada pelo governador Irineu Bornhausen (1896-1974) do partido UDN. De acordo com o ditame do inciso I, artigo 5º do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 o funcionamento efetivo da universidade estava vinculado ao desembaraço da faculdade de filosofia, então sob o encaminhamento do professor Henrique da Silva Fontes (1885-1966). Um segmento da Faculdade de Direito, que participava da concepção da

⁹ O documento da Faculdade Catarinense de Filosofia fecha o resultado desta coluna com 104 matrículas, a situação típica nestas situações é o erro por falta de lançamento de algum item correspondente, possivelmente a matrícula de um dos cursos.

universidade por um lado, se relacionava com o partido de oposição direta ao do governador, o PSD; encabeçava este segmento o professor João David Ferreira Lima (1910-2001). Enquanto a simpatia política do professor Henrique Fontes pendia para a fundação de uma universidade estadual e o arranjo preliminar com o governo do estado pela doação da área para a construção da universidade, doação de apólices da dívida pública estadual e a indicação do pessoal responsável pela elaboração do plano universitário indicavam para esse arremate entre os anos de 1955 e 1959; agiam, utilizando as mesmas plataformas pragmático-semântico-ilocucionárias o segmento opositor que sinalizaram a federalização da universidade. Na ausência do governador pessedista a disputa pelos louros do feito da instalação da universidade sairia das mãos do governador udenista e recairia nas mãos do presidente pessedista, Juscelino Kubitschek (1902-1976), garantindo assim uma vitória política importante na arena estadual.

Vasconcelos (2007) descreve a dinâmica da federalização no período chamando a atenção para o aspecto de como este processo “fruto das iniciativas dos quadros políticos e das elites locais” (VASCONCELOS, 2007) e cita a singularidade da resolução do caso da UFSC, publicado no boletim da CAPES, nº 95 de 1960:

No caso da posição da Universidade Federal de Santa Catarina, vemos os seguintes argumentos a favor da federalização: “A universidade deverá ser federal, pois os recursos estaduais seriam insuficientes para mantê-la razoavelmente aparelhada (...) Também só com investimentos federais os professores poderão dedicar-se à tarefa educacional”. (VASCONCELOS, 2007, p. 68)

Mesmo após criação da UFSC em 1960, a contenda sobre a “paternidade ideológica” do empreendimento universitário perduraria por mais algum tempo; num movimento do pêndulo a questão da construção no local doado pelo governo do estado no Subdistrito da Trindade, que decidida enfim, não sem uma altercada conversação entre entidades estudantis, reitoria, conselho universitário (CMV/UFSC, 2018, p. 29-40), ao fecho do movimento no qual a Cidade Universitária se converte em Conjunto Universitário. A *polis*, a *civitas* deu lugar ao conglomerado.

Um diagnóstico da época que reflete a relação universidade - faculdade de filosofia - formação do professor do ensino médio - CADES

é feito pelo professor Paulo Fernando Lago (1931-2002)¹⁰ num texto em dois tempos: *A Universidade e a Faculdade de Filosofia*. Sem se implicar na disputa que precedeu a instalação da UFSC, o autor projeta uma fisionomia do ensino superior que se encontra (em alguns pontos) com o pensamento difundido no meio educacional da época, tais como o de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Jayme Abreu, Geraldo Bastos, Gildásio Amado. Os dois artigos, um do dia 27 e outro do dia 29 de agosto de 1961, merecem ser abordados, ainda que numa breve resenha, pela carga descritiva que veicula, e por proporcionar contornos divisíveis (pelo menos do ponto de vista do seu autor) para o quadro que encontrará a Campanha na FAFIL.

O aspecto inicial para o qual chama a atenção são as escolhas dos primeiros cursos oferecidos pela faculdade, deficitários em virtude da escassez de catedráticos em determinadas disciplinas, como a de Ciências, por exemplo; a impressão dessa característica “mais ou menos humanística” criou uma faculdade com “reduzida utilidade social”; para solucionar esta “fragilidade”, a “grande oportunidade” que se abriria a FAFIL, consistiria em:

Imprimir alterações nos currículos atuais tornando-os mais completos, mais equilibrados na dosagem de conteúdo, mais entrosados para possibilitar o funcionamento de cursos sob entendimento que melhor permite o mecanismo de “departamentos”. (aspas do autor)

Ampliar-se pela criação futura de novos cursos ordinários, libertando-se do quase exclusivismo de cursos mais ou menos humanísticos,

Dilatar a duração dos cursos, permitindo mais segura formação dos alunos, numa semi-especialização necessária às exigências de modernos representantes da elite intelectual.

Atrair maior número de alunos em virtude de maior número de cursos ordinários, e assim operar no sentido de preparar maior efetivo de professores para o ensino de Nível Médio, avidamente solicitados pelos bons colégios do estado. (LAGO, 1961, p.14)

¹⁰ Geógrafo, escreveu na década de 1960 no jornal *O Estado* uma série de reflexões sobre o ensino universitário em Santa Catarina, foi Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, ocupou funções no governo do estado, o primeiro Diretor da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM).

Segundo o professor Paulo Fernando Lago (1961), em prosseguimento, o mercado de trabalho para o professor formado pela faculdade de filosofia não é atrativo em razão da baixa remuneração; de uma reduzida expansão do ensino de Nível Médio que, no estado, se concentra nos estabelecimentos particulares cuja contratação não exige concurso e se satisfazem com os professores provindos dos cursos de suficiência; cursos que por sua vez aumentam a oferta de professores “pois é demasiado fácil a obtenção do registro” nestas condições em relação à demorada formação nas faculdades de filosofia. A oferta de recursos humanos incrementada por professores inaptos, com “elevado grau de improvisação” oriundos dos cursos de suficiência favorece o “mercantilismo de ensino”, praticado principalmente pela rede particular. Ao criticar os cursos de suficiência, cita enfim a dificuldade que encontra a CADES em preparar bons professores para o ensino médio, porque “há casos em que muitos professores concedem aprovação a muitos aventureiros” no interior, nas cidades menores a profissão tem caráter de “bico”. O crescimento expressivo do interesse dos jovens pelo ensino médio (o autor do matéria atribui a citação ao professor Gildásio Amado: a maior revolução cultural do país (id)), justificaria a dilatação dos cursos da FAFIL em espécie e tempo; o investimento do estado em ginásios e colégios públicos para receber os alunos das classes médias e inferiores; a elevação da média salarial dos professores e a utilização dos concursos para contratação.

Com outras modulações e acentos esta reflexão reproduz o debate mais amplo que circulava no país a respeito do papel das faculdades de filosofia, da formação de professores, de suas condições de trabalho e vida e do lugar da escola pública para aumentar a possibilidade de acesso à escolarização do ensino da faixa do meio num país em desenvolvimento.

Imagem 05 - Composição de recortes de jornal: *A Universidade e a Faculdade de Filosofia* de Paulo Fernando Lago.



Fonte: O *Estado*, 27 e 29/08/1961. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

Janeiro de 1962. O presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CES/SC), professor Elpídio Barbosa (1909-1966)¹¹ se comunica com o presidente do Conselho Federal de Educação (CFE) Deolindo Couto (1902-1992) em consulta sobre a prestação dos exames de suficiência para o preenchimento das vagas de professores do ensino (há pouco tempo instituído àquela altura sob a denominação de) médio.

A preocupação do professor Elpídio Barbosa recaía sobre o destino dos egressos dos cursos normais regionais do estado, cursos que assumiram uma certa “tradição” por quinze anos oferecidos no enquadramento das leis orgânicas dos anos quarenta.

¹¹ Atuou em várias posições na Educação em Santa Catarina na vida pública. Acervo pessoal em seu nome encontra-se sob custódia no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAEC/UESC).

Imagem 06 - *Fac-simile* da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 1

11 de janeiro de 62.

Senhor Presidente:

O Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1962 (número 237) publicou ato do Exmo. Senhor Presidente da República, promulgando dispositivos da lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961.

Entre os incisos promulgados, é de destacar-se o art. 117, in fine: "...realizado em faculdades de filosofia oficiais, indicadas / pelo Conselho Federal de Educação".

Dessarte, o artigo 117 ficou com a seguinte definitiva redação: "Enquanto não houver número bastante de professores licenciados em faculdades de filosofia, e sempre que se registre essa falta, a habilitação a exercício do magistério será feita por meio de exame de suficiência, realizado em faculdades ^{de filosofia} oficiais, indicadas ^{pe} pelo Conselho Federal de Educação".

Pelo ofício nº 159, de 28 de novembro de 1962, dirigido a esse Egrégio Conselho Federal de Educação, sob a sua digna presidência, consultamos a respeito de exames de suficiência.

Do expediente acima referido, assinalamos o seguinte trecho: "Pergunta-se: êsses exames de suficiência poderão ser organizados e fiscalizados pelo Estado? Em caso afirmativo, quais as normas gerais que devem ser obedecidas no Estado? Em caso negativo, como procederá a União?".

Ao Excelentíssimo Senhor Professor

Dr. Declindo Couto

DD. Presidente do Conselho Federal de Educação

Ministério da Educação e Cultura - Rio de Janeiro - GE.

Imagem 07 - *Fac-símile* da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 2.

Com vistas à redação definitiva do artigo 117 da LDB (com a manutenção da parte vetada), a nossa consulta perdeu a sua oportunidade e a sua razão de ser.

Senhor Presidente:

A transformação dos antigos cursos normais regionais em ginásios normais (escolas normais de grau ginasial) criou, para o Estado de Santa Catarina, o problema da regularização do corpo docente que deve lecionar nessas escolas normais de grau ginasial.

Este corpo docente de ensino médio e, conseqüentemente, deve ajustar-se ao imperativo da LDB.

O professorado dos nossos antigos cursos normais regionais (agora ginásios normais) tem exercício de cátedra nesses cursos, há mais de 15 anos.

É de justiça enquadrar-se, dentro da lei, esse corpo docente de ensino médio que, desde 1947, vem prestando bons serviços ao ensino normal de primeiro ciclo (hoje escola normal de grau ginasial).

O governo do Estado de Santa Catarina, com esse anelo, organizou e está realizando um Curso Intensivo para esses professores, a fim de habilitá-los e enquadrá-los dentro de condições legais, que permitam alcançar o registro no Ministério da Educação e Cultura (artigo 98 - LDB).

Tomou o nome de 1º Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio e foi instalado no dia 8 de janeiro de 1963, em Florianópolis, capital do Estado e durará perto de cinquenta dias.

Com uma matrícula superior a duzentos professores - todos do interior do Estado - o Governo concedeu transporte e estada aos professores, com uma despesa acima de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00).

Os professores estão recebendo aulas intensivas das disciplinas dos ginásios normais (escolas normais de grau ginasial), inclusive de didática geral e especial.

Imagem 08 - *Fac-simile* da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 3

Pelo esforço dessa concentração, é aspiração do governo catarinense que se realizem exames finais dentro da sistemática e validade legal de exames de suficiência, para que a sua investitura no corpo docente dê-sees ginásios atenda às exigências da LDB.

Senhor Presidente:

Em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, funciona a Universidade Federal de Santa Catarina.

É unidade integrante dessa Universidade a Faculdade Federal de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina, que é a única existente no Estado.

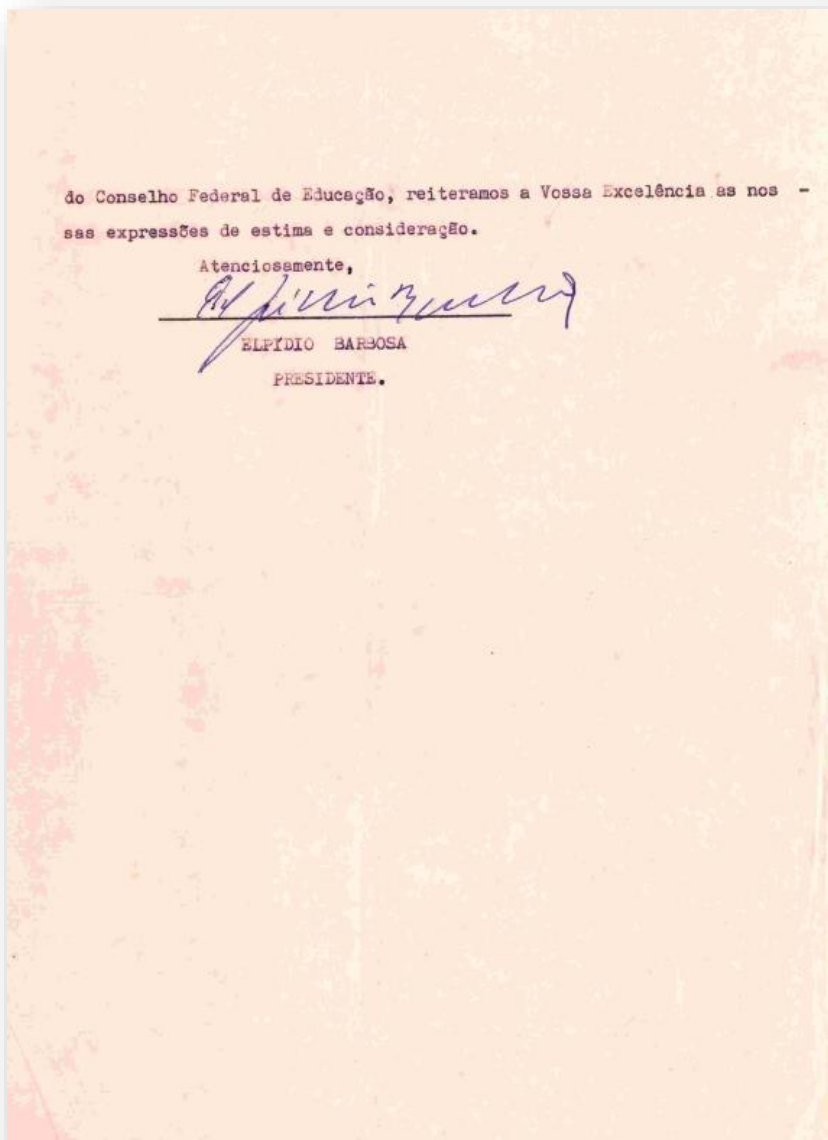
Diante do exposto, e "data venia", estamos requerendo se digno/ o Egrégio Conselho Federal de Educação de indicar a Faculdade Federal de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Santa Catarina, dando-lhe/ outorga para realizar exames de suficiência, nos termos referidos no artigo 117 da LDB.

Essa autorização ofereceria oportunidade para que o 1º Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio se completasse com os exames de suficiência, realizados na faculdade federal de filosofia, como de termina a lei.

Se possível, e com todo o acatamento, ficaríamos imensamente / gratos se a indicação da Faculdade Federal de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Santa Catarina fosse feita com a urgência possível, de tal forma que permitisse a realização desses exames de suficiência, já no mês de fevereiro de 1963, o que permitiria a integração dos professores / no exercício legal nos ginásios normais (escolas normais de grau ginásial) em que foram transformados os nossos antigos cursos normais regionais.

Certos do deferimento desta nossa petição, baseada tão sômen - te na ânsia de cumprir a lei, e com os antecipados agradecimentos ao Coleg

Imagem 09 - *Fac-símile* da correspondência da SEC/SC para o CFE em 11 de janeiro 1962, p. 4



Fonte: UFSC/FAFIL, 1962

Janeiro de 1963. O professor Elpídio Barbosa em nome da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina (SEC/SC) para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob a direção do professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978)¹², enviara, angustiado, pedido de ajuda.

A mensagem põe o diretor da FAFIL a par das ações do governo do estado por meio da SEC/SC em relação à formação de professores tendo em vista a conformação dos *cursos normais regionais em ginásios normais* atendendo a alteração compelida pela LDB de 1961.

Esta transição não ocorreria sem problemas, como permite entender o remetente, posto que os egressos dos ginásios normais – ginásios estes, por sua vez, reorientados à condição de ciclo de um dos cursos no *ensino médio* - pudessem exercer a docência na qualidade de *habilitados* para assumir as aulas *nos cursos do ensino médio* , teriam de submeterem-se ao exame de suficiência conforme o artigo 117 da LDB que, não fazia muito, entrara em vigor.

Juliete Schneider (2008) identificou em sua dissertação, que *A democratização do acesso ao ensino secundário pela expansão do ciclo ginásial normal em Santa Catarina (1946-1969)* provera o acesso ao *ensino médio* como alternativa à concorrência na oferta do ingresso no *ensino secundário* pela via dos ginásios normais a que se refere o professor Elpídio Barbosa na mensagem à FAFIL. Tal constatação coaduna com a prioridade reclamada aos cursos normais no estado no parecer que acompanha Memorial dos Diretores do Instituto de Educação e Escolas normais Oficiais no ano de 1954¹³.

¹² Professor, médico de formação, com incursões consideráveis na política e na escrita da história do estado.

¹³ Outubro de 1954. O Secretário de Educação, Saúde, e Assistência Social do Estado de Santa Catarina encaminha com o ofício do dia 13 a minuta do projeto de lei que cria e dispõe sobre a carreira do professor de ensino secundário ao governador Irineu Bornhausen. Um dos anexos desta correspondência é o Memorial dos Diretores de Instituto de Educação e Escolas normais Oficiais, de 20 de setembro de 1954. Este documento apresenta algumas ponderações do grupo em relação ao projeto de lei que seria encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação. A mensagem é dirigida primeiramente à Diretora do Departamento de Educação, professora Ondina Nunes Gonzaga, subscrita pelo Inspetor substituto no Instituto de Educação, Abelardo Souza. Além de escalar, propor a tabela de progressão com os respectivos vencimentos, chama a atenção a observação do signatário referindo-se à criação do segundo ciclo do ensino secundário na rede estadual de ensino, à “qual não são contra. Mas pensam, porém, que a formação de professores primários

Essa mensagem expõe, de mais a mais, dois aspectos em relação aos cursos normais: 1 - a organização do curso de aperfeiçoamento para professores no âmbito do estado (“aos moldes” da CADES); e 2 - a relação com a formação dos professores que indica que os egressos dos cursos normais exerceram a docência nos ciclos ginasiais dos ramos do ensino médio no interior, com maior ressaltado, os ginásios normais.

Naquele janeiro de 1963 a SEC/SC promovera um curso de aperfeiçoamento para os alunos dos cursos normais regionais, ou melhor: dos ginásios normais, em regime especial intensivo com duração de cinquenta dias, no entanto a solução viria a cabo apenas com a prestação dos exames de suficiência; ponto onde entra a FAFIL nesta história; a legislação há tempos em vigor prescrevia que na ausência de professores habilitados pelas faculdades de filosofia para os ciclos do *ensino secundário*, aqueles que prestassem o exame de suficiência poderiam ocupar estes postos nas escolas carentes desses profissionais; as cláusulas do exame de suficiência continuavam exercendo sua função de acordo com o preceituado no artigo 9º do Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, o qual designava a Faculdade Nacional de Filosofia no Distrito Federal, as Faculdades de Filosofia ou instituições congêneres nos Estados como as instituições autorizadas a realizarem os tais exames.

(normalistas) é sua função precípua”, pois estão presenciando o êxodo dos alunos do Instituto de Educação para os cursos clássico e científico (SANTA CATARINA, 1954, p. 3). O memorial com a proposta da carreira do professor do ensino secundário propriamente dito vem após este primeiro parecer, assinado por três representantes da educação estadual, o Diretor do Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho, Orlando Ferreira de Melo da Escola Normal e Ginásio Estadual Pedro II, Rodolfo Gerlach; Escola Normal e Ginásio Estadual Vidal Ramos, Galileu Amorim; Escola Normal e Ginásio Estadual Barão de Antonina, respectivamente das cidades de Florianópolis, Blumenau, Lajes e Mafra (SANTA CATARINA, 1954, p. 8).

Imagem 10 - *Fac-símile* da correspondência da SEC/SC para UFSC/FAFIL em 14 de janeiro 1963, p. 1

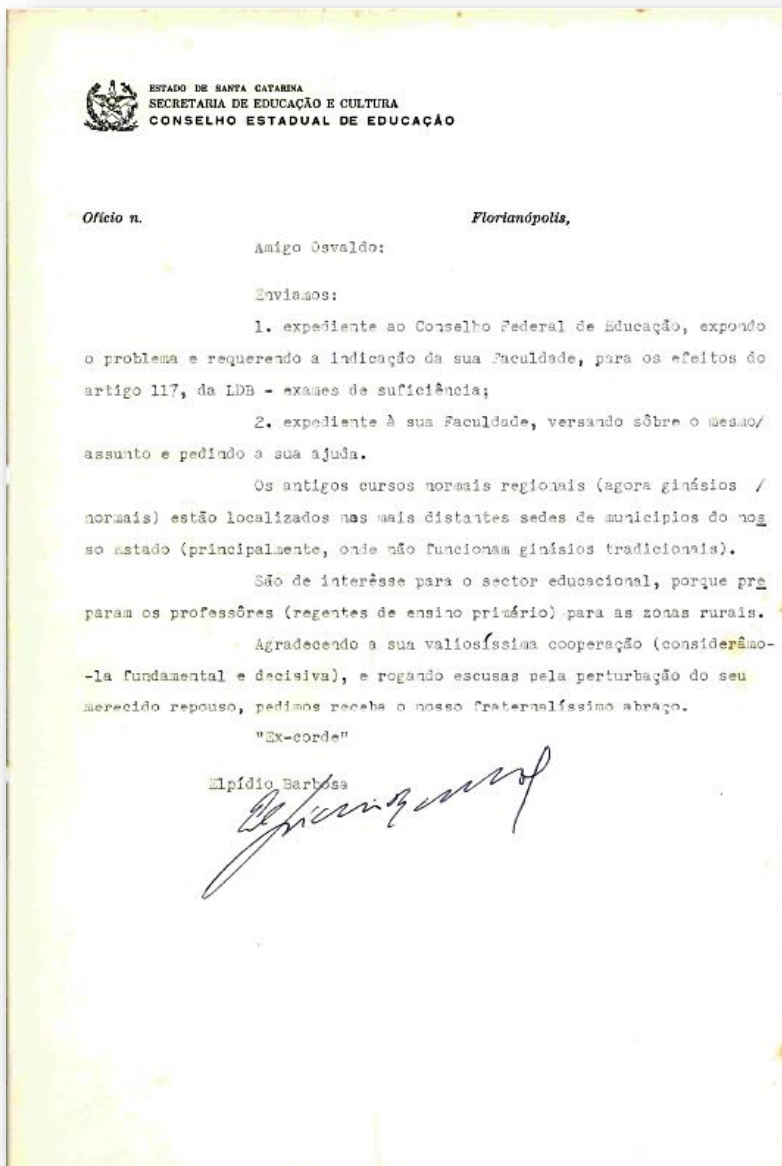


Imagem 11 - *Fac-símile* da correspondência da SEC/SC para a UFSC/FAFIL em 14 de janeiro de 1963, p. 2

C Ó P I A

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Florianópolis, 14 de janeiro de 1963.

Prezado Amigo Professor Osvaldo Cabral:

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) trouxe um problema para os nossos cursos normais regionais (ensino normal de primeiro ciclo), que estão em funcionamento, há mais de quinze anos, em Santa Catarina.

Pela LDB, deverão ser transformados êsses cursos normais regionais em ginásios normais (escolas normais de grau ginásial) e serão reconhecidos, para todos os efeitos legais, como estabelecimentos de ensino de nível médio.

Ora, o professorado desse ensino deve ser registrado no MEC (Ministério da Educação e Cultura).

A Secretária de Educação e Cultura organizou Curso de Aperfeiçoamento de Professôres de Ensino Médio (as aulas foram iniciadas no dia 8 de janeiro: sistema intensivo) e o Curso deverá durar cinquenta dias.

Estão matriculados mais de duzentos professôres (primeira leva).

Não poderão prescindir do exame de suficiência (art.117 da LDB) e êste exame só poderá ser realizado em Faculdade Oficial de Filosofia, indicada pelo Conselho Federal de Educação.

O problema é de urgência, e até de angústia (sòmente agora é que o Congresso Nacional, rejeitando o veto, firmou que o exame de suficiência passasse para a órbita exclusiva de Faculdade de Filosofia Oficial).

Esta carta é dirigida ao amigo, pedindo e rogando a sua proverbialíssima solicitude, ajudando-nos nessa situação.

Parte do artigo 117, citado na correspondência, fora sujeito a veto presidencial. João Goulart, no exercício do mandato presidencial por ocasião da publicação da LDB, na mensagem do veto questiona a redação original a seguir:

Art. 117 – Enquanto não houver número bastante de professores licenciados em faculdades de filosofia, e sempre que se registre essa falta, a habilitação a exercício do magistério, será feita por meio de exame de suficiência realizado em faculdades de filosofia oficiais indicadas pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1961, 21)

O presidente veta parcialmente esta redação manifestando óbice relativamente ao condicionante das *faculdades de filosofia indicadas pelo Conselho Nacional de Educação* (CNE):

Sujeitando a habilitação do magistério aos critérios que as faculdades oficiais tiverem por bem fixar, é de supor que a já sensível falta de professores em certas áreas do País se torne ainda mais grave. Também neste caso, em lugar de procedimentos restritivos, o que se recomenda é a realização de programas de capacitação do professorado, primeiro, para o tronco comum dos cursos de nível médio, depois, para as etapas posteriores e para os cursos especializados, conjugadamente com a execução dos planos de expansão da rede nacional de ensino médio. (id., 1961, p. 22)

Como a DES conciliou a redação dada ao artigo 117 com a recomendação do veto presidencial? No cursos dos anos de 1963 e 1964, esteve na função ministerial Paulo de Tarso Santos e na DES o professor Lauro de Oliveira Lima (1921-2013); o ministro expedira algumas portarias regulamentando artigos da LDB, em relação ao ensino médio nomeadamente sobre as matérias: registro de professor do ensino médio, registro de diretor de escola de grau médio, carteira nacional de estudante de nível médio, exames no ensino secundário, formação moral e cívica no ensino médio, transferência de documentos da vida do estudante do ensino médio, uso do livro didático no ensino médio (UFSC/FAFIL, 1963).

As portarias se encetaram em pretexto para a cassação do Ministro e do Diretor, do que se identificou a *posteriori* tratar-se de uma, entre outras estratégias, rejeição ao conjunto de reformas no governo João Goulart com o conseqüente remate em março de 1964; ao que assumem no Ministério Júlio Furquim Sambaqui (1906-1982) e na DES Gildásio Amado (1939-1979), que antecederam o professor Lauro de Oliveira Lima até metade do ano de 1963.

Após o desfecho da *querela das portarias*, comissão especial convocada para regulamentação da matéria do exame de suficiência dos professores em vista da redação modificada pelo veto parcial do artigo 117 que assumira o texto final “enquanto não houver número bastante de professores licenciados em faculdades de filosofia, e sempre que se registre essa falta, a habilitação a exercício do magistério será feita por meio de exame de suficiência” (BRASIL, 1961); composta por Newton Sucupira (1920-2007) como relator, Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), José Barreto Filho (1908-1983), Péricles Madureira de Pinho (1879-1978) e Dom Cândido Padim OSB (1915-2008), com a presença do diretor do ensino secundário expedem o Parecer nº 175/63, regulamentado logo em seguida pelo Parecer 354/63, no qual constam os membros, de uma segunda comissão, Newton Sucupira como relator, Valnir Chagas (1921-2006), Anísio Espínola Teixeira (1900-1971), conclui, opostamente à redação final do texto da LDB, que o Conselho Federal de Educação, não só assumiria o encargo da indicação das faculdades de filosofia aptas à execução dos exames como também disciplinaria em forma de regulamentação os tais exames.

A DES neste expediente ocupa uma função primordial, põe em execução os pareceres, os quais se basearam substancialmente nos resultados da CADES no país desde a sua instituição. A consolidação na escrita desses pareceres leva a crer que a participação da Diretoria fora decisiva; e que estranhamente na direção oposta da *descentralização* apregoada pelo diretor da vez, as medidas serviram para trazer maior superintendência sobre o *ensino secundário* pelo foro da DES, absorvendo pautas dos Conselhos Superiores. Descentralizar centralizando, é o que se poderia dizer deste caso? O que servirá a um resultado mais abrangente em se tratando da faixa de ensino em comento, pois, como será analisado oportunamente, na rede semântico-discursiva que envolve os documentos da época falar em ensino secundário *significará falar de todo o ensino médio estipulado pela LDB*.

Com efeito, a mudança da redação do artigo 117 não alterou a condução do assunto que se encerrara da seguinte maneira: o professor

considerado apto à docência do ensino secundário, ou aos ginásiais dos equivalentes no ensino médio é o que se graduou na faculdade de filosofia ou que, noutra condição formativa, prestou o exame de suficiência na faculdade de filosofia, enfim, tudo passaria pela joeira da faculdade de filosofia.

No parecer do memorial ano de 1954 houve a preocupação do *staff* do Instituto de Educação e das escolas normais do estado de Santa Catarina naquele momento em “defender” a oferta do ensino normal na capital e no interior¹⁴; a correspondência do professor Elpídio Barbosa oito anos após abre, novamente, a percepção de que a ocupação dos postos do professorado ginásial, sobretudo no interior, até o advento da LDB, diante desse cenário, nas 58 unidades de ensino secundário no ano de 1959 no estado¹⁵ fosse preenchida por egressos das Faculdades de Filosofia mais antigas de outros estados, por graduados nas mais diversas profissões e pelos egressos dos cursos normais ou até mesmo habilitados pela CADES em outro estado do país, porque os primeiros licenciados pela UFSC/FAFIL só puderam pleitear tais postos após o ano de 1961. Na sequência dos anos de 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968 são licenciados pela FAFIL, na correspondente sequência: 41, 21, 22, 21, 17, 34, 55 e 104 professores (UFSC/FAFIL, 1968, p. 42; 111-112).

Há um lapso temporal entre a formalização do entendimento proferido nos pareceres das comissões especiais acerca do artigo 117. A indicação das faculdades de filosofia que, pelo instrumento CADES, realizariam os cursos preparatórios e os exames de suficiência é publicada às vésperas do golpe de 1964, o Parecer 77/64 do dia 12 de março, assinado pelo relator Padre José Vieira de Vasconcelos (... -1993), Anísio Espínola Teixeira e Josué Montello (1917-2006). Este ato oficializa a

¹⁴ Esta fisionomia educacional no estado pode ser visualizada no arco histórico médio considerando os três últimos anos das décadas de quarenta e de cinquenta, por exemplo, a distorção é extravagante: entre 1947 e 1949 os ensinos pedagógico e secundário crescem internamente 0,65% e 0,35% (IBGE, 1947-1949) respectivamente; para o triênio que encerra à década de cinquenta o fenômeno se similar: 0,40% e 0,25% (IBGE, 1951-1953) para a mesma ordem dos ramos de ensino. Proporcionalmente na comparação, o número de unidades escolares no estado para cada ramo mostra um incremento maior para o ensino pedagógico; entre 1947 e 1949 o ensino normal amplia em 30 unidades face a 5 do ensino secundário; no final dos anos cinquenta a diferença é menor, mas o primeiro ainda angaria um pouco mais de unidades que o segundo, 9 escolas normais e 7 escolas do ensino secundário a mais na passagem dos três anos, conforme a tabulação do IBGE nos anexos 1 e 2.

¹⁵ Conforme a tabulação do IBGE no anexo 5.

possibilidade da FAFIL em Santa Catarina ingressar na Campanha de Aperfeiçoamento de Difusão do Ensino Secundário.

Imagem 12 - Composição de recortes de jornal, a CADES na década de sessenta em Santa Catarina



Fonte: *O Estado*, 1960-1964; *Correio Lageano*, 1965. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

Os recortes de jornal¹⁶ trazem a presença da Campanha à ribalta¹⁷ em Santa Catarina. A estratégia não era nova, Getúlio Vargas a fizera

¹⁶ Compossível à análise dos periódicos realizada por Lohn (2002) uma incursão nas publicações do jornal *O Estado* nas décadas de 1950 e 1960 demonstrou como este periódico, disponível no sítio digital da Hemeroteca Catarinense (<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>), ligado aos governadores Celso Ramos (mandato de 1961 a 1966) e ao seu sucessor político Ivo Silveira (mandato de 1966 a 1971), para os quais veiculou ostensiva propaganda eleitoral e governamental, *mutatis mutandis*, difundiu: regularmente na primeira página editoriais de verve política, que tematizavam sobre a guerra fria; episódicas “sublevações” comunistas no Brasil, América Latina e no mundo; os confrontos entre as forças reativas militares e os ativistas do socialismo no Brasil, América Latina e no mundo. A primeira página mormente vinha como assunto principal o socialismo/comunismo. As páginas seguintes, além das variedades salientadas por Lohn (2002) apresentam recorrentemente: as ações e os resultados das edições do PLAMEG. Esse jornal, cujo mister se confundia com o de uma plataforma de propaganda política, invariavelmente ovaciona as obras do PLAMEG, em contrapartida ocasiona estimar ações voltadas para a educação no plano, ainda na versão dos seus autores.

¹⁷ A expressão cena pública é uma dessas unidades linguísticas de contornos intrincados nas ciências humanas e sociais, faz-se o uso em relação ao termo (não menos intrincado) representação, por dispor de grande potencial para abrigar conceitos e práticas. Tomam-se três acepções (entre um numeroso corolário) a serem ponderadas: a representação no seu estado filosófico-conceitual, a representação no seu estado de *mandatum* nas relações sociais e a representação no seu estado *mimesis*. Algumas vias do pensamento no Ocidente consagraram a representação na qualidade do conjunto de processos, mediações e artefatos intelectivos que “substituem” o objeto (*res*) por uma unidade signo-semântica num determinado quadro histórico; a ilação a este conjunto, dependendo da tradição, pode reputar-se à sensibilidade, à mente, ao espírito, ao fenômeno, uma disposição psicológica ou orgânico-fisiológica. O *mandatum* republicano na linhagem das assembleias da Revolução Francesa vai se diluindo na reconversão da democracia representativa no mercado dos postos políticos em oposição ao direito real do nascimento, dinâmica que está em jogo na república moderna. A ágora é reconvertida em arena e a polis em *res publica* na qual as contradições de cada modelo se reconfiguram em função da racionalidade secularizada. Os propósitos da liberdade e igualdade dos cidadãos face à lei; o direito à propriedade; liberdade de opinião e pensamento; a demarcação civil entre o público e privado supõem nessa república a representação dos interesses a título de sua conciliação cujo dispositivo prático-discursivo predominante será o *negotium*. No seu estado de *mimesis* democrática, melhor expresso em *pantómimos*, a pantomima democrática representada no cenário republicano moderno, que como pode se supor, rompe com sua origem clássica para assumir

“popular” em seus dois governos (ABREU, 2011; CAPELATO, 1999; QUELLER, 2015). A propaganda da CADES, e das tantas outras Campanhas em voga na ocasião, em periódicos, programas radiofônicos, publicações com chancela própria foi uma estratégia de “popularização” empregada desde a sua inauguração em 1953; o mapeamento de notícias da Campanha alcançou todas as regiões do país. Como o próprio nome informa, trata-se de uma campanha de difusão, o que torna previsível esse investimento em “publicidade”, conforme a alínea n do artigo 3º do Decreto nº 34.638: “promover o esclarecimento da opinião pública, quanto às vantagens asseguradas pela boa educação secundária”.

As notícias participaram os catarinenses da execução da Campanha no estado como um evento distintivo, as atividades relatadas no periódico estadual reaparecerão no programa de atividades da Diretoria do Ensino Secundário (DES) para início em julho daquele ano, como também constarão da síntese das atividades da CADES em 1964-1966, relatório do ano 1966 da Diretoria.

o caráter mesmo de *simulatio*. A pantomima, para que logre sucesso em sua representação é encenada sub-repticiamente pelos partícipes operando as devidas adequações às predisposições do público, o propósito é convencer comovendo, a vida do público aos poucos vai sendo tomada pela dramaturgia na arena, ao ponto que em este assume a causa dos personagens em cena como suas e o processo mimético fecha o seu ciclo: o público se vê representado na representação dos representantes. Obviamente não se fala aqui de um processo totalizante simplificador, mais de 200 anos de republicanismo moderno não podem ser caricaturados num resumo simplório como este. O colóide representação-república-democracia converge na *res*. Tomam parte neste processo a herança escolástica tomasiana *adaequatio rei et intellectus* reforçada posteriormente pela *res cogitans* cartesiana. O universo republicano assume o modal reificador, a ‘coisa’ adquire o status metafísico transposto da escolástica como um ente onnipresente, ocupa simultaneamente vários espaços: o pensamento, a ação e a dramaturgia. O autor do pensamento ele próprio se torna coisa. Em tal universo modernizado a divisão republicana dos poderes reflete a clareza e a distinção que assumem a divisão entre judiciário, legislativo e executivo. É por este imperativo de distinção, separação que se faz possível negociar os interesses. Afirmar que numa dada conformação social há interesses a serem conciliados soa quase como uma tautologia, a unanimidade não demanda conciliação, há justiça porque há litígio e desigualdade. A república moderna, neste raciocínio, por este processo de coisificação opera com a disposição dos interesses a serem negociados, como é ilustrado em algum momento por Tocqueville e por Weber, especialmente nas impressões colhidas nos EUA, em que as predisposições para os negócios na arena pública são assumidas sob a égide do discurso democrático.

Planejamento estatal foi a palavra de ordem naquelas décadas, estava em franca execução a instrumentalização do PLAMEG no estado, este plano programático do governo também buscou os auspícios do governo federal por meio do INEP para atingir suas metas.

A planificação nessa conjuntura tornou-se um procedimento imprescindível para a República Federativa do Brasil, que almejava a modernização e para todos os Estados brasileiros que buscavam a modernização e inserção no contexto nacional. Nesse âmbito, destacam-se as propostas desenvolvimentistas propugnadas pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961), e no Estado de Santa Catarina culminou com o desenvolvimento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), levado a efeito pelo governador Celso Ramos (1961/1965). Elaborado para atender três blocos distintos, ou seja, o homem, o meio e a expansão econômica, mas inter-relacionados, o PLAMEG objetivava atender esses blocos primando pela a expansão econômica, semelhante à proposta de Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961). (DAROS; e MELO, 2006, p. 3)

Buscando responder ao tripé que sustentava seu Plano de Metas do Governo - PLAMEG -, a expansão econômica, o meio e o homem, Celso Ramos solicitou ao MEC, em 1962, a instalação de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais - CRPE no estado de Santa Catarina. Porém, após longos debates e estudos, a instalação desses centros ficou ao encargo de cada unidade federada, em função do dispositivo de da Lei 4.024/1961. Ao então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Inep caberia apenas orientar tecnicamente sua implantação. (DAROS; VALLE e MELO, 2012, p. 4)

Caio Graco Valle Cobério na dissertação *A Racionalização das Carências: Estado Desenvolvimentista e o Ensino Secundário da Rede Estadual em Santa Catarina (1961-1965)*, defendida no ano de 2009 no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estado de Santa Catarina (UDESC), traça um perfil que conjuga a ação

planificadora do estado à função que assume o ensino secundário no ambiente desenvolvimentista por ocasião do PLAMEG I. Tomando por referência as relações do diagnóstico estatístico da expansão do ensino secundário no estado, ao que denomina de *acesso à escolarização como uma forma de democratização quantitativa* (COBÉRIO, 2009, p. 17), relaciona os impactos do modelo de substituição de importações na fase do oligopólio competitivo do capital, projetos político-partidários em disputa, o PLAMEG como um instrumento de barganha eleitoral numa análise histórico-materialista que o leva a concluir que:

Na medida em que se tinha uma “Educação para o desenvolvimento, a grande força propulsora do modelo era um processo típico da produção/reprodução capitalista [...] que retirasse o país da condição de subdesenvolvimento, traduzindo-se em industrialização.

[...] o ensino secundário que, outrora, numa concepção aristocrática, servia para a formação das mentes condutoras do país quando este vivia sob a excelência de uma elite privilegiada, advinda de uma economia primária-exportadora que era considerada a vocação do país, transformara-se no meio para aquiescer o sonho desenvolvimentista de um padrão de vida semelhante aos países capitalistas centrais [...]

Conclusivamente, o ensino secundário da rede estadual de Santa Catarina entre 1961 e 1965 foi parte do projeto desenvolvimentista tão desses anos, exercendo uma funcionalidade ímpar. Apesar de uma expansão, como já foi dito, a intenção do Estado não foi a de massificá-lo, mas transformá-lo em símbolo de eficiência do desenvolvimento econômico, cujos resultados seriam demonstrados por um seletivo grupo de novos consumidores,” (COBÉRIO, 2009, p. 186-187)

Como destacado em uma das notícias, não faltavam planos para educação secundária. É dito que a reprodução da Campanha no estado cumpre a primeira etapa do plano da Diretoria do Ensino Secundário para Santa Catarina; o plano da DES por sua vez cumpre o *Plano Trienal de Educação 1963-1965* (não casualmente à *semelhança* da meta nomeada *Homem* nas edições do PLAMEG) pontua no título *I-Pré-Investimento para Aperfeiçoamento do Fator Humano*, meta imodesta para a época:

Também amplo será o programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério. Com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério, a serem mantidos pela União, procura-se institucionalizar o esforço pelo aperfeiçoamento do magistério primário e médio e criar, definitivamente, a figura do professor supervisor [...] Deste modo, espera-se aperfeiçoar, em 1963, 5.000 professores, inclusive leigos, em 1964, cerca de 20.000 professores e em 1965, cerca de 50.000 professores. (BRASIL, 1963, p. 14)¹⁸

A empiria documental sobre a CADES em Santa Catarina indicia de antemão o lance do pêndulo nesta pesquisa os dois movimentos metodológicos de análise propostos: a verticalidade das ações federais (descendente) e estaduais (ascendente) na corporificação em *nominatas* instrumentais, recorrendo à categoria numa face “benjaminiana” e noutra “witgenstainiana”, *semelhantes*: legislações, planos, cursos de aperfeiçoamento, instituições, propaganda... artefatos na linguagem.

Foi importante para a pesquisa rastrear os vestígios da CADES no estado por esse liame: MEC – Inspetoria do Ensino Secundário (ISES) - FAFIL – SEC/SC. A coocorrência da mensagem do professor Elpídio Barbosa¹⁹, os formulários de inscrição colhidos na Inspetoria, as notícias

¹⁸ Não se poderia deixar de aduzir nesta meta trienal a semelhança da ambição do modelo desenvolvimentista de JK o qual projeta transformar o resultado de 50 em 5, ou melhor: o máximo de resultado no mínimo tempo.

¹⁹ Beirith (2009), Daros e Pereira (2014) proporcionam um panorama sobre ação do governo do Estado de Santa Catarina na década de 1940 sob o Departamento de Educação da pasta da Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde. O professor Elpídio Barbosa já assumira um projeto de vulto na educação estadual à época, e conforme pode ser visto nas tabelas dos anexos 1 e 2, as políticas da educação estadual se coadunam à política federal em relação aos ensinos primário e pedagógico, de forma que o resultado que se apresenta no final da mesma década figure extremamente assimétrico no comparativo com o ensino secundário: “Do esforço das autoridades educacionais catarinenses para adequar o sistema de ensino estadual às Leis Orgânicas Federais surgiu o Decreto estadual nº 298, de novembro de 1946, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina. Tal reforma foi liderada pelo professor Elpídio Barbosa. Para complementar a Lei Orgânica Estadual, foram elaborados os Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário, o Regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar e o Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário, que dirigia o Departamento de Educação do Estado desde 1940. O

jornalísticas, os relatórios da FAFIL compuseram a base sobre a qual o se desenrolam a Campanha nos projetos nacionais e locais num esboço longitudinal-horizantal.

Há mais informações a serem realçadas com relação aos recortes do jornal que instigam essas correlações. A coordenação é atribuída à inspetora seccional do ensino secundário para a região, Maria da Glória Brandemburgo de Oliveira, que vinha desenvolvendo “intensa atividade educacional com base no Plano Trienal de Educação e no Conselho Estadual de Educação” (O ESTADO, 1964, p. 5). A reunião de diretores,

Regulamento para os Estabelecimentos do Ensino Primário - o Decreto nº 3.735, de 17 de dezembro de 1946 - é um extenso e meticuloso documento composto de 761 artigos, que dispõe sobre as bases de organização, a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias, regime de aula, critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administração, disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola, entre diversos outros itens. [...] Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no ano de 1948 relativa ao exercício de 1947 (SANTA CATARINA, 1948a), o governador Aderbal Ramos da Silva expõe quadro sobre o ensino primário geral. De acordo com a relação apresentada, o Estado de Santa Catarina possuía um total de 86 Grupos Escolares – 8 unidades na Capital e 78 no interior do estado - e 1.593 Escolas Isoladas. O total de Escolas Isoladas no período correspondia, portanto, a praticamente 95% das unidades escolares de ensino primário no estado. Ao município de Florianópolis são atribuídas 43 Escolas Isoladas, número que causa estranheza pelo excesso, posto que em relatório do prefeito Mauro Ramos sobre a instrução municipal, datado de 1939, a prefeitura apresenta um quadro de 26 Escolas Isoladas (FLORIANÓPOLIS, 1939). Cabral Filho (2004), analisando o dado, atribui a informação ao fato de muitas escolas terem sido criadas à revelia do poder público até a edição das leis do Ensino Primário, do Regulamento de 1946 e da Constituição Estadual.” (BEIRITH, 2009, p.158-160)

“Outro dado merece atenção: a referência a escolas normais rurais em Santa Catarina. Desde 1946, os cursos para formação de professores do meio rural eram denominados “cursos normais regionais”, assim como era previsto que ocorresse nas outras unidades da federação com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n. 257/46). Mesmo que em alguns estados funcionassem instituições denominadas “escolas normais rurais”, ao que tudo parecia indicar, Santa Catarina não fazia parte desta listagem. No entanto, não é isto que se constata em algumas das fontes compiladas. Além do relatório anteriormente citado, também outro, do Departamento de Educação, referente ao ano de 1952, menciona as escolas normais rurais ao falar de acordo especial firmado entre Santa Catarina e o Inep, em dezembro de 1948, “para a execução do plano de construção destinado à ampliação e melhoria do ensino normal” (SANTA CATARINA, 1953, p.18).” (DAROS e PEREIRA, 2014, p.10)

presidida pelo professor Hélio Romito de Almeida²⁰ mencionado na matéria como o representante da CADES no estado (O ESTADO, 1964, p. 5), é uma das atividades da Campanha entre as quais constam: divulgação do plano de atividades da DES (Ginásio Menor, Ginásio Moderno, Exames de Madureza, TV e Rádio Ginásio, Escolas de Mecanografia) e a “discussão em torno da renovação dos métodos didáticos com base na psicologia do adolescente” (id).

Até a metade desse ano foi diretor da DES o professor Lauro de Oliveira Lima²¹, porquanto o uso das expressões “psicologia do adolescente, didática de base psicológica” trazem a marca deste educador na Diretoria, um dos responsáveis à ocasião pela divulgação do método psicogenético que o acompanhará por toda a sua carreira na educação no país. O professor Lauro foi substituído pelo professor Gildásio Amado, que comandaria os rumos da Campanha até o seu ocaso na passagem para década de setenta, e que consta como diretor na documentação da Campanha nos arquivos da UFSC.

O professor Elpídio Barbosa estava na função de Secretário de Educação e Cultura; a mensagem enviada à FAFIL em janeiro do ano anterior surtira efeito, atuavam em prol da Campanha no estado o representante local da educação e cultura, a representante do MEC por meio da Inspeção Seccional do Ensino Secundário e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC. Não é informado o endereço de onde a Reunião Regional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino aconteceu em Florianópolis; antes, cinco cidades haviam sido visitadas: Blumenau, Joinville, Joaçaba, Mafra e Tubarão. A aula inaugural do Curso de Treinamento Básico de Professores foi realizada no Teatro Álvaro de Carvalho pelo professor Elpídio Barbosa, o curso seria oferecido no prédio da Escola Industrial de Florianópolis que naquela primeira semana do ano estaria recebendo as matrículas para o ciclo ginásial, inclusive. A informação na mesma página com a notícia do curso

²⁰ Professor na FAFIL, assumiu o ensino de geografia nas edições da CADES em SC de 1964 a 1968

²¹ Num dado momento da trajetória do professor Lauro de Oliveira Lima na DES houve alguma adversidade relacionada a determinadas portarias expedidas pelo então Ministro da Educação Paulo de Tarso. As medidas do governo Castelo Branco na ocasião foram extremas ao custo das posições do diretor e do ministro nos quadros públicos. Mesmo aposentado compulsoriamente em 1964, enquadrado nos artigos dos AIs o professor Lauro foi objeto de investigação das Seções de Segurança e Informação do governo militar até início da década de oitenta, como revelam os dossiês dos fundos das memórias da ditadura no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: sian.an.gov.br.

de treinamento não é irrelevante. A imagem do país e do estado industrializado compulsivamente bate à porta das décadas desenvolvimentistas; o futuro do desenvolvimento é uma sociedade industrial, *funcional* na qual os papeis (aqui também entendidos na acepção de *títulos*) são demarcados e demarcadores das posições a serem ocupadas de acordo com o “grau” de escolarização²².

A CADES, como um instrumento da DES, persistirá nas décadas de cinquenta e sessenta com a máxima de que o *ensino secundário* deve estar “mais ajustado aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve”. No ambiente desenvolvimentista de então, esta máxima se voltava para a promessa da industrialização.

Em mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na abertura da sessão legislativa do ano de 1956, há a menção a três aspectos que chamam a atenção do projeto educacional para o país no período.

²² A graduação do ensino na modernidade pós-revolucionária burguesa assume um domínio que até a passagem das sociedades tradicionais era um elemento latente na forma: o controle da educação por uma sociedade “laica” dimensiona as relações entre os seus partícipes por meio de divisas mundanas e só consegue dimensionar os acessos aos *topoi* sociais por meios dimensionáveis, explica-se: o beneplácito dos deuses cabe ao arbítrio ou capricho dos deuses, sendo aceitáveis ou toleradas as diferenças sociais entre os partícipes a vontade divina é a causa; deste modo se os escribas e os sacerdotes são o estrato letrado não se está diante de um privilégio, mas de uma missão (ou função), a coincidência entre a posição social e o acesso à formação pela letra é a união feliz que satisfaz a vontade divina. Nas sociedades secularizadas a graduação pelo acesso à formação pela letra é um dimensionamento do *topoi* social preexistente nas sociedades tradicionais; com o “declínio” da divisão social dada pela mercê da divindade, instrumentos de medição e hierarquização sociais: graduação, são “convencionados” e reduzidos a termo num dos produtos distintivos da modernidade pós-revolucionária: a escola republicana. Esta “pequena república das letras” passa a dimensionar os “graus” de habilidades, conhecimentos e condutas correspondente à posição possível no estrato social. No caso das décadas desenvolvimentistas o avanço no grau de escolaridade corresponde ao distanciamento do atraso e aproximação do desenvolvimento, e cada vez mais em relação às comparações internacionais, ao se falar de uma sociedade de desenvolvimento industrial, o grau de desenvolvimento desejável estaria dimensionado à formação que domine as habilidades, conhecimentos e condutas corresponde ao esforço majoritário dos partícipes em dominar esses atributos que por fim podem ser aprendidos na escola.

O primeiro deles é a visão que o governante tem da cultura e do processo educativo:

Proveniente da transmissão conjunta da herança cultural e da cultura que está sendo elaborada todos os dias, a formação educacional moderna concretiza, plasmando personalidades socialmente úteis, a harmonia construtiva entre o humanismo e a técnica, os dois componentes da educação integral.

Urge, pois, que o Governo se empenhe em assistir a todos os tipos de escolas necessárias à formação do homem, seriamente integrado na realidade nacional, quer em termos de cultura humanística, quer de cultura técnica, quer, sobretudo, de cultura técnico-humanística. (BRASIL, 1987, p. 253)

O segundo relaciona-se com o conteúdo desta pesquisa:

A acentuada afluência de estudantes, oriundos de todas as camadas sociais, ao curso secundário está a exigir a atenção especial do Governo.

Ao passo que, em 1955, o total de matrículas nas escolas técnicas e industriais foi de 17.000 alunos e nas comerciais de 100.000, no ensino secundário aquele número se elevou a cerca de 480.000 [...]

No presente estágio do nosso desenvolvimento industrial, urge encaminhar a mocidade, preferentemente para as escolas técnico-profissionais, destinadas a preparar especialistas qualificados para os variadíssimos ramos da produção moderna.

Entretanto, torna-se imperioso dar relevo à escola profissional que representa a entidade capaz de preparar, na fase atual, os construtores de nossa grandeza cultural e econômica.

Pelo que sabiamente estatui a Lei de Equivalência do Ensino Médio, podem os estudantes dessas escolas profissionais ingressar na escola superior correspondente, para que se tornem profissionais de mais alto nível. (id.)

E, por fim, a menção ao objeto de estudo deste trabalho:

As Faculdades de Filosofia, criadas em 1934, apesar de numerosas, atendem apenas às necessidades das capitais, estando o interior em estado de carência de professores para as escolas secundárias, que assim continuam recorrendo a docentes improvisados, autodidatas, sem a conveniente formação pedagógica.

Para remediar este fator de baixo rendimento da escola secundária, pretende o Governo realizar um trabalho amplo e intensivo de assistência ao magistério, por meio de cursos e de publicações, com informações didáticas e orientação metodológicas das disciplinas.

Assistência semelhante será oferecida, também, aos próprios estabelecimentos particulares que, por não disporem dos recursos necessários para aulas práticas de ciências, nem para a formação nos alunos de hábitos de leitura e pesquisa, continuam a ministrar ensino de forma verbalista e dissociada dos aspectos fundamentais da vida.

Os meios para execução desse plano serão fornecidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão de Ensino Secundário, Fundo Nacional de Ensino Médio e Fundação do Ensino Secundário. (BRASIL, 1987, p. 263)

Toda mensagem é um documento emblemático do programa federal para educação daquela década e da seguinte, que mereceria maior atenção, os trechos aqui apresentados oferecem uma imagem sumária do tópico ensino secundário.

A peculiaridade do binômio usado, cultura técnico-humanística, a que o presidente se refere seria a síntese, à época, da cultura-herança e da cultura contemporânea (a que é elaborada todos os dias) de uma sociedade que se rege pela “harmonia construtiva entre o humanismo e a técnica, os dois componentes da educação integral” (BRASIL, 1987, p. 263). A visão, embora prometedor, toma contornos com traços mais definidos quando se recapitula a lei de equivalência do ensino médio, afirmar que os estudantes das escolas profissionalizantes *passam a ter a oportunidade de ingressar na escola superior*, pela loquacidade do agente mencionado, significa afirmar que esses ramos de ensino *ensejam a marcha para o ensino superior*; mas, o que de certa forma soa como uma

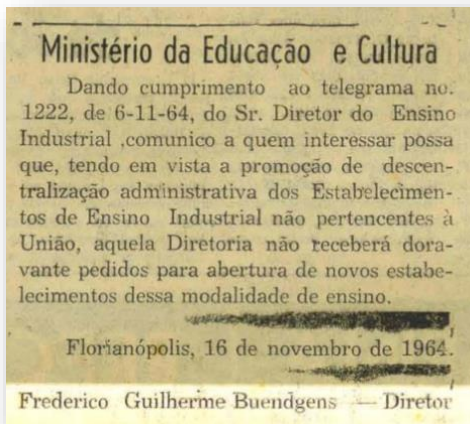
condescendência legal aos egressos das terminalidades profissionais das leis orgânicas da década de 1940 vigentes naquele momento, é semanticamente reformulado em seguida: “no presente estágio do nosso desenvolvimento industrial, urge encaminhar a mocidade, preferentemente para as escolas técnico-profissionais”, a urgência era que os moços e moças fossem preferencialmente preparados nas escolas técnico-profissionais para serem capazes de haverem-se com o estágio do desenvolvimento industrial do cenário vislumbrado naquele presente histórico.

Com outras modulações esta será a questão central do ensino secundário - qual é a medula da formação secundária? - na segunda metade do século XX, de tal forma que os diretores que passaram pela Diretoria do Ensino Secundário, desde a instituição da CADES até a reforma do Ministério da Educação na década de 1970 a enfrentaram de formas diferentes; Armando Hildebrand, Gildásio Amado e Lauro de Oliveira Lima, três diretores que além do engajamento administrativo na Campanha também expressaram pensamento educacional próprio em relação ao futuro do ensino secundário, inclusive sobre a formação dos professores, encorpam este debate.

O plano DES, a partir de julho de 1964, seria o de reforçar o caráter pragmático do ensino secundário, investindo mais no currículo *flexibilizado* com disciplinas voltadas para o trabalho. Aos poucos os “contornos” do ensino secundário e dos ramos técnicos da família do ensino do segundo grau vão se diluindo no que a LDB nomeava de ensino médio, aos olhos da DES.

Nesse ano, a descentralização administrativa dos estabelecimentos de ensino industriais não pertencentes à União leva a Diretoria do Ensino Industrial (DEI) a não receber mais pedidos para abertura deste curso. A medida, em total contraponto aos esforços nacionais em criar uma sociedade industrializada, em verdade, “desembaraça” os projetos da CADES, como também abre o caminho para as iniciativas locais.

Imagem 13 - Recorte do jornal *O Estado*, o diário mais antigo de Santa Catarina à quinta página de 18 de novembro de 1964 a Diretoria do Ensino Industrial comunica que não receberá novos pedidos de criação de novas unidades escolares.



Fonte: *O Estado* 18/11/1964, p. 5. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

Imagem 14 - Recorte do jornal *O Estado*, o diário mais antigo de Santa Catarina à quinta página de 13 de dezembro de 1964; notícia sobre a assinatura do regulamento dos cursos técnicos industriais estaduais.



Fonte: *O Estado* 13/12/1964, p. 5. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

Nos atos legislativos da Assembleia de Santa Catarina para a década de sessenta consta um ato de criação de um ginásio industrial: Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961, cria o Ginásio Industrial de Itajaí Ginásio Presidente Nereu de Oliveira Ramos (ALESC, 1961). A notícia n' *O Estado* do dia 13 de dezembro, sobre a regulamentação dos cursos técnicos industriais levaria a pensar que, diante do encolhimento na rede federal, publicada no dia 18 do mês anterior no mesmo jornal, o estado encamparia a aposta desenvolvimentista representada pelo ensino industrial. Mas não seria a falta de incremento neste ramo de ensino que extinguiria a incorporação do seu conteúdo nos ciclos ginasiais à cargo da DES, e difundidos nos cursos da CADES.

Do que se verifica dos atos na Assembleia Legislativa no estado, a iniciativa da Faculdade de Filosofia Catarinense, e o discurso presidencial a respeito do ensino secundário a tendência “evolutiva” desse ensino e dos seus pares profissionalizantes seguiu de forma “tradicional”²³ no arco das três décadas de quarenta a sessenta, a mudança (ou a constância) nos índices percentuais não revelam por si só a dinâmica interna no aspecto político-administrativo que se efetuava especialmente no ciclo ginasial até o fim dos anos sessenta.

As discussões no âmbito da intelectualidade educacional aquecidas pelo tema *do que seria o ensino secundário, a que se presta e qual seu futuro no ambiente desenvolvimentista*, a constante repetição da carência de professores habilitados e do incremento na educação industrial para o desenvolvimento do país reverberam nos atos da assembleia legislativa do estado elencados para a década de cinquenta (muitas menções à criação de escolas profissionais, em grande parte para o público feminino; o equipamento de alguns ginásios, a instalação de oficinas de artes industriais, a captação de recursos do FNEM). Artigos que constam nos planejamentos da CADES.

Singularmente, o Ministro da Educação à época do governo JK, em publicação do MEC no ano de 1967, Clóvis Salgado (1906-1978), na coleção de opúsculos intitulada *Ministério da Educação e Cultura, principais realizações e atividades 1930-1967* não menciona a Campanha, ao falar do ensino médio dá “particular atenção à ampliação da capacidade das escolas industriais” (BRASIL, 1967, p. 41).

Há um apontamento a ser destacado na fala do ex-ministro com relação à educação e ao desenvolvimento:

²³ Conforme a tabulação do IBGE nos anexos 6, 7 e 8.

O ideal educacional do nosso tempo e do nosso povo deve ser, assim, conceituado como uma "educação para o desenvolvimento" (grifo nosso) [...]

educação para o desenvolvimento será, pois, um novo humanismo pedagógico em que cada indivíduo é visto como protagonista da sua época, como veículo de soluções comuns reclamadas pela coletividade, soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência [...]

A segunda frente era a dos economistas que formularam as 29 metas iniciais do Governo Kubitschek, todas elas dirigidas para a conquista de marcos puramente econômicos. Não se cogitava da educação como instrumento específico e essencial do plano. Contava-se com a ajuda da tecnologia estrangeira, adquirida mediante a importação de técnicos, patentes e equipamentos. Com essa ajuda, a expansão econômica seria acelerada, o país se enriqueceria, ficando habilitado a estender progressivamente os benefícios da escola. A educação seria consequência e não fator do desenvolvimento. Sustentava-se que os dois processos deviam ser encarados como paralelos e não sucessivos. A educação, aumentando a produtividade, gera mais recursos, recursos aumentados propiciam mais educação.

Minha reivindicação veio a ser atendida em fins de 1957, com a adoção da Meta nº 30: Formação de Pessoal Técnico. Formulada por comissão composta de educadores, economistas, sociólogos e administradores, acha-se exposta discriminadamente no Documento nº 20 do Conselho do Desenvolvimento. Pela primeira vez na história da educação brasileira, procedia-se a um minucioso levantamento das deficiências quantitativas, qualitativas e financeiras em todos os graus e ramos do ensino, indicando-se as metas desejáveis para sua correção gradativa. BRASIL, 1967, p. 37-39)

Novamente aparece o tema do humanismo e da técnica numa descrição do gestor sobre a meta educacional para que se “encaixasse” no perfil do plano de metas.

A inclusão de uma meta educacional - a de número 30 - no programa do governo Juscelino deveu-se, como é sabido, a injunções políticas de última hora. De qualquer maneira, a Comissão de Educação do Conselho de Desenvolvimento enfeixou, sob a rubrica de uma educação para o desenvolvimento, uma série de medidas administrativas relacionadas a todos os níveis de ensino. [...]

No que se refere ao ensino médio, o programa previa a construção ou reaparelhamento de várias escolas técnicas industriais e agrícolas, assim como a concessão de 141 mil bolsas de estudo, distribuídas entre os vários ramos de ensino. Previa-se também uma série de medidas de ordem geral para a modernização do ensino, como, por exemplo, a autorização para que as escolas técnicas fizessem contratos e cobrassem por serviços eventualmente prestados à indústria. (BNDES, 1996, p. 75-76)

A fisionomia sociológica da grande faixa do ensino médio em Santa Catarina não coaduna de todo com os balanços do governo federal. O afluxo notável no curso histórico é para os ensinos secundário propedêutico e o normal, que se mantém numa elevação concatenada no interior de toda a década, o que também se visualiza no restante do país²⁴.

Reinaldo Lindolfo Lohn, em sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2002, sob o título *Pontes para o futuro, relações de poder e cultura urbana em Florianópolis 1950-1970* dialoga, na perspectiva da história cultural, o regime de representações no qual a capital catarinense se movimentava.

Tomando como fontes os jornais, projetos urbanísticos, as obras literárias e plásticas de Franklin Cascaes o autor ausculta os projetos de cidade que emergem nas mídias locais.

²⁴ Conforme a tabulação do IBGE nos anexos 6, 7 e 8

Na Revista Sul, em suas raras páginas com publicidade, verifica-se uma série de manifestações projetando transformações para a cidade. A empresa Transportes Aéreos Catarinense (TAC), subsidiária da Cruzeiro Sul, começou a divulgar em 1.955 pequenos textos publicitários em que afirmava estar iniciando em Santa Catarina novos e grandiosos planos para o desenvolvimento do turismo. Não seria mais um plano “baseado no apoio governamental”, cujo “destino é sempre o fundo de uma gaveta”. Ao contrário este seria “uma certeza, pouco falta para ser realidade”. Segundo os autores do anúncio, “pouca gente conhece os maravilhosos recantos naturais que nossa Ilha oferece: Canasvieiras, Lagoa, Ingleses, Campeche... Florianópolis não é somente uma ponte com 800 metros de comprimento”. Citava inclusive manifestações populares da cidade, como o boi-de-mamão, procissão de Nosso Senhor dos Passos e a pesca da tainha. Ensaiaava-se a entrada em cena de uma nova possibilidade de investimento de capitais. (LOHN, 2002, p. 32)

Noutro ponto, reflete sobre o movimento de modernização da infraestrutura na ilha e seu impacto nas condições de vida dos moradores.

Era mencionada a inauguração de etapas da rede de transmissão que traria a energia elétrica da usina de Capivary para Florianópolis, como demonstração de que as mudanças não tardariam. A melhoria na distribuição de energia elétrica na cidade, a um preço relativamente barato, permitiu que “fossem atraídos para Florianópolis todo um novo comércio de artigos eletrodomésticos e abrindo novas oportunidades de emprego. (id.. 37)

E por fim, numa síntese breve, aglutinando os sintomas de um tempo no artefato do plano diretor:

Em 1955 a versão final do Plano Diretor transformou-se na lei municipal nº 246/55, aprovada pela Câmara Municipal. Mas, em sua grande maioria, as propostas estruturais apresentadas jamais foram colocadas em prática e,

mesmo, contrariadas por completo. Por outro lado, a cidade passou a contar com um novo “Código Municipal”, que fixava uma série de regras e posturas em relação à construção de edifícios, residências, casas de espetáculo, normas sanitárias, administração pública e transportes. De todo modo, foi um momento em que se sentiu a necessidade de pensar a Florianópolis do futuro de modo sistemático, procurando antecipar a sua expansão urbana, determinar suas vias de desenvolvimento econômico e fixar regras de conduta gerais que atingiriam toda a população num espaço de tempo determinado. (LOHN, 2002, 79)

A reflexão proposta pela abordagem que o autor provoca é proveitosa para a pesquisa da CADES no estado, qual seria o de descolar a visão da dureza dos dados oficiais para as condições circundantes em uma cidade que nas esferas política, econômica, cultural há esta imposição ininterrupta de se auto afirmar. Num cenário como este quem logrará o melhor futuro nas posições sociais em jogo?

A respeito do futuro, publicação digital do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) conjuga este monema com o desenvolvimento: *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*, do ano de 2014, na qual Pedro Cezar Dutra Fonseca (2014) por meio do texto *Desenvolvimentismo*: a construção do conceito sintetiza de forma esclarecedora o histórico e tipificação de autores referência, e apresenta o que nomeia de “núcleo comum principal” ou *core*:

1) A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* (grifo do autor) tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.

2) A *intervenção consciente e determinada do Estado* (grifo do autor) com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.

3) A *industrialização* (grifo do autor), como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2014, p. 42)

Goularti Filho comenta para este período, ao que nomeia de a aproximação à política de desenvolvimento no estado (2005, p. 632), no governo Bornhausen em março de 1955; o Governador encaminha para a Assembleia o Plano de Obras e Equipamentos (POE), que basicamente engrossava os investimentos em infraestrutura, em especial o tão sonhado fornecimento de energia elétrica recorrente nos periódicos apontado na tese de Lohn. A educação surge como uma meta do primeiro ensaio de planejamento estadual dividindo recursos com a saúde (GOULARTI FILHO, 2005, p. 632). Neste momento as forças produtivas do estado ainda estão no estágio de “metamorfose do capital”, como descreve o autor (GOULARTI FILHO, 2016, p. 148); com a concentração do impulso industrial no Sudeste, notadamente no estado de São Paulo, os demais estados vão assumindo estratégias de inserção e conformação ao projeto econômico da década, este movimento confere fisionomia própria ao processo local, de certa forma, forçando a criação de um modelo distinto e original que transita entre as grandes intervenções nos termos do país e os ajustes locais nos entes federativos.

No caso de Santa Catarina esta metamorfose iniciada na década de quarenta prossegue na década seguinte, intervalo no qual ocorre uma expansão dos setores consolidados (extração de madeira, carvão, produção de alimentos, e indústria têxtil) e a entrada de novas indústrias (cerâmica, papel, papelão, pasta mecânica e metalmeccânica) (GOULARTI FILHO, 2016, p. 124-169).

O Atlas de 1958 descreve a distribuição produtiva da indústria de transformação do estado da seguinte forma: extrativas-minerais 8,1%; extrativas-vegetais 0,2%; de madeira 19,6%; alimentares 27,1%; têxteis 19,4%; metalúrgicas 3,7%; outras 21,9% (SANTA CATARINA, 1958, p. 129). Percebe-se que o setor primário é predominante nas relações produtivas, a produção de alimentos sozinha corresponde a quase 30% entre as demais categorias. Ao apresentar os resultados do comércio exterior o Atlas informa que os itens de maior participação são: em primeiro lugar a madeira e o carvão, e em segundo lugar os derivados de suíno, fécula de mandioca e erva-mate. Os principais produtos que saem do Porto de Itajaí são: madeira, erva-mate e fécula; o Porto de São Francisco do Sul recebe, principalmente: alimentos (especialmente o

trigo), maquinaria e manufaturas (SANTA CATARINA, 1958, p. 146). Depreende-se deste breve balanço que se fala de um estado, até aquele momento, assentado fortemente na economia *geoagrária*.

Entretanto, contrariando a faina desenvolvimentista que subliminarmente e com doses homeopáticas maquia o efeito de equivalência entre os ramos do ensino secundário, as séries históricas do andamento dos cursos indicam que o futuro que se apresentava promissor aos olhos dos candidatos à vida adulta para mulheres e homens na capital, no estado e no restante do país estava no ensino médio comum (o ensino secundário científico e clássico); a profissionalização precoce, ao contrário do que insistiam alguns gestores e mesmo intelectuais da educação à época, talvez pudesse aguardar a revolução tecnológica da sociedade fabril do pós-guerra que na dobra mágica do espaço-tempo: cinquenta anos em cinco, se acostou em áreas seletas do mapa brasileiro ao custo de incentivos fiscais e da assunção de empréstimos internacionais, que, num resumo grosseiro, significou para a reserva de ativos sociais e patrimoniais públicos pagar duplamente a conta do empreendimento da modernização do meio do século XX.

No ano de 1963 as experiências foram conduzidas pela SEC/SC e pela ISES: a secretaria promovia os cursos de aperfeiçoamento, a inspetoria recolhia e encaminhava a lista de candidatos à FAFIL para a tomada dos exames, ainda sem a formalização da indicação do Conselho Federal de Educação (CFE), conforme prescreveram os pareceres 175 e 354/63; o que possivelmente não foi considerado impedimento ou causa de nulidade para as habilitações decorrentes do procedimento. O professor Elpídio Barbosa fala em duzentos professores leigos a serem “aperfeiçoados” pela Campanha estadual. Em 1963 havia 1.141 professores trabalhando no ensino médio, entre os quais 987 no ensino ginásial (primeiro ciclo) e 154 no colegial (segundo ciclo), 784 destes professores no ensino particular (IBGE, 1965, p. 26); cerca de 17% do total de professores teriam passado pela formação “aos moldes” da CADES naquele momento na previsão do professor Elpídio Barbosa,

No ano de 1964, um ano certamente “atormentado”, que o diga a DES; de toda forma, a Campanha prosseguiu em Florianópolis. No dia 12 de janeiro, é publicado o primeiro edital de exame de suficiência pela FAFIL anunciando os requisitos prescritos pelos pareceres de 1963 aos candidatos, subscrito pela secretária Aurora Goulart²⁵ e o diretor da

²⁵ Formada em Letras pela FAFIL, foi secretária da faculdade, posteriormente diretora do CED.

ocasião da FAFIL, Aníbal Nunes Pires (1915-1978)²⁶, as inscrições deveriam ser feitas na ISES.

A edição inaugural com a participação da FAFIL foi realizada sem a indicação do CFE para a faculdade, a exemplo das edições das campanhas estaduais que ocorreram no ano anterior. Atendidos os requisitos exigidos nos pareceres de 1963, as recomendações da DES, a fiscalização da ISES, esta edição da CADES na FAFIL se amparou no artigo 117 da LDB e no parecer 345/63 do CFE, embora estivesse sendo levada adiante sob o influxo do Decreto nº 34.638 de 1953 que instituiu a Campanha, como se encontrou registrado nos documentos da FAFIL, atualmente preservados no Arquivo Central da UFSC. O parágrafo único do artigo sétimo deste decreto indica que a forma protocolar de adesão ao plano de aperfeiçoamento do ensino secundário seria o convênio, o que significava ter acesso a recursos financeiros do fundo de custeio criado para esse fim: bolsas para os *alunos-mestres*, pagamento das aulas dos professores ministrantes, honorários para o pessoal administrativo, capital para contratação de serviços e compra de material didático e de expediente.

Alguns mal-entendidos ocorreriam ainda na instalação dos cursos preparatórios da CADES na FAFIL em 1964. Um deles, comentado por Péricles Prades, redator-secretário e colunista na seção *Artes e Letras* do jornal *O Estado* à ocasião, com o título *A CADES e um imbecil* traz, superficialmente, o descontentamento de um dos alunos da faculdade, que se manifestara a respeito da Campanha noutro periódico, intitulado, replica Prades, *CADES um mal necessário, charlatões para o ensino catarinense*, publicado n' *A Gazeta* do dia 31 de janeiro, último dia estabelecido no edital que abrisse as inscrições para os exames de suficiência anunciados pela FAFIL.

A despeito do quadro anedótico que possa representar o embate verbal jornalístico iniciado entre o comentarista e o estudante apontado, a Campanha trouxe uma situação concreta com a qual a FAFIL teve que lidar, e que em outras cidades onde os cursos de aperfeiçoamento aconteceram noutros momentos desde a sua instituição outros estabelecimentos também tiveram que enfrentar, como indicam algumas fontes.

Os cursos de treinamento para o exame de suficiência, foram pensados para os professores em exercício nas regiões dos estados que não fossem atendidas por faculdade de filosofia. Porém, quanto aos

²⁶ Professor, poeta atuante no Grupo Sul de Florianópolis, trabalhou na edição da Revista Sul.

estudantes dessas faculdades que saíram do interior e foram para as cidades onde tais faculdades existiam, estudariam por três ou quatro anos para enfim conseguir a autorização para lecionar como aquele professor em exercício do ginásio do interior (este mesmo formado num curso do ramo do ensino do segundo grau, ou ginásial normal) conseguiria em poucos meses de curso emergencial?

A circunstância era tal que os professores em situações semelhantes em exercício nas cidades onde houvesse (ou os alunos das) faculdades de filosofia não poderiam pleitear participação nos cursos da CADES. A solução da coordenação dos cursos na FAFIL foi *sui generis* nesse sentido, de modo que foram relatados casos de alunos-mestres da região metropolitana de Florianópolis participando dos cursos e dos exames de suficiência da Campanha em função do *sentido* que foi dado ao termo *capital*, como se explicam nos relatórios das edições que se seguem nos anos seguintes.

Imagem 15 - Composição de recortes do jornal *O Estado*, o diário mais antigo de Santa Catarina. Edital 1/64 abre inscrição aos exames de suficiência; *A CADES e um imbecil* de Péricles Prades.



Fonte: *O Estado* 12/01/1964, p.5; 01/02/1964, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

Imagem 16 - *Fac-símile* da correspondência da SEC/SC para a UFSC/FAFIL em 26 de setembro de 1963, p. 2

Consultar documentação n.º 16.

Exp. 2105
Comp. 12/06/63

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Ofício n. 375/63

Florianópolis,
26 de setembro de 1963.

Senhor Diretor:

O Plenário do Conselho Estadual de Educação, deliberando sobre problemas ligados à habilitação de candidatos aos concursos de professor para o Ensino Médio, aprovou fôsse enviado expediente a essa Faculdade, solicitando a gentileza do atendimento das seguintes consultas:

1. Quando serão realizados, no corrente ano letivo, os exames de suficiência de que trata o art. 117 da lei 4 024 de 20-12-61, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. Se há possibilidade de firmar-se convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Governo do Estado, para a instalação de cursos intensivos, findos os quais seriam realizados tais exames;
3. Se já foram regulamentados, pela Egrégia Congregação dessa Faculdade, os exames em tela.

Cumprе ressaltar que o problema da habilitação de professores para quase duas centenas de escolas de ensino médio (públicas e particulares) constitui-se a maior preocupação deste Conselho, no momento em que enorme esforço é realizado pelo Governo Estadual, no sentido de serem obtidas as condições necessárias a uma integral escolarização da infância e da juventude de Santa Catarina.

Certo da colaboração dessa Faculdade, na solução do problema, apresento, na oportunidade,

Cordiais saudações.

Elipio Barbosa
Elipio Barbosa - Presidente

Ao Exmo. Sr.
Professor Anibal Nunes Pires
DD. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
N E S T A

*Ao Congresso
Fins 3/10/63
Anibal Nunes Pires*

Fonte: UFSC/FAFIL, 1963.

Imagem 17 - *Fac-símile* da relação de candidatos aprovados no exame de suficiência, “feitos nos moldes da CADES” pela UFSC/FAFIL de 03 de junho de 1963, p. 1.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NOS EXAMES DE SUFICIÊNCIA, FEITO NOS
MOLDES DA C.A.D.E.S.

PORTUGUÊS:

1. Agatha Boeing.....média de aprovação:71,7;
2. Avani Maria Frazeres Salum.....média de aprovação:75,7;
3. Deotília Lopes.....média de aprovação:73,5;
4. Diva Zandomenego.....média de aprovação:71,0;
5. Edite Olga Petsch.....média de aprovação:68,0;
6. Hilda Boeing.....média de aprovação:70,0;
7. Inaura Ávila da Luz.....média de aprovação:73,5;
8. Lucia Neotbe.....média de aprovação:74,7;
9. Maria Ana Maluta.....média de aprovação:64,3;
10. Maria do Carmo Beduschi.....média de aprovação:79,2;
11. Maria Teresinha Canto.....média de aprovação:72,0;
12. Maria Zélia Busarello.....média de aprovação:67,0;
13. Marlene Bleyer Remor.....média de aprovação:72,6;
14. Nélide Maria Andrade.....média de aprovação:86,2
15. Zélia Maria Siqueira.....média de aprovação:73,2;
16. Zelita Berlink Brito.....média de aprovação:72,7;

MATEMÁTICA:

1. Antônio Vitor de Melo Lubi.....média de aprovação:61,0;

HISTÓRIA:

1. Amélio Lakud Cury.....média de aprovação:84,0;
2. Edite Aures.....média de aprovação:76,5;
3. Eli de Lara Nunes.....média de aprovação:73,5;
4. Leda Regina de Souza.....média de aprovação:94,1;
5. Lídia Esser.....média de aprovação:83,3;
6. Maria da Penha Silveira.....média de aprovação:76,6;
7. Marley Maria Berti.....média de aprovação:77,5;
8. Neide Melânia Ferraro.....média de aprovação:82,1;
9. Zélia Guilherme Bará.....média de aprovação:60,8;
10. Zoé Maria Mattos Correia.....média de aprovação:72,6;

PSICOLOGIA:

1. Maria Margarida Broering.....média de aprovação:76,5;
2. Nela Boas Duarte.....média de aprovação:76,0;
3. Olga Sampaio Canto.....média de aprovação:76,5;
4. Mafaldo Scott Brognoli.....média de aprovação:70,6;
5. Líbia Rittencourt Corrêa.....média de aprovação:71,6;
6. Mariana Eugênia Ternes.....média de aprovação:88,6;
7. Ilhete Maria de Oliveira.....média de aprovação:72,0;
8. Walnira Martins Scharf.....média de aprovação:83,6;
9. Edite Soares.....média de aprovação:93,3;

Imagem 18 - Relação de candidatos aprovados no exame de suficiência, “feitos nos moldes da CADES” pela UFSC/FAFIL de 03 de junho de 1963, p. 2.

Continuações:

HISTÓRIA:

10. Zelanda Werner.....média de aprovação:85,6;
 11. Helena Groff.....média de aprovação:78,3;
 12. Lorena Sebolt.....média de aprovação:77,0.

METODOLOGIA:

1. Neusa Teresinha Simoni da Silveira...média de aprovação:73,0;
 2. Nadir Machado de Oliveira.....média de aprovação:87,6;
 3. Luísa Rocha.....média de aprovação:95,0;
 4. Salya Assus Pereira.....média de aprovação:87,0;
 5. Gema Teresinha Alves.....média de aprovação:83,0;
 6. Najla Caruna Goedert.....média de aprovação:85,3;
 7. Alda Nunes Warming.....média de aprovação:91,0;
 8. Ieda Pereira Melo.....média de aprovação:87,3;
 9. Lydia Reis Von Hertwig.....média de aprovação:88,3.

Florianópolis, 3 de junho de 1963.

Aurora Goulart, Secret.

Cópia fiel da relação constante do C.F.n. s/n de 1º/6/63, enviada a esta Faculdade pelo professor Lydio Martinho Callado.

Aurora Goulart

Aurora Goulart,
 Secretária.

HLP.

Fonte: UFSC/FAFIL, 1963.

Os primeiros exames de suficiência aconteceram, enfim, no início de fevereiro de 1963. A participação é superiormente marcada pelas professoras. O que é um dado relevante para a fisionomia sociológica da Campanha no estado. A abordagem estatística da razão professor-aluno no arco temporal do ensino do segundo grau dos anos quarenta ao ensino médio nos anos sessenta revelou (uma preocupação tipicamente funcional) a oscilação entre a representação da proporção entre homens e mulheres ou masculino e feminino (os rótulos utilizados nas séries estatísticas), o que não significa que a participação feminina na educação fosse de menor importância, e que essa participação não produzisse um impacto na consumação do fator trabalho docente, especialmente no estado racionalizado e planejado pelas campanhas de então.

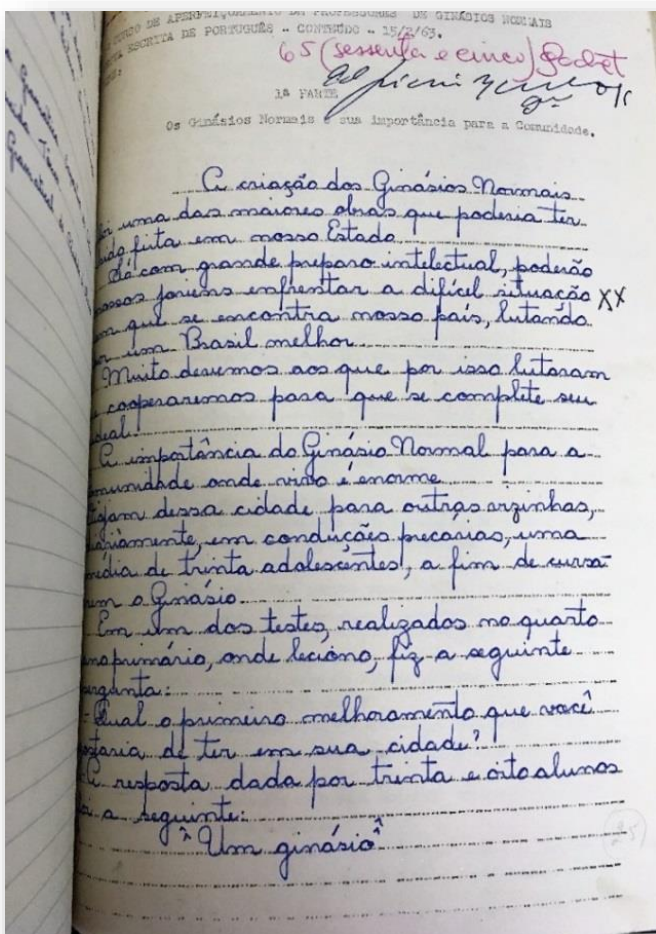
Texto elucidativo que conecta a ação tipológica das campanhas a essa preocupação e sua presença na propaganda é o da RBEP nº 93 do segundo semestre de 1964 sob o título XXVI Conferência Internacional de Instrução Pública.

Onde o magistério não atraia número suficiente de candidatas, devem as autoridades responsáveis pelo recrutamento de alunos-mestres, as *associações profissionais* (grifo nosso) e os próprios mestres, organizar campanhas que tornem mais conhecidas as características da profissão (grifo nosso); pode-se recorrer à difusão de publicações, palestras, conferências, artigos na imprensa, emissões radiofônicas e de televisão, visitas a escolas e, mesmo, curtos períodos de estágio para os futuros mestres, com a colaboração eventual de serviços de orientação profissional
[...]

Desde que exista forte desequilíbrio entre as possibilidades de recrutamento de professores de ambos os sexos, medidas apropriadas (*campanhas de propaganda*, por exemplo) devem ser tomadas visando cessar esse inconveniente. Entre essas medidas figura a possibilidade de *oferecer às professoras casadas o direito de continuar em seu posto ou retomá-lo se, por acaso, o abandonaram; convém permitir, se houver interesse, a transferência de um posto para outro mais próximo de sua residência ou do trabalho do marido* (grifo nosso). (RBEP, 1964, p. 70-71)

Na fisionomia da CADES em Santa Catarina predominou o traço da normalista, de onde se entende a diligência do professor Elpídio Barbosa em relação aos egressos, ou melhor: egressas, dos ginásios normais, ao ponto de ele próprio participar da concepção dos cursos de treinamento, dos exames e da correção das provas de suficiência em 1963.

Imagem 19 - 1ª parte da prova de português do primeiro exame de suficiência em 15 de fevereiro de 1963. Produção de texto sobre o tema: Os ginásios normais e sua importância para a Comunidade.



Fonte: UFSC/FAFIL, 1963.

Os convênios que celebraram a participação da FAFIL na Campanha se concretizariam no ano de 1965; deste ano e dos anos de 1966 e 1967 encontram-se arquivados os planejamentos, relatórios de atividades e prestação de contas com os quais foi possível dimensionar o número de participantes, os ginásios e respectivas cidades nas quais os professores atuavam, o aporte de investimento de cada uma das edições, as disciplinas formativas propostas.

As edições dos cursos de aperfeiçoamento dos professores do ensino ginásial do interior aconteceram no segundo semestre de cada ano, com início em agosto. Os exames de suficiência para se pleitear a habilitação e o conseqüente registro de professor do ensino médio aconteciam pouco tempo após a realização dos cursos, no início do ano seguinte.

Se na inauguração da Campanha no estado, a visão do diretor da vez pendia para a formação do professor com ênfase na psicogenética; os anos que se seguem na realização da Campanha sob a direção de Gildásio Amado se volta para a “modernização” do *ensino secundário*; os planos das ações da Campanha entre o final de 1964 e os últimos anos da década refletem a orientação do ensino para o que esse diretor nomeia em dois tempos de *Ginásio Moderno*²⁷ e *Ginásio Orientado para o Trabalho, Ginásio Polivalente*²⁸.

²⁷ O professor Gildásio Amado registra o, que para ele, significa o ginásio moderno em palestra realizada para a ABE em 29 de outubro de 1963. Nesta palestra, após uma breve ponderação sobre o ensino secundário desde a década de trinta, o professor Gildásio recorre a exemplos da Inglaterra, França e EUA o palestrante expõe o que seria uma “integração”, tomando como base a flexibilização curricular e a equivalência propugnada na LDB de 1961, entre ensino secundário e ensino médio: “Ao mesmo tempo em que o ensino secundário fazia as tentativas de sair do rígido esquema em fora aprisionado, de se tornar mais diferenciado, de até incluir disciplinas de iniciação técnica, em outro setor do ensino médio criavam-se condições legais que teriam permitido evoluir no sentido de sua maior identificação com o ensino secundário” (AMADO, 1963, p. 13). Este documento, entre outros nos quais se encontram importantes fontes sobre a CADES e a DES estão disponíveis nos fundos organizados pela FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/ginasio-moderno-palestra-proferida-na-a-b-e-associacao-brasileira-de-educacao-s-l> Acesso em 08 jan. 2018.

²⁸ Com algumas diferentes nuances a concepção do GOT consoma o movimento do pêndulo desencadeado com o ginásio moderno sobre o qual o professor Gildásio refletira três anos antes, mas neste caso a menção expressa sobre a profissionalização alinhava o ponto fulcral do tipo de ginásio para o qual a DES

Novembro de 1964. A Diretoria do Ensino Industrial encerra a abertura de novas unidades para este ramo ensino em vista da descentralização dos planos de educação para que os demais entes federativos assumam a modalidade. Neste mesmo mês o diretor da DES Gildásio Amado envia o convite ao diretor da UFSC/FAFIL para participar da reunião dos diretores das faculdades de filosofia com uma pauta prévia e os “instrumentos de trabalho” que seriam discutidos nessa reunião: os pareceres do CFE a respeito do artigo 117 da LDB; as minutas que dos textos regulamentam o registro de professor do ensino secundário.

Dezembro de 1964. O estado de Santa Catarina regulamenta um curso técnico industrial ensejado pela descentralização proposta pelo MEC. Desde a assunção de Gildásio Amado em seu retorno a DES com a aposentadoria compulsória do professor Lauro de Oliveira Lima entre os anos de 1963 até a passagem para a década seguinte, os esforços da CADES se concentraram em reformular a concepção e o arranjo do ensino secundário.

No estado estas ações foram visibilizadas nos cursos de aperfeiçoamento e na implantação dos GOTs ao ponto de seu avanço superar a presença dos ramos comercial, industrial e agrícola, ficando atrás apenas do ensino secundário e normal respectivamente²⁹. Esse resultado não chega a surpreender, visto que traduzem os esforços da DES para aquela metade da década de sessenta. A outra iniciativa trombeteada pela CADES no estado foi a “formação à distância”, o recurso de comunicação a ser utilizado seria o rádio e a televisão. Quem tomara frente da empreitada fora o professor Lydio Callado (1919-2000)³⁰. Novamente a confiança superestimada nos artefatos técnicos e de comunicação³¹ procuraram forjar uma “crença” na eficácia dos meios,

estava trabalhando com a campanha. O GOT é um dos produtos finais da CADES, é também o passo final para o ensino de segundo grau se tornar o ensino profissionalizante em 1971. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/ginasio-orientado-para-o-trabalho-ginasio-polivalente-trabalho-s-l-nov-1966> Acesso em 09 jan. 2018.

²⁹ Conforme a tabulação do IBGE no anexo 8

³⁰ Foi professor da disciplina Psicologia na Faculdade de Filosofia de Santa Catarina.

³¹ As menções recorrentes a tais artefatos, meios de comunicação e instrumentos tecnológicos na sociedade capitalista-industrial pós segunda guerra levam à elucubração de como os ambientes público-estatais “assimilaram” a performance

uma panaceia social para solucionar problemas que existiam não necessariamente por escassez de meios (historicamente) aptos a serem empregados.

Parte deste esforço se concentrou em Santa Catarina no ano de 1964; desde então, a exemplo do que está ocorrendo no cenário nacional, a concepção do ensino segue a sua transmutação. O fenômeno é importante neste contrabalanço geral e particular, e vai atinar o amálgama administrativo, econômico, social e cultural apontado por Lohn (2002). Schneider (2008) e Cobério (2009) citados neste trabalho em termos da via histórica das apostas sociais que representam os partícipes nomeados até aqui.

Imagem 20 - Composição de recortes do jornal *O Estado*, o diário mais antigo de Santa Catarina iniciativas da CADES no ano de 1964 em Santa Catarina.



Fonte: *O Estado* 20/11/1964, p. 5; 25/02/1964, p. 1; 23/02/1964, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

praxiológica-discursiva daquilo que a Teoria Crítica nomeou de indústria cultural e racionalidade instrumental.

Agosto de 1965. O diretor da FAFIL na ocasião envia para a DES o planejamento geral da primeira edição do curso de treinamento para o exame de suficiência, com previsão de início no dia 10 daquele mês, enfim “nos termos do convênio assinado” entre a faculdade e a Diretoria, pela FAFIL; assina como diretor o professor Nilson Paulo³². Em agosto do ano seguinte o planejamento com algumas poucas alterações é assinado pela diretora Maria Carolina Gallotti Kehrig³³ (1920-2012). O planejamento de 1967 é esboçado no mês de outubro; este planejamento é aberto por uma proposta dos professores que compuseram as edições dos anos anteriores remetendo-se aos relatórios de avaliação que eram entregues após a realização dos exames de suficiência no início do ano; a sequência desse planejamento segue imediatamente a estrutura do primeiro dos planejamentos, o de 1966.

Outubro de 1968. Sob a direção de Edmundo Acácio Moreira (1914-1986)³⁴, tem início a terceira edição do curso de treinamento da CADES na FAFIL. Como fora o ano de 1964, o ano de sessenta e oito marca alguns movimentos do pêndulo da história que afetam os rumos da Campanha. Neste iter a reforma do ensino superior havia sido desencadeada pela constituição da Comissão Meira Mattos e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária 1967-1968. Uma das peças chaves utilizadas para abrir passagem para essa reforma, e posteriormente a reforma do ensino secundário em 1971 era: o que fazer com os numerosos estudantes que concluíam o ensino médio, prestavam e eram aprovados nos vestibulares, mas não havia vagas suficientes para acolhê-los?

O final da década de 1960 sente o gargalo no ensino superior criado pela afluência ao ensino secundário. O governo militar considerando que o peso do pêndulo estava demasiado suave para pôr a engrenagem do desenvolvimento em maior aceleração que nos moldes antecedentes dos cinquenta anos em cinco, nos últimos anos daquela década gesta as próximas medidas reformadoras que enfim alavancam a imagem do país como um Estado Americano no compasso do seu tempo.

O ano de 1968 durou até 1971 para o ensino médio, que por fim passou a se dividir nos cursos profissionalizantes no ensino de segundo grau. O ano de 1970 marca o último movimento da Campanha na FAFIL

³² Ocupou muitas posições no campo da educação na capital do estado: conselheiro estadual, professor, vice-reitor na UDESC e na UFSC em diferentes anos, diretor do CED/UFSC.

³³ Foi professora na UFSC e no Colégio Estadual Dias Velho.

³⁴ Professor, escritor, membro da Academia Catarinense de Letras e da OAB/SC, um dos fundadores da Faculdade de Direito.

pela aplicação dos exames de suficiência. A rigor a Campanha já não é mais citada nos documentos. A Campanha se esgota como se esgotam os modelos do ensino secundário persistentes desde as leis orgânicas da década de quarenta. Em parte, essa depleção se relaciona com reforma universitária e com a reforma do segundo grau dessa década; em parte essa depleção se alimenta das reformas anteriores que desembocam na reforma do segundo grau de 1971.

3 ARCO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO

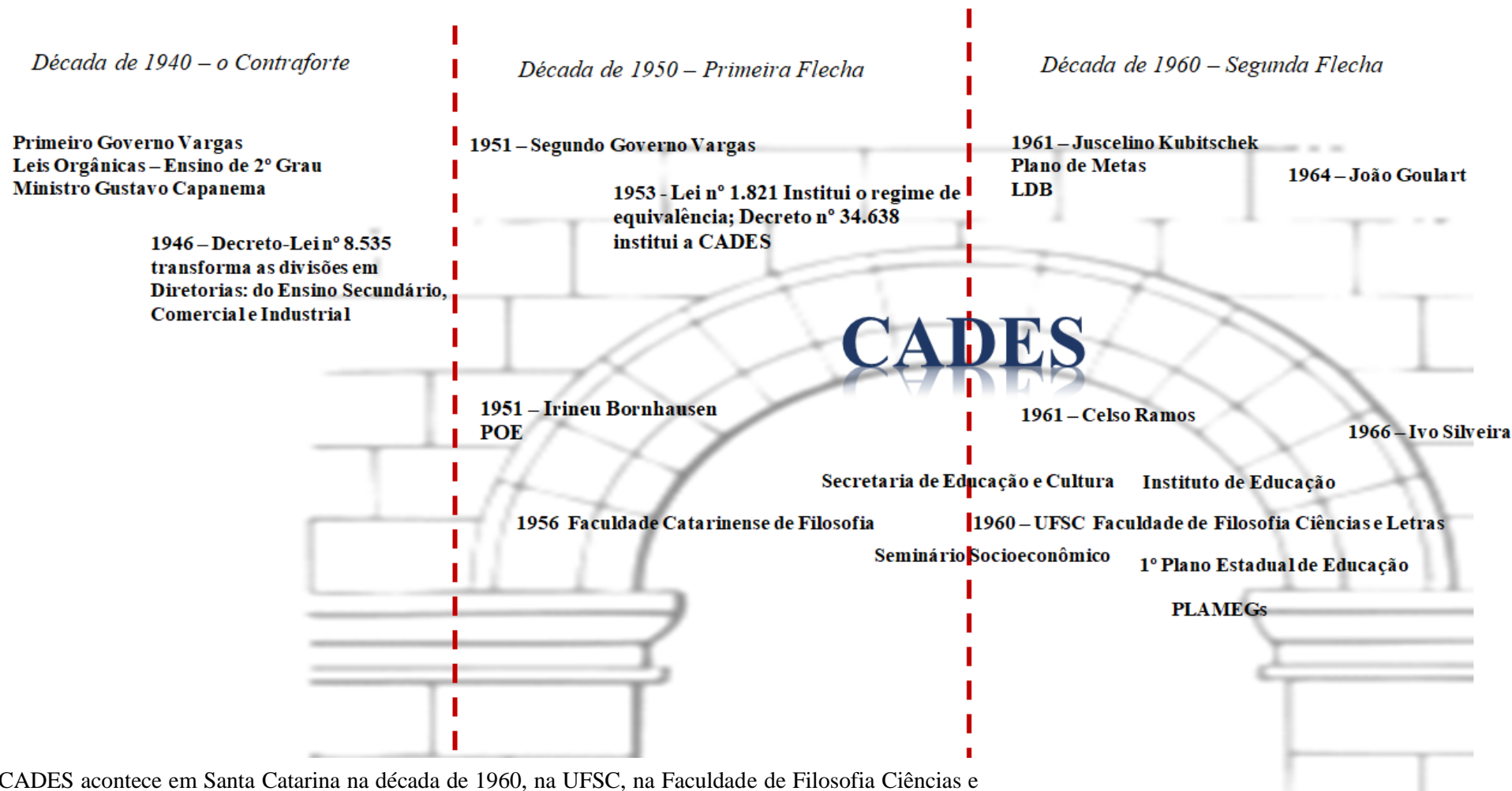
A pesquisa encaminhou a compreensão do funcionamento da CADES em Santa Catarina sob alguns articuladores-chave na ótica estrutural-normativa, que indicaram quais são os pontos tocados pela Campanha no desenrolar histórico em que o ensino secundário, posteriormente modalizado sob o termo *médio*, assume no estado num determinado horizonte (o eleito para esta pesquisa), e ao mesmo tempo oferecem os elementos reflexivos sintônicos aos dados coletados e postos em confronto no arco histórico que se sustenta entre as décadas de quarenta e sessenta.

A cronologia a seguir é um recurso visual que propõe uma apreensão panorâmica da pesquisa em simetria com o percurso discursivo escolhido. A ideia de construir uma trajetória histórica em arco provém da convicção de que a História não se projeta em linha reta, mas em pontos de apoio históricos específicos, que como constructos, arquitetura da racionalidade, podem ser reconfigurados em distintas abordagens. Desta forma, as fontes utilizadas na pesquisa oferecem a “matéria” que dá a “solidez” ao arco, e o vão permite a passagem dos elementos autorizados e, igualmente, dos clandestinos num horizonte tanto mais extenso quanto profundo.

De uma maneira geral, vê-se como a Campanha floresce entre os dois períodos considerados de maior recrudescimento democrático na história recente do país. Essa arquitetura realça igualmente a constelação semântico-discursiva que atenua a fricção da passagem dos elementos que *flexibilizam* os compromissos da agenda pública em termos administrativos e políticos, no caso, os termos planos e metas presentes tanto na esfera de maior alcance, quanto na de alcance intermediário: a federal e a estadual constituindo-se numa *planificação da educação em rede*.

O arco enseja ainda a tridimensionalidade *panóptica* da pretensão histórica: manter sob sua vista e “controle” (perto e longe) as fontes e referências que “explicam” um quadro sob investigação.

Figura 01 - Arco Histórico-Sociológico



A CADES acontece em Santa Catarina na década de 1960, na UFSC, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que na ocasião já se ocupava da formação dos professores do secundário no estado. Houve campanhas educacionais concomitantes em outras frentes, como a do ensino comercial, e do pessoal do ensino superior que mais tarde se transformou na CAPES. O documento que registra a última ação da Campanha em SC é de 1970, dois anos após a Reforma Universitária pelos militares em 1968, ano em que entra em cena o Programa de Expansão e melhoria do Ensino médio (PREMEM), a FAFIL é extinta na UFSC e são criados os cursos de licenciatura nos centros; no ano seguinte é publicada a lei que reforma novamente o ensino secundário revogando artigos da LDB de 1961.

3.1 O contraforte: década de 1940

O primeiro articulador-chave é a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, o Decreto-Lei n.º 4.244 do então ministro da educação e saúde pública no Estado Novo, Gustavo Capanema. Dentre as muitas implicações que envolve este diploma legal, aqui é dada atenção à configuração curricular do modelo do chamado *ensino secundário*, primeiro apresenta-se o excerto do dispositivo legal mencionado:

Art. 10. O curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas:

I. Línguas:

1. Português.
2. Latim
3. Francês.
4. Inglês.

II. Ciências:

5. Matemática.
6. Ciências naturais.
7. História geral.
8. História da Brasil.
9. Geografia geral.
10. Geografia do Brasil.

III. Artes:

11. Trabalhos manuais.
12. Desenho.
13. Canto orfeônico. [...]

Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes:

I. Línguas:

1. Português.
2. Latim.
3. Grego.
4. Francês.
5. Inglês.
6. Espanhol.

II. Ciências e filosofia:

7. Matemática.
8. Física.
9. Química.
10. Biologia.
11. História geral.
12. História do Brasil.

13. Geografia geral.
14. Geografia do Brasil.
15. Filosofia.

III. Artes:

16. Desenho.

Art. 13. As disciplinas indicadas no artigo anterior são comuns aos cursos clássico e científico, salvo o latim e o grego, que somente se ministrarão no curso clássico, e o desenho, que se ensinará somente no curso científico. (BRASIL, 1942)

Por enquanto é suficiente visualizar as disciplinas que foram recrutadas por este estatuto em vista dos objetivos do que seria ofertado ao ensino secundário, especial atenção deve ser dada ao arranjo do ciclo ginásial. Esse diploma é considerado o contraforte da arquitetura das décadas seguintes porque é este arranjo curricular que irá balizar as opções que vão se configurando nas ações da Campanha em termos de oferta da preparação de professores.

As próximas relações a serem efetuadas a respeito desse Decreto-Lei e a CADES rompe até as leis de equivalência dos anos de 1950 e 1953, respectivamente, e o próprio Decreto que institui a Campanha. A primeira, a Lei nº 1.076, de março de 1950, proporciona o direito, aos alunos egressos dos primeiros ciclos das ramificações profissionalizantes (agrícola, comercial e industrial) de pleitearem, mediante submissão ao exame de suficiência, o ingresso no segundo ciclo do ensino secundário propedêutico previsto no artigo 12 do Decreto-Lei nº 4.244 de 1942. A segunda lei, a Lei nº 1.821, de março de 1953, segue a mesma orientação da lei anterior, mas acrescenta aos contemplados ao direito de equivalência do primeiro ciclo cursado nos cursos profissionalizantes os alunos egressos dos cursos normal e dos ginásios militares, ampliando desta forma a cobertura da equivalência do diploma anterior. Essas duas leis não alteram o dispositivo curricular elencado no Decreto-Lei de 1942, o que significa que as competências requeridas ao aprendizado tanto numa, quanto noutra ramificação de ensino, para o ingresso no segundo ciclo do ensino secundário recaem sobre as mesmas exigências, pelo menos nesses três regramentos até aqui expostos.

No ano de 1953 é igualmente publicado o Decreto nº 34.638 instituindo a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, este é o grande eixo orientador da

pesquisa, e que por isto mesmo assume mais de uma função hermenêutica nesta empreitada.

Esses elementos: a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, as Leis de equivalência dos anos cinquenta representam as matrizes formativas às quais o desenvolvimento da CADES vai se conformar. Embora os diplomas elencados façam parte de dois momentos históricos singulares (um no período do Estado Novo, e os demais no período democrático desenvolvimentista do governo Vargas) o mesmo articulador político toma a frente da condução dos negócios do estado no executivo federal, é possível perceber elementos vinculantes (o que não significa necessariamente uma continuidade automática) que fazem com que a Campanha seja alavancada apoiando-se em instrumentos disponíveis, tanto os legais quanto os estruturais.

A apresentação de tais leis e sua periodização é importante porque quando em 1961 o marco regulatório sobre o ensino secundário passa por algumas mudanças formais por meio da publicação da Lei nº 4.024, perceber-se-á manutenção dos ciclos formativos prescritos na legislação anterior demarcando apenas que:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.
§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.
(BRASIL, 1961)

Texto econômico ao prescrever a estrutura de disciplinas a serem ministradas, em comparação ao seu antecessor, a LDB de 1961 informa que a competência para legislar sobre tal estrutura cabe aos Conselhos Federal e Estaduais de educação. No ano seguinte, em *continuum* a esse

texto programático, o Conselho Federal de Educação expede a Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo nº 34 dispõe quais são as disciplinas obrigatórias a serem ministradas no recém-nomeado ensino médio:

Art. 34 São formas curriculares do curso secundário no sistema federal de ensino as que figuram nos quadros anexos, n 1 e 2.

a) no ginásio:

Português - 4 séries; História - 4 séries; Geografia - 3 a 4 séries; Ciências - 3 a 4 séries; Matemática - 4 séries.

b) no colégio:

Português - 3 séries; História - 2 séries. (BRASIL, 1962)

O projeto formativo desenvolvido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC optará por ministrar os cursos de preparação dos professores do ensino médio do estado com as disciplinas reafirmadas obrigatórias pelo texto dessa Consolidação. Até aqui nenhuma novidade: essas disciplinas estavam presentes no estatuto do ensino secundário de 1942; continuam presentes nos anos de 1960 e, portanto, seriam a escolha “natural” da Faculdade de Filosofia, principalmente por esta dispor de formadores com as competências exigidas para tal em seu quadro de professores já que abrigava alguns dos cursos correspondentes em sua forma regular. Tal obviedade não pode ser detectada em relação à essa escolha da Faculdade em se ocupar apenas do primeiro ciclo, o que tem alguma relação com o que está acontecendo com a educação no estado, de uma maneira geral, fora da Faculdade de Filosofia, fora da Campanha mas, de qualquer forma, nas condições da oferta do ensino médio (aqui está se falando do ensino nos anos após a publicação da LDB de 1961) em relação às composição das unidades escolares e postos de trabalho docente em Santa Catarina, tanto na capital quanto no interior.

Qual a importância da explanação desses primeiros eixos em relação à CADES no estado de Santa Catarina? A importância está em abrir a visualização tanto vertical quanto horizontal antecipando a base formativa para onde serão direcionadas as forças de trabalho docente nas décadas que se seguirão. Como também abrir o panorama nacional e local da pesquisa numa relação longitudinal um pouco mais estendida de forma que se capte as peculiaridades nas quais estrutura e conteúdo se imbricam e propiciem compreender como se deu a Campanha.

No quadro geral do ensino neste primeiro momento foi constatado na documentação da CADES custodiada no Arquivo Central da UFSC, que após a conjunção sistêmica do ensino médio e profissionalizante no mesmo nível de ensino pela LDB de 1961, a Campanha formou professores do primeiro ciclo dos ginásios normais, por exemplo. Ou seja, o arranjo final da dinâmica dos ramos do ensino profissionalizante nos anos 1940 vão impactar na realização da Campanha nos anos de 1960; mesmo que formalmente a Lei Orgânica do Ensino Secundário e as demais leis do ensino agrícola, comercial e industrial distingam categoricamente esses ramos de ensino, situação que não fica clara no Decreto que institui a CADES, pois mesmo as leis de equivalência dos anos cinquenta não revogam formalmente tal distinção.

O movimento estatístico do triênio final década de 1940 do país, do estado e da capital³⁵ indica que o ente federativo acompanha, respeitadas as condições locais, a dinâmica do restante do país. Para a variante unidades escolares, de ponta a ponta no triênio o ensino secundário tem um aumento de 16%³⁶ no caso do plano nacional (o que corresponde ao número de 242 unidades escolares criadas entre 1947 a 1949), enquanto no estado o aumento foi de 17%; em termos comparativos gerais há bastante aproximação dos índices percentuais, mesmo considerando que no município de Florianópolis não tenha havido a criação de novas unidades no triênio.

Em relação à variante matrícula geral constata-se de ponta a ponta no triênio o aumento de 15% no âmbito nacional e de 36% no âmbito estadual, enquanto na capital mesmo sem a criação de novas unidades escolares houve a ampliação de matrículas em 31%.

A escolha do período final da década de 1940 não é aleatória. Esta passagem representa, até certo ponto, a abertura de um momento de redistribuição para esta etapa de ensino no estado. A diferença, considerando as devidas proporções, entre o crescimento no plano federal e estadual se dá na mesma ocasião na qual a predominância sobre o ensino secundário pela Ordem Jesuíta cumpre o seu efeito formal com o estado pondo termo ao contrato estipulado politicamente entre estes atores vinte e cinco anos antes (DALLABRIDA, 2006, p. 131).

Um balanço entre os dois quadros indica um aditamento, em sua quase totalidade, nas variantes elencadas; na passagem entre um ano e

³⁵ Conforme a tabulação do IBGE nos anexos 1 e 2

³⁶ Optou-se pelo uso decimal de dois dígitos após a vírgula e o arredondamento dos dígitos superior a cinco por proporcionar economia gráfica, eficácia visual e apreensão do dado numérico.

outro há uma certa estabilidade dos índices percentuais. Valle (2006, p. 92) tabula os dados das fontes estatísticas estaduais, nas quais confronta a quantidade das matrículas com a população catarinense no ano de 1940 cujo índice de representatividade coube na ordem de 4%, a relação similar para o penúltimo ano dessa década aplicando a estimativa, segundo as fontes do IBGE (1950, p. 61), para o ano de 1948 a diferença também não demonstrou ser extremamente significativa, com a indicação de 3,5%. Ou seja, a extensão numérica no triênio indica um aditamento endógeno à própria etapa de ensino no quadro da educação, a relação exógena (com os demais quadros sociais presentes como o crescimento da população, o preenchimento na escala de instrução geral, diferenciação social nos planos produtivo e cultural) apresentou pouco impacto.

De todo modo, este movimento representa um aceno em relação ao crescimento do ensino secundário que será examinado nos anos das décadas seguintes.

Houve uma dinâmica importante na morfologia geo-sócio-política do estado nos anos que se aproximam da primeira metade do século vinte. Ocorrem cinco mudanças no desenho da divisão administrativa-municipal com desanexação-reanexação territoriais; criação de municípios que se tornam importantes chaves regionais no estado, nas quais as distinções nos mais variados ângulos da fisionomia social vão se consolidar: interior-litoral, rural-urbano, o colono-o cidadão (SANTA CATARINA, 1958, p. 15).

Goularti Filho (2002, p. 980), situa o momento até 1945 como *Origem e crescimento do capital industrial*, momento no qual se afirmam as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil no estado. O autor chama a atenção para os tipos de povoamento e as áreas que vão sendo ocupadas: o primeiro caracterizado pela entrada do europeu no Norte, Sul do estado e o Vale do Itajaí; e o segundo pela entrada dos grupos provenientes do Rio Grande do Sul ocupando o Oeste catarinense.

O processo de ocupação do território catarinense não é um fato isolado; processos simultâneos são desencadeados em outros *fronts* sócio-históricos, que direta ou indiretamente repercutem sobre a educação seja no âmbito nacional ou local. Sobre o território ocupado far-se-á necessário o arranjo da infraestrutura material com o seu correlato cultural.

Com relação à rede viária, por exemplo, no período:

O início do século XX caracterizou-se pela consolidação/conclusão de importantes trechos ferroviários: a) a primeira Ferrovia no Estado: Ferrovia Tereza Cristina – servida à exploração e escoamento das jazidas de carvão no sul do Estado, na região de Tubarão e Criciúma (concluída na década de 1.880); b) a Estrada de Ferro Santa Catarina: construída em 1.899 para escoar a produção (madeira, erva mate, cereais, charutos) do Vale do Itajaí ao Porto de Itajaí. Havia a pretensão de alcançar o planalto e atingir a divisa com a Argentina, porém, a ferrovia foi desativada em 1971 pela RFFSA; c) o Ramal São Francisco: construção iniciada em 1904 e em 1917 o tráfego de Porto União para São Francisco foi liberado; a Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande: construído entre 1908 a 1910, ligando em Santa Catarina Porto União/SC a Marcelino Ramos/RS). Durante as três primeiras décadas do século XX a rede rodoviária catarinense cresceu consideravelmente. As principais rodovias - que garantiam o escoamento da produção e a ligação das principais regiões do Estado com a capital e portos costeiros, como a estrada entre Florianópolis e Lages (atual BR-282), a estrada da Serra do Rio do Rastro (sul), a Estrada Dona Francisca (norte) e a rodovia do Vale do Itajaí, estavam sob a gerência do Estado. Eram mantidas regularmente obras de manutenção e conservação a fim de assegurar a viabilidade do trânsito.

As novas rodovias que foram abertas neste período surgiam na região do planalto e do oeste catarinense, executadas por empresas colonizadoras que atuaram no povoamento do oeste do Estado. Eram principalmente estradas que interligavam os novos núcleos de ocupação entre si e com a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. A relação estabelecida entre o governo estadual e as empresas colonizadoras se firmava através de acordos no qual a construção das estradas era garantida pelas empresas e, em contrapartida o governo fornecia terras devolutas existentes ao

longo das rodovias, que deveriam ser destinadas a construção de loteamentos para serem vendidos aos colonos que se instavam na área. Após o término da construção, a manutenção e conservação das estradas passavam a ser realizadas pelo Estado. (BARBOSA, CABRAL E ROCHA, 2009, p. 1-2)

Mamigonian (1965; 1966) e Goularti Filho (1995; 2002) propõem uma leitura relacional da comutação do capital de origem comercial e agrícola das primeiras gerações dos colonos em capital industrial, e sua distribuição pelo território catarinense no final do século dezanove e meados da década de 1940.

O estudo de caso, realizado por Mamigonian (1965), sobre industrialização de Blumenau, traz elementos que podem colaborar com a reflexão sobre as implicações que tal dinâmica exercem sobre educação no estado nas décadas que se seguiram aos dados expostos até aqui. O geógrafo caracteriza nesse estudo, os dispositivos dos estamentos sociais do período para se acomodarem ao ajuste produtivo-cultural que se estabelecia. No caso de Blumenau a indústria têxtil é objeto de referência no qual o capital industrial do entre-guerras se consolida associando o *die sachkenntnis* da colonização alemã, o capital local (especialmente dos comerciantes), o financiamento por meio do crédito do capital financeiro (Banco do Brasil é apontando como um agente creditício), matéria-prima local e matéria-prima semielaborada (importada geralmente da Alemanha), a importação da maquinaria, e, por fim, o arremetimento da mão-de-obra (a mais preparada identificada com a origem teutônica e a não qualificada com a de origem local):

As operárias e os operários eram, no início, quase que exclusivamente de Blumenau e dos arredores, porém as necessidades de mão-de-obra durante e após a segunda guerra permitiram a chegada de inúmeras famílias das regiões litorâneas luso-brasileiras. Assim, aos nomes alemães predominantes, ENGELHARDT, SCHWEIGERT, GROSSEBACKER, POFAHL, também eslavos, LUBAWSKI, NOWASKY e italianos VIVIANI, VOLTOLLINI, juntaram-se os nomes de origem portuguesa, como SOUSA, GONÇALVES, SOARES. (MAMIGONIAN, 1965, p. 411)

O aspecto cultural é claramente tocado pelos empreendimentos da ocupação territorial, a comutação dos capitais agrícola e comercial em capital industrial, o assentamento político na região litorânea em razão da localidade da capital em assimetria às regiões do interior do estado. Paim (2006, p. 27), abordando a constituição da região do oeste catarinense, comenta:

Mesmo com todos os esforços governamentais para a integração da região ao estado, culturalmente isso não aconteceu, pois as pessoas continuaram ligadas ao Rio Grande do Sul. Até hoje existem disputas culturais entre os moradores do litoral de Santa Catarina e os da Região Oeste. Os primeiros costumavam pejorativamente, denominar os moradores do Oeste como “colonos”, “índios”, “bugres” e muitos outros adjetivos desqualificadores. Por sua vez, a recíproca também é verdadeira, quando os oestinos referem-se aos habitantes do litoral como “comedores de siris”, “manezinhos”, “povo que só gosta de praia e não trabalha. (PAIM, 2006, p. 27)

Tais tensões reverberam na instância da educação. A criação das escolas isoladas nas áreas rurais, e o advento dos grupos escolares, predominantemente nas aglomerações urbanas, evocam a distribuição das instituições de ensino na virada para a década de quarenta. Os processos de integração territorial num e noutro nível (nacional e estadual); a diversidade cultural; a infraestrutura de comunicações, logística e fornecimento de energia incipiente, foram objeto do uso frequente do monopólio da violência do estado em vista da homogeneização civilizatória. Alguns exemplos, neste feito, são a demonstração de tal situação: a ocupação do oeste catarinense à custa da expulsão dos nativos caboclos e indígenas sob a conivência estatal num extremo, e a nacionalização das escolas das colônias de descendência estrangeira durante o Estado Novo noutro extremo.

No triênio 1947-1949³⁷ no Brasil a quantidade de docentes do ensino secundário aumenta 15% entre o primeiro e último ano; no estado de Santa Catarina, proporcionalmente, o aumento é maior, de 21% e na capital de 23% acompanhando a tendência estadual. Enquanto os indicadores no plano nacional entre a quantidade de matrículas, quantidade de unidades escolares e quantidade de professores mantêm-se

³⁷ Conforme tabulação do IBGE no anexo 4

proporcionalmente próximas no crescimento, ficando nas faixas de 15% e 16%, há variações nos números do crescimento para as mesmas subclasses no que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, como pode ser constatado, mas quanto à razão professor-aluno, estas variações pouco se fizeram sentir, porque endogenamente, ou seja a relação interna dos aumentos e a comparação interna das variantes do estado, se assemelharam à relação endógena das mesmas variantes no contexto interno do crescimento nos números do país. No âmbito nacional a razão professor-aluno entre os anos de 1947 e 1949 permanece a mesma, de 1 para 14; no paralelo Santa Catarina-Florianópolis no ano de 1947 essa razão é de 1 para 13, e de 1 para 15, respectivamente; e no ano de 1949 é de 1 para 14, e de 1 para 16, respectivamente.

De tudo o que foi dito, a conclusão que se pretende formar é a de que até o final dos anos 1940 as forças sociais presentes atenderam a um conjunto de prioridades, tanto no plano nacional quanto no estadual, no qual o ensino secundário pouco fez parte. Seria de se acreditar que a expansão ditada pela ocupação do território no interior do estado, a diversificação das fontes de acumulação de capitais (ou, aproximando uma categoria durkheimiana de uma weberiana = uma solidariedade entre os capitais), o recrutamento do *savoir faire* dos colonos, a ampliação das redes viárias e os outros aditamentos em infraestrutura pudessem aventar a convocação da etapa do ensino secundário para compor uma nova base populacional mais conformada de um lado às “personalidades condutoras” aspiradas pela Lei Orgânica de 1942 e os outros ramos de ensino destinados à função produtiva do outro lado.

A relação dos números apresentados com o cenário histórico sumariamente descrito indicam um movimento, pouco acentuado, porque outros elementos seriam necessários para que a envergadura desta etapa de ensino pudesse vir a apresentar um impacto maior no conjunto de relações sócio-produtivas e sócio-culturais em Santa Catarina e no Brasil em tal recorte.

De todo modo, para esse primeiro recorte, vê-se que o movimento acontece de forma mais expressiva na faixa do ensino primário, nas faixas do ensino pedagógico (curso normal) e do secundário, por fim. Os ensinos industrial e comercial somados não chegam a se equiparar ao ensino secundário. Os três cursos superiores que encerram a década de 1940 no estado são os cursos da Faculdade de Direito, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Farmácia e Odontologia que no início da década de 1960 serão agregados na federalização juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

3.2 A primeira flecha: década de 1950

Os cursos responsáveis por formar os docentes que assumiriam o ensino secundário, no Brasil pensada por Campos desde de 1931, far-se-ão presentes em Santa Catarina apenas nos anos de 1950³⁸ e a interiorização do ensino superior, de modo geral, muito mais expressivo pela oferta do instituto particular, acontece apenas a partir dos anos 1960.

Até esta flecha, então, em relação à CADES, tem-se sua matriz formativa na legislação, e o substrato social e histórico sobre os quais é possível dimensionar a posição ocupada pelo ensino secundário no Brasil e em Santa Catarina correspondente a uma geração que antecede a execução da Campanha no estado.

Mas para que seja possível saber se na década de 1950 houve alguma metamorfose ou *acinesia* do cenário do fim dos anos de 1940 seria importante refazer estes paralelos examinando um recorte semelhante, pelo menos, aos três anos finais daquela década.

Houve mudanças um pouco mais expressivas na passagem dos dez anos na expansão do ensino secundário nos dois âmbitos, conforme pode ser visto nos dados do IBGE. A diferença entre 1949 e 1959 para as unidades escolares é de 94%, para a força de trabalho docente é de 113% e para as matrículas é de 120%; para as duas últimas variantes o valor mais que duplicou no âmbito nacional. No estado, o crescimento das unidades escolares do ensino secundário foi de 77%, a força de trabalho docente aumentou em 104% e as matrículas em 154%. Com algumas diferenças, a tendência constatada no plano nacional se reproduz no plano estadual, o crescimento das unidades escolares e dos postos de trabalho docente no estado demonstrou ser um pouco mais fraco, mas na comparação do número de matrículas o estado superou com uma margem razoável de diferença o percentual de aumento nacional.

Consulta à base legislativa do estado informa uma intensa ação dos governos da década de 1950 sobre a área da educação. Cítam-se a seguir

³⁸ Daros e Pereira no trabalho *A presença do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Santa Catarina entre os anos de 1942 e 1952*: projetos para a escola primária e a formação de seus professores (2014); Mendonça e Xavier em *Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP, MEC dos anos 1950-1960*. (2008) refletem sobre a proficuidade das iniciativas no campo da Educação para este decênio, especialmente sob o impulso do movimento da Escola Nova com as características do cenário brasileiro.

apenas os atos do ano de 1959, cujo objetivo é o de confrontar a tendência apresentada na tabela anterior.

Quadro 03 - Lista de atos legislativos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no ano de 1959

1 Lei Promulgada nº 390, de 10 de abril de 1959. Aprovado o Termo de Acordo Especial firmado entre Governo do Estado de Santa Catarina e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para a construção de um Centro de Educação Primária Complementar e de nove Pavilhões de Oficinas de Artes Industriais.

2 Lei Promulgada nº 410, de 01 de julho de 1959. Aprova o termo de renovação de acordo celebrado em 26 de fevereiro de 1954 entre o Governo da União e o do Estado, para continuação da instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no município de Araquari e sua manutenção.

3 Lei Promulgada nº 432, de 11 de agosto de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à União Estudantil Brusquense.

4 Lei Promulgada nº 434, de 12 de agosto de 1959. Aprova o termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INP) e o Governo do Estado de Santa Catarina, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria da rede escolar primária.

5 Lei Promulgada nº 437 de 27 de agosto de 1959. Autoriza a criação da escola profissional feminina de Itajaí, com a denominação de Escola Profissional Feminina Lucy Corrêa Hulse.

6 Lei Promulgada nº 458, de 09 de novembro de 1959. Autoriza o chefe do poder executivo a instalar uma escola profissional, na cidade de Brusque.

7 Lei Promulgada nº 459, de 09 de novembro de 1959. Cria escola profissional feminina, na cidade de Joinville.

8 Lei Promulgada nº 469, de 12 de novembro de 1959. Aprovado o termo de convênio especial, celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para o Ginásio Estadual Pedro II, localizado na Cidade de Blumenau, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M.

continua

continuação

9 Lei Promulgada nº 470, de 12 de novembro de 1959. Aprova o termo de convênio especial, celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para o Ginásio Estadual e Escola Normal Oficial Barão de Antonina localizado na Cidade de Mafra, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M.

10 Lei Promulgada nº 474, de 21 de novembro de 1959. Autoriza o poder executivo a instalar uma escola profissional feminina no município de Concórdia.

11 Lei Promulgada nº 479, de 30 de novembro de 1959. Aprova o Termo de Convênio Especial celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para equipamento do Colégio Estadual Dias Velho, localizado na cidade de Florianópolis, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M.

12 Lei Promulgada nº 480, de 30 de novembro de 1959. Aprova o Termo de Convênio Especial celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para Ginásio Estadual Vidal Ramos localizado na cidade de Lajes, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M.

13 Lei Promulgada nº 483, de 03 de dezembro de 1959. Cria escola profissional feminina em Orleães.

14 Lei nº 2048, 5 de agosto de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à União Estudantil Brusquense.

15 Lei nº 2077 de 14 de agosto de 1959. Autoriza a criação da escola profissional feminina de Itajaí, com a denominação de Escola Profissional Feminina Lucy Corrêa Hulse.

16 Lei nº 2093, de 21 de setembro de 1959. Modifica a lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, nas obrigações e recursos que atribuiu a Fundação Universidade de Santa Catarina.

17 Lei nº 2134, de 22 de outubro de 1959. Cria escola profissional feminina em Orleães.

continua

conclusão

18 Lei nº 2152, de 29 de outubro de 1959. Cria escola profissional feminina na cidade de Joinville

19 Lei nº 2151, de 29 de outubro de 1959. Autoriza o chefe do poder executivo a instalar uma escola profissional, na cidade de Brusque.

20 Lei nº 2159, de 9 de novembro de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Educandário São Francisco de Capinzal.

Fonte: do autor, informações disponíveis na base de dados legislativos da ALESC, 2018.

A atividade da casa legislativa estadual relativa a este tipo normativo: a lei (outros tipos seriam emendas, decretos por exemplo) para o ano de 1959 utilizando-se o termo educação na base de consulta da Assembleia retornou vinte nove peças, dentre as quais as vinte acima apresentadas fazem parte.

As informações constantes no Atlas Geográfico de Santa Catarina, produzido no ano de 1958 pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, contabilizam os ginásios da seguinte forma: 4 em São Francisco do Sul, 4 em Florianópolis, 4 em Laguna, 11 na bacia do Itajaí, 6 no planalto de Canoinhas, 4 nos campos de Lajes, 8 em Rio do Peixe e 2 no Oeste, estranhamente o total apresentado na tabela do Atlas é de 55 ginásios (SANTA CATARINA, 1958, p. 79)³⁹. Com relação ao ensino agrícola, no entanto, o dado publicado no Atlas corresponde à informação da coleta do IBGE na qual similarmente não consta ocorrência. Os ensinos comercial e industrial aparecem com 28 e 6 unidades, respectivamente (id.).

Não obstante a década de 1950 ser considerada a década áurea do fenômeno desenvolvimentista o comportamento estatístico geral, que de forma menos acentuada está também presente na série do final dos anos 1940, no estado o fluxo crescente das variantes foi em direção aos ensinos secundário, pedagógico e comercial, enquanto o ensino industrial (considerado a grande chave do desenvolvimento) permanece pálido em Santa Catarina, nota-se uma variação atípica inclusive para este ramo de ensino, o ensino agrícola desaparece da tábula (ou não houve coleta a seu respeito). Há uma latência nas variantes do meio da década de 1950 para o seu final.

Esses ingredientes antecipam a “aposta” social em termos de educação que vai se consolidar no estado, e apontam para o perfil

³⁹ Supõe-se tratar de um erro de datilografia.

desenvolvimentista próprio de Santa Catarina em relação aos demais entes federativos, enquanto no plano federal os discursos vão se alterar sobre o pendor do ensino secundário para a formação prática e para o trabalho.

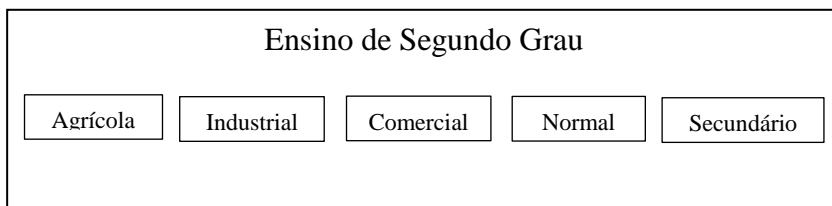
3.3 A segunda flecha: década de 1960

Para fechar a arquitetura do arco histórico-sociológico são apresentados os dados que concluem a década de 1960, fechamento este concomitante à ultimateção da Campanha e gingado do pêndulo rumo à reforma do ensino médio na década seguinte.

A conversão que ocorre entre o formato do ensino secundário da Lei Orgânica de 1942 com os acúmulos legislativos posteriores até publicação da LDB de 1961 provoca uma entorse na concepção de ensino secundário-médio que passa por uma reelaboração enviesada pelo instituto da equivalência, e que se irradia para além da formulação da escrita legal, incorporando-se na operacionalização das ações da CADES, como também na dinâmica da representação estatística da faixa de ensino em estudo da década de 1940 ao fim da década de 1960.

Ao se propor a visualização do arranjo das leis orgânicas concebidas pelo ministro da educação e saúde pública, Gustavo Capanema, nos anos quarenta nota-se que, embora possa ser representado num quadro sistêmico, os fins da educação da faixa do meio da formação dos jovens, o ensino de segundo grau, são tratados tendencialmente de forma hermética na legislação para cada ramo do ensino. Conforme pode ser visualizado no quadro 04.

Quadro 04 - Ensino de segundo grau e seus ramos nas leis orgânicas dos anos 1940



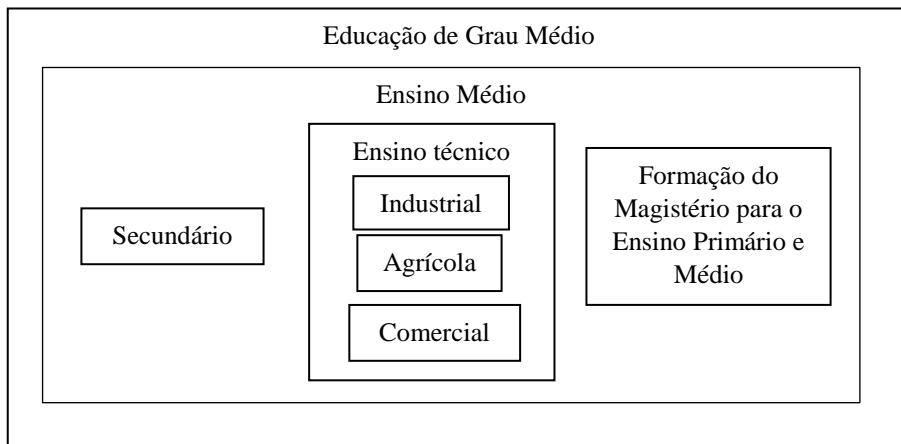
Fonte: do autor, 2018.

É possível identificar esta constatação ao se tomar a exposição de motivos que introduz alguns dos textos das leis orgânicas, por exemplo.

Ao apresentar a Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942 Capanema caracteriza o ensino secundário como um ramo do ensino de segundo grau; em relação aos seus pares, os ramos industrial, comercial, agrícola e o normal, na exposição de motivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 que institui o ensino industrial não há notação à qual faixa do ensino o referido ensino se vincula, isto se repete no Decreto-Lei nº 4.048 de 1942 que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Na exposição de motivos do Decreto-Lei nº 6.141, de 1943 que cria o ensino comercial, há a relação expressa a qual faixa de ensino este se relaciona, nesse texto há o cuidado de afirmá-lo como um ramo do ensino de segundo grau.

A princípio é esta terminologia aplicável à faixa do ensino intermediário com os seus respectivos ramos, pelo menos até o primeiro triênio da década de 1950. A assunção dos graus de ensino anos mais tarde pela LDB de 1961 converte o termo *ensino de segundo grau* em *educação de grau médio*, e neste sistematiza o ensino secundário, a formação do magistério e ensino técnico. A conversão terminológica se produziria com a Lei nº 1.821 de 1953 e se consolidaria na da LDB em 1961 o que leva à conformação demonstrada no quadro 05.

Quadro 05 - Educação de grau médio LDB de 1961



Fonte: do autor, 2018.

No quadro anterior além da representação admitir-se sistêmica, a guia de cada *cursum* também permite esse entendimento sistêmico expresso textualmente na LDB de 1961 no momento em que esta lei

possibilita a transferência do estudante de um curso para outro, mediante adaptação; diferentemente do comando do diploma dos anos 1940 no qual o vínculo do ciclo ginásial com o colegial, o disciplinamento rigoroso dos exames e consequentemente as progressões dentro de cada ciclo e de um para outro ciclo dificultariam o trânsito dentro do arranjo pensado para cada caso.

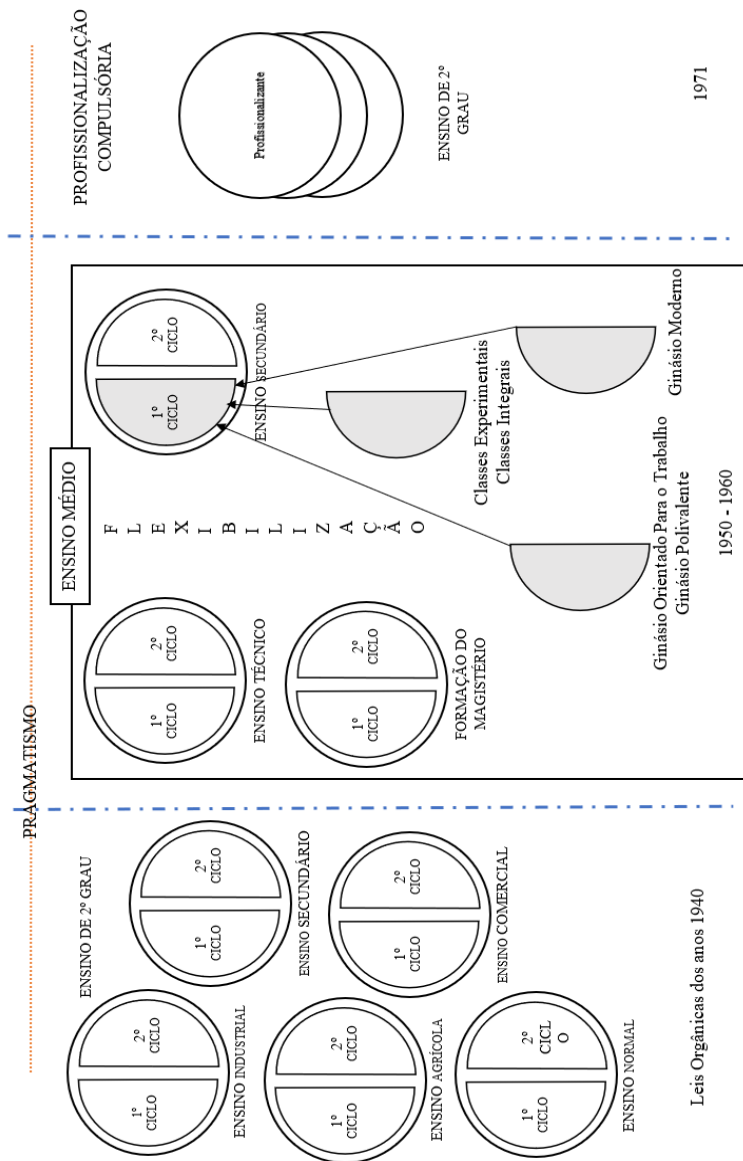
Nas duas situações a terminologia implica numa forma de concepção e representação gráfica distintas, os quadros 1 e 2, por exemplo, tomam os termos do estatuto legal que os estabelece, e nas apreciações são utilizados (ou pelo menos esforça-se neste sentido) o mais próximo possível da visão do legislador.

O termo orgânico usado para caracterizar as leis dos anos 1940 levaria a crer que se trata de uma interpretação sistêmica do ensino de segundo grau, o que em termos de abordagem e resultado sociais consistem numa antinomia; visto que cada lei disciplina o respectivo ramo de ensino sem que haja outra mediação interna ou externa que indique interdependência ou ordem necessária entre um e outro ramo, ou a progressão para o grau de ensino posterior, neste último quesito salvo o caso do ensino secundário, obviamente.

Embora a representação do ensino médio na LDB de 1961 encontre-se numa maior predisposição ao arranjo sistêmico, a LDB não se configura num sistema fechado. Isto é explicado pela estruturação interna dos cursos que compõem a faixa de ensino agora chamado de ensino médio; aqui o legislador não liquida o formato dos cursos das leis anteriores, mas lhes propõe menos obstáculos por meio do que nomeia de flexibilização, desta forma a divisão dos cursos em dois ciclos do regimento anterior permanece nos anos sessenta, porém com regras de tráfego suavizadas pela equivalência que estava dispersa em leis distintas desde os anos cinquenta.

Então, as leis orgânicas de 1940 não são sistêmicas porque ali prevalece a independência cabal entre os cursos; e a lei de 1961 não é completamente sistêmica porque a relação entre os cursos não se efetua por total interdependência, mas sim por um trânsito facilitado entre os mesmos que se mantém autônomos, em suma. A representação gráfica da transição semântica no recorte dos anos de 1940 a 1960 pode ser feita da seguinte forma, conforme a figura 02 a seguir:

Figura 02 - Transição temporal-terminológica do ensino secundário-ensino médio



Fonte: do autor, 2018.

No caso da presente pesquisa, o que importa para a interpretação dos dados coletados é o exame a ser feito forçado pela multiplicidade dos termos arrolados. Nas amostras tiradas de um ano para o outro o mesmo tipo de ensino é tratado ora como categoria, ora como ramo, ora chamado de ensino extra primário, secundário e médio. Dessarte, na segunda metade da década de 1950 ora encontra-se a denominação da década anterior, ora se utiliza a denominação trazida pela lei de equivalência, nas séries estatísticas da década de 1960, ensino *médio comum* ou *ensino secundário* pode tratar-se do mesmo curso.

No *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) Acordo MEC-USAID*, o consultor norte-americano John D. Ryder comenta:

There is a possible point of confusion in the distinction between "ensino médio" and «ensino secundário», the latter being non-specialized preparatory work for the university, within the overall "ensino médio" or secondary school in a U.S. sense. At one time entrance to a university was only possible from an «ensino secundário» course, and so earlier statistics often quote this; now the specialized fields are being reduced to elective series and entrance to a university is possible from all. (BRASIL, 1969, p. 262)

O documento *Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (que ironicamente publicado no ano de 1969 fará pouco sentido em 1971) sistematiza o ementário de pronunciamentos do Conselho Federal de Educação e atos oficiais relativos ao ensino médio, publicados em *Documenta de números 1 a 90* desde a publicação da LDB de 1961 ocupa-se em grande parte de suas instruções com a questão da equivalência partindo do seguinte julgamento:

Art. 26 - Um curso é equivalente a outro quando os seus currículos e programas, embora diferentes, situam-se em um mesmo nível de estudos e propiciam aos alunos um correspondente grau de maturidade.

Art. 27 - São equivalentes entre si os seguintes tipos de curso médio (P. 274/64, Doc. 31):

I - No 1º ciclo: a) o ginásio secundário; b) o ginásio que inclua orientação para o trabalho; c) os ginásios industrial, agrícola e comercial; d) o ginásio normal; e) outros tipos de ginásios além dos

enumerados; f) cursos de nível ginásial ministrado em escola de país estrangeiro; g) a 6.a série primária e a 1.a ginásial.

II - No 2º ciclo: a) colégio secundário; b) os colégios técnicos industrial, agrícola e comercial; c) as escolas normais de grau colegial; d) outros tipos de colégios além dos enumerados; e) cursos de nível colegial ministrado em escola de país estrangeiro.” (BRASIL, 1969, p. 32)

Tal compreensão no universo da isonomia jurídica (o tratamento a ser dispensado ao estudante de qualquer um dos cursos, que embora diferentes, não podem produzir distinção na vida escolar) e a produção dos efeitos na vida social irradiou-se para a terminologia, tanto ao tempo, quanto a *posteriori*. Dessa forma a indicação do termo ora toma a parte pelo conjunto, ora toma o conjunto pela parte, restando ao pesquisador encontrar no contexto discursivo-temporal a qual ensino efetivamente se refere quando é dito ensino secundário ou quando é dito ensino médio.

Na documentação da CADES na Diretoria do Ensino Secundário por exemplo, são encontrados documentos da década de 1960 nos quais a terminologia utilizada confronta os próprios atos instituidores e objetivos das outras diretorias (a do ensino comercial e do industrial) prescritos no Decreto-Lei n.º 8.535 de 1946.

O programa de atividades da Diretoria do Ensino Secundário para início em julho de 1964 (DES, 1964, p. 1) previu 11 ações principais a serem implementadas:

- a) Treinamento de professores e administradores de escola;
- b) Formação e aperfeiçoamento de especialistas em educação;
- c) Difusão e atualização de conhecimentos de problemas pedagógicos e de problemas gerais da educação relacionados com o ensino de grau médio;
- d) Levantamentos e pesquisas;
- e) Difusão do ensino de grau médio por meio de cursos pela televisão e pelo rádio;
- f) Contribuição ao equipamento ginásios modernos (instalação de oficinas, salas-ambiente, materiais para ensino de técnicas industriais, agricultura, práticas de comércio e educação doméstica);
- g) Contribuição ao equipamento ginásios modernos para o ensino das ciências experimentais;
- h) Reparelhamento das inspetorias seccionais;

- i) Liquidação de contas;
- j) Encargos executivos.

Como se vê, a Diretoria do Ensino Secundário se propõe ações para atuar junto ao *ensino de grau médio*, o que em alguns momentos significou ou a disputa de jurisdição com os outros cursos sob o guarda-chuva do ensino de grau médio ou o flerte com outra Diretoria.

No que tange à preparação de professores, a Lei que cria a CADES reforça que se destina ao preparo de professores de ginásios e colégios que não podem contar com licenciados por Faculdades de Filosofia, por meio de cursos de orientação e treinamento em serviço com duração de 30 a 40 dias, os quais realizados conferem ao participante autorização para lecionar no ensino secundário pelo período de um ano, o que será considerado treinamento em serviço, no qual ao fim e após a frequência em mais um segundo curso de orientação pode-se prestar o exame de suficiência para auferir o registro definitivo de professor secundarista.

Os professores em exercício que possuíssem qualificação (graduação superior) fariam o aperfeiçoamento nas disciplinas didático-pedagógicas e conhecimentos educacionais; ênfase especial deveria ser dada aos conhecimentos das alíneas f e g do programa conforme o citado programa de ações do ano de 1964.

A síntese das atividades da CADES em 1964, no relatório de 1966 assinado pelo diretor da Diretoria do Ensino Secundário, Gildásio Amado, ao ministro da Educação informa que no ano de sessenta e quatro foram realizados 35 cursos de treinamento de professores para prestação do exame de suficiência (AMADO, 1966, p. 5), todas as regiões do país estão representadas, Florianópolis está presente no rol das cidades onde os cursos aconteceram.

Em continuidade ao relatório, Amado (1966, p. 8), finaliza com o ano de 1966 informando a participação 15.497 professores nos cursos de aperfeiçoamento, dentre os quais: 9.645 professores nos cursos com um mês de duração; 1.100 nos cursos de qualificação de 120 dias; 4.148 professores previamente qualificados distribuídos em 138 cursos e 604 estágios de aperfeiçoamento com duração entre 1 e 8 meses. O crescimento no triênio 1964-1966 foi vertiginoso.

Do início ao final da década de 1960 o número de unidades escolares do ensino secundário, que na da LDB de 1961 se torna um componente sistêmico do ensino médio na educação de grau médio, praticamente duplica em Santa Catarina. A formação regular do magistério para o ensino médio continuou a cargo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a UFSC, recém criada, incorporou a então

Faculdade Catarinense de Filosofia sob a denominação corrente às demais universidades e faculdades da época.

O ano de 1964 registra a existência de 94 cursos secundários no Estado de Santa Catarina, neste total estão compreendidos 83 ginásios e 11 colégios; dos 83 ginásios 69 são da iniciativa privada, 11 estaduais e 3 municipais; dos 11 colégios 8 são particulares e 3 estaduais (IBGE, 1965, p. 427).

Entre 1964 e 1971⁴⁰ o ensino médio geral no estado a dinâmica quantitativa permanece tradicional, mesmo não mantendo o mesmo índice exponencial na média de crescimento os cursos do ensino médio continuam a aumentar, menos para o ano de 1971 no qual, no total geral, a perda de unidades é maior que o ganho entre 1969 e 1970, o que se explicaria pela dificuldade da representação da mudança que ocorre naquele ano em que acontece mais uma conversão de terminologia de ensino de segundo grau e o período formativo correspondente ao ginásial é demovido do ensino secundário para o ensino primário.

A escolha na forma de representação dos dados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação à época insere uma disrupção que não se relaciona exclusivamente ao fator numérico apresentado pela estatística, mas outrossim, ao projeto de educação moderna que estava sendo gestado na instância federal. Em resumo, a questão terminológica extrapola a dimensão conceitual e se espalha para a jurídico-operacional; da representação acima, quanto à pretensão da Diretoria, será visto que em Santa Catarina, em relação à atuação da CADES, comparecem um ginásio moderno e um ginásio industrial e em sua grande maioria os ginásios normais.

Do elenco de atividades do programa do ano de 1964 da Diretoria do Ensino Secundário, a tônica dos objetivos da CADES recai para a configuração do que está sendo chamado de *ginásios modernos*, menos conformados ao ensino tradicional e mais voltados à formação pragmática. No programa de trabalho de 1964 o diretor a respeito da ação da alínea f:

A maior parte da verba referida no item anterior (relembrando um entendimento anterior havido com o Diretor do Departamento Nacional de Educação)⁴¹, seria entretanto, destacada para um programa de auxílio e incentivo à implantação do novo tipo de ginásio recomendado pelo plano

⁴⁰ Conforme tabulação dos dados do IBGE no anexo 6

⁴¹ Nota nossa

trienal de educação que inclui, entre os objetivos do ensino médio básico, a educação para o trabalho, através do aprendizado de conhecimentos e práticas relacionadas com os campos da produção industrial, agrícola, e comercial [...] estender-se-ia, esse programa também ao ensino das práticas de educação doméstica. (BRASIL, 1964, p. 4)

As antigas divisões do ensino primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física criadas pela Lei nº 378 de 1937 convertidas em diretorias algumas delas (superior, secundário, comercial, industrial) pelo Decreto-Lei n.º 8.535 de 1946 com regulamentação dos seus regimentos pelo Decreto nº 20.302 do mesmo ano, na década de 1960 concorrem entre si (concorrem no duplo sentido do termo – ora como ação coordenada na direção de um sentido objetivo global da educação brasileira, ora como disputa política por recursos, ampliação do campo de atuação específica) de tal forma que encontram-se campanhas concomitantes como a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial criada pelo Decreto nº 35.247 do ano 1954 a cargo da Diretoria do Ensino Comercial (CAEC); a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) instituída pelo Decreto nº 38.955 de 1956 neste caso sem uma diretoria que lhe assistisse, diretamente coordenada pelo MEC.

Com relação à conjuntura da década de 1960 uma variedade de iniciativas educacionais forma uma rede discursiva e de agenciamentos na qual os resultados de uns modificam os resultados dos demais, e sem dúvida os resultados globais da agenda educacional, este comentário considera apenas a faixa do ensino médio, quando se traz para a discussão as reformas dos ensinos primário e superior os encadeamentos tomam outras proporções.

No ano de 1969 constam 537 cursos distribuídos em 395 unidades escolares do ensino médio no Estado de Santa Catarina, com corpo docente de 5.864 professores (BRASIL, 1971, p. s/n), matricularam-se neste ano 108.963 estudantes, e concluíram os cursos 91.394 alunos entre escolas públicas e privadas; destes totais 22 estabelecimentos de ensino médio, com 757 professores para 13.881 matrículas no início do ano são da capital Florianópolis (BRASIL, 1971 p. 61); a razão professor/matricula é de 1 para 19; e a razão professor/concluinte 1 para 34 (IBGE, 1972, p. 736; 740) no plano estadual.

Os famosos convênios MEC/USAID foram instrumentos dos quais a CADES na segunda metade dos anos 1960 se beneficiou; duas décadas

antes a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) formalizada no ano de 1946 (CUNHA e FALCÃO, 2009), da qual um dos principais articuladores tem passagem pela Diretoria do Ensino Secundário, Armando Hildebrand, havia plantado as sementes que fariam a longa transição do modelo do ensino secundário da Lei Orgânica de 1942, ao modelo que se ajustaria ao projeto social discutido e colocado à prova durante os vinte anos que separam aquele código da Lei de 1971.

A CADES é inaugurada em 1953 por Armando Hildebrand, então recém diretor da Diretoria do Ensino Secundário, à frente da Campanha em seus primeiros anos encampa a alínea do Decreto nº 34.638 de 1953 que institui a CADES pela qual as inserções consideradas *modernização do ensino secundário* que não passariam numa legislação como a da década de 1940 por conta de seu hermetismo, ou da LDB de 1961 em razão da presença dos seus defensores, leva a frente “tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social” (BRASIL, 1953).

Na publicação da RBEP nº 93 de 1964 citada oportunamente no início desta dissertação, é colhido um relato significativo a este respeito, o texto de Nair Fortes Abu-Merhy (1909-2000) no artigo intitulado *Colégio Universitário*⁴² demonstra a ação da CADES no caminho de realizar a cópula do sentido ensino secundário-ensino médio:

A articulação, em nível médio, embora date das Reformas Capanema, nunca surtiu os efeitos que dela hoje se reclamam, uma vez que se processava no pressuposto de que o simples exame adaptava um curso a outro.

[...]

O assunto foi minudentemente estudado por uma Comissão reunida na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, da qual tive a honra de participar, do que se originou a Circular nº 9, de 17 de julho de 1962, da Diretoria do Ensino Secundário.” (ABU-MERHY, 1964, p. 103)

⁴² Todo o texto expõe uma visão programática do que seria a constituição do Colégio Universitário: concepção, finalidades, administração, formação dos docentes, aparelhamento, currículo.

O resultado do estudo da comissão mencionada é o documento *Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* que sistematiza as orientações da Diretoria do Ensino Secundário posto em circulação sob a circular nº 973 de 25 de maio de 1965, para orientação dos inspetores do ensino secundário nas seccionais federativas. Num resumo superficial, o documento demonstra que o CFE e a DES, após a formalização da equivalência pela LDB de 1961 da ramificação do ensino médio no ciclo ginásial, assume a “função” do ensino secundário. Para que não reste imprecisão nesta constatação a ementa do documento conclui esta hipótese: ementário de pronunciamentos do Conselho Federal de Educação e Atos Oficiais relativos ao *Ensino Médio*, publicados em Documenta de números 1 a 90.

Entre a publicação da circular 973 em 1965 e os estudos da comissão citados pela professora Nair Fortes Abu-Merhy em 1962 estão os eventos de 1964. A reassunção da posição de diretor do DES pelo professor Gildásio Amado, diante da instabilidade institucional advinda da demissão do ministro e diretor que o antecedeu ao lado do golpe militar naquele ano o fez premir ações rápidas que reconduzisse a autoridade da DES diante do quadro agitado que se instalara. Embora a Consolidação fique pronta em maio de 1965 as discussões iniciadas em 1962 são retomadas rapidamente pela DES: em meados, pouco tempo após o golpe, de 1964 é convocada e realizada uma reunião com os inspetores das ISES, uma nova comissão é formada para alinhar o entendimento e a condução do ensino médio de forma a abrandar (ou apagar) os efeitos da *querela das portarias*.

O hiato aberto pela crise das portarias e ascensão do governo militar foi o pretexto do realinhamento da Diretoria e da sinergia dos inspetores, o que tornou oportuno pôr em movimento na programação da CADES os componentes que fariam os ramos do ensino médio se “identificarem”, nas palavras do professor Gildásio, com o ensino secundário.

O diretor Gildásio Amado, em texto não datado, resume qual o “grande” programa que impulsiona a DES e que perpassa a Campanha, e qual a participação do governo à época com a meta a ser alcançada:

Assim, a política do governo brasileiro, no que concerne ao ensino médio, inclui, como uma de suas metas principais, a difusão do ginásio unificado [...] Conclama, desta forma, o Ministério da Educação e Cultura as autoridades educacionais da Aliança para

o Progresso do Governo Americano a colaborarem no programa traçada da renovação da escola média brasileira, emprestando a sua colaboração financeira e assistência técnica à instalação de 150 escolas modernas, dentro dos moldes acima descritos. (AMADO, s/d, p 2-3)

Alguns caminhos foram importantes, dois podem ser aqui citados para que uma inflexão surgisse no horizonte no alvorecer dos anos 1970 para o ensino secundário: 1) a conformação sistêmica dada pela concepção do ensino médio na LDB de 1961; 2) A CADES com seus objetivos capitais. O elenco de iniciativas encabeçadas pela Campanha: as classes experimentais; os ginásios modernos; as salas-ambiente; o ensino de artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e, como complemento, o de educação para o lar embora partindo de práticas e aplicações diferentes têm um pano de fundo comum – tornar a educação secundária mais ajustada às reais condições e necessidades do meio a que escola serve, conferir maior eficácia e sentido social. Os sentidos que tomam os termos “ajustada” e “eficácia” seriam orientados no discurso educacional e nas suas prescrições legais e intelectuais por interlocutores eleitos, aqueles que possuíam o trânsito entre as esferas burocráticas, diplomáticas, legislativas e acadêmicas.

No ano de 1965, vislumbrando as brechas desde o emprego da flexibilização acenada na LDB de 1961, Gildásio Amado – participante de setores progressistas da educação no Executivo Federal, entre eles os que transitavam pela Diretoria do Ensino Industrial (NUNES, 1980) e o SENAI – escreve algumas elucubrações a respeito do passado e do caminho que tomara o ensino médio após o golpe de 1964, em ofício que acompanha a prestação de contas da CADES ao Ministério da Educação:

Essas⁴³ e outras resoluções que contrariavam votos explícitos do egrégio Conselho Federal de Educação, foram revogados pelo governo revolucionário. E cuida o Ministério de anular-lhe os efeitos, de corrigir situações falsas que criaram para milhares de estudantes [...] Nesse tão importante setor da educação, o ensino secundário, preocupa-se o governo com os problemas capitais, que são: primeiro, a oferta de oportunidades de ensino ao maior número possível de educandos,

⁴³ Refere-se às portarias do ex-ministro Paulo de Tarso.

através de aumento da rede escolar e da distribuição de bolsas de estudo; em segundo lugar, o estímulo e o auxílio à implantação de ginásios que atendam à variedade de objetivo desse grau de ensino, quais sejam o de uma educação complementada por opções que orientam o trabalho. Em 1965, deverão estar funcionando os primeiros educandários desse tipo que abrangerão em torno de núcleo de disciplinas fundamentais, a iniciação em práticas de indústria, comércio e agricultura.” (BRASIL, 1964 p. 2)

A decisão do ambiente sócio-político à época, tomada pelo estamento dominante em mais de um setor da sociedade era a de que o desenvolvimento do país passa pelo viés econômico; a conquista da liderança econômica e o ajuste da distribuição de riqueza passa pela industrialização; a industrialização, para que aconteça, necessita de investimentos em infraestrutura e recursos humanos. Esta decisão se baseava numa crença: o país não possui uma base produtiva aproveitável, é preciso fomentá-la.

Os dispositivos de inculcação dessa crença seguiram o curso tradicional entre uma geração e outra: por meio da introdução de novos hábitos e expectativas na geração que estará pronta para assumir os encargos da nação no curso da história; os arranjos verticalizados nas esferas legislativa e executiva; a utilização de instituições com funções de socialização (a escola, o partido político, a igreja, o quartel); o tempo. O tempo que levou, por exemplo, entre a edição da Lei da CADES em 1953 ao início da década de 1970, para formar os jovens entre 17 e 18 anos que estariam aptos para o trabalho e conscientes de que a escola os preparou suficientemente para tanto.

Mas nas décadas do planejamento, o comportamento social não correspondeu à expectativa dos planejadores, e as recomendações das missões norte-americanas nos pareceres do CBAI e MEC/USAID ter-se-iam perdido, se a solução não fosse dada no ano de 1971.

Retomando a representação temporal-terminológica do ensino secundário-ensino médio da figura 02, com o auxílio dos autores mencionados na introdução deste texto a reflexão que se produz é a de que a conversão semântica realizada entre os termos ensino secundário-ensino médio na passagem das décadas de quarenta a sessenta presentes nas leis e atos administrativos constituem uma estratégia baseada na linguagem materializada na sua forma-estrutura-conteúdo.

Recorrendo ao que Bourdieu (2008) desenvolve na *Economia das trocas linguísticas* a negociação semântica realizada nos/pelos mecanismos do texto oficial reproduzem a dinâmica de estratégia linguística na qual os interlocutores autorizados utilizam os recursos da linguagem oficial de posse do capital linguístico, social e cultural de que dispõem trazendo o ensino secundário para uma disputa no campo político e no campo semântico ao dizer, por exemplo, que:

Esta constância estrutural dos valores sociais dos usos da língua legítima torna-se compreensível quando se sabe que as estratégias destinadas a modificá-la são comandadas em sua lógica e em seus fins pela própria estrutura, através da posição nessa estrutura daquele que delas se vale. (BOURDIEU, 2008, p. 52)

A constância estrutural se remete, no caso desta pesquisa, ao meio institucional produtor do discurso em seus atos *oficiais*, mais que qualquer outra, instância portadora da *língua legítima*, em posição privilegiada e detentora dos meios para *modificá-la*. Desta forma a mesma lógica que serve à reprodução também serve à modificação, visto que a estrutura age em relação aos *fins*, o que equivaleria dizer, sem necessariamente entrar no campo da autoconsciência do agente, que a transição semântica observada é possível porque a estrutura, a lógica, e os fins criam as condições *possíveis para*, tanto no contexto e nos textos analisados. A legitimidade e o reconhecimento dos agentes neste caso, seguindo a reflexão de Bourdieu, estão politicamente e socialmente amparados no regime simbólico em que se desenvolve.

Outra percepção possível, partindo das considerações de Austin (1990) em *Quando dizer é fazer*, reside no aspecto performativo do ato normativo ou administrativo, transpondo os limites registros fala-escrita, esses atos, à luz da teoria dos atos de fala nos quais a conjunção forma-estrutura-conteúdo, semelhantemente aos atos de fala vêm ao mundo com a função de ordenar, eleger, nomear entre outros verbos performativos elencados por Austin.

Em certo sentido a terminologia jurídico-burocrática mimetiza algumas concepções *austinianas* quanto à tipologia utilizada no ordenamento presente no Direito Administrativo estudado no Brasil, por exemplo: atos normativos, atos ordinatórios, atos negociais, atos enunciativos, atos punitivos. A mimese se estende entre o modo, o fim e uso do termo, especialmente no momento em que este ramo do direito,

em linhas breves, conceitua a tipologia do ato como a *fala da administração que produz os efeitos jurídicos* para o indivíduo ou o coletivo empírico.

Outra relação mimética que pode ser estabelecida entre os atos de fala e os atos administrativos diz respeito à circunstância em que são proferidos. Por exemplo, o ato administrativo que for originado por agente que não recebeu a investidura para realizá-lo (erro de agente) poderá ser considerado nulo; se consumada a ação presumida para que o efeito reste válido o ato será reformado, caso se lhe verifique aproveitamento; caso contrário, será anulado.

Conferindo à linguagem e, de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade,

[..]

O poder das palavras é apenas poder delegado do porta voz... Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, que a linguagem representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a,

[...]

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima.” (BOURDIEU, 2008, p. 81; 87)

Bourdieu e Austin indicam que ação e palavra são produtos e produtoras das condições em que a própria linguagem funciona e regula os agentes de um dado regime simbólico. Esta compreensão combinada às categorias da força ilocucionária e os enunciados performativos neste caminho discursivo ilustram os processos sociais como na linguagem utilizada nos formalismos rituais das cerimônias de crença, ou nos seus homólogos jurídicos e científicos.

Se para Austin dizer é agir no mundo algo mais que descrevê-lo, para o Wittgenstein do *Tractatus Logico-Philosophicus* “os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo... Que o mundo é o meu mundo, isto se mostra porque os limites da linguagem (da linguagem que somente eu compreendo) denotam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 111)

A cunha inserida pelo próprio Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* devolve o caráter relacional entre linguagem e mundo com os

jogos de linguagem. Ao modo wittgensteiniano o presente texto torna-se objeto do jogo. Os elementos a serem tomados são os dois quadros e a figura anteriormente apresentados:

Pois se você os examina, não vai ver, na realidade, algo que todos têm em comum, mas semelhanças, parentescos, e, na realidade, toda uma série dessas coisas. Como foi dito: não pense, veja!

[...]

E o resultado dessa observação é agora: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem e se cruzam mutuamente. Semelhanças no grande e no pequeno.

[...]

Se, entretanto, alguém quiser dizer: “Todas estas construções têm algo comum, – a saber, a disjunção de todas estas coisas em comum” – então responderia: aqui você só está jogando com uma palavra. Do mesmo modo pode-se dizer: percorre-se uma só coisa através de toda a fibra, – a saber, a sobreposição sem lacunas destes fios.

[...]

Mas então o emprego da palavra não está, de fato, regulamentado; o ‘jogo’ que jogamos com ela não está regulamentado.

[...]

Se alguém traçasse um limite nítido, poderia não reconhecê-lo como o que eu também sempre quis traçar, ou que teria traçado na mente. Pois eu não queria traçar nenhum. Pudessem, então, dizer: seu conceito não é o mesmo que o meu, mas aparentado com ele. E o parentesco consistiria nas duas imagens, em que uma é uma mancha de cor delimitada imprecisamente, e a outra, recortada e formada de maneira semelhante, mas nitidamente delimitada. O parentesco é, então, tão inegável quanto a diferença. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55-62)

O tom didático que o autor assume por todo este texto não diminui o caráter oportuno do exercício proposto para auxiliar a perceber como a transição semântica se opera pela *familiaridade*. Desse modo a ação discursivo-pragmática, alegada com a flexibilização do ensino no ciclo

ginasial, é facilitada pelo pertencimento do ensino secundário à família do ensino médio.

A *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas (1999) comparece ao cenário como proposta do paradigma da comunicação e da intersubjetividade; questionando a ação estratégica, reconhece criticamente Wittgenstein, Austin e Peirce:

No obstante, el análisis del lenguaje ha logrado liberarse del estrechamiento que representaba el dogmatismo de sus orígenes... y desemboca en la teoría postempirista de la ciencia, de un lado, como por la línea que parte del primer Wittgenstein, pasa por el segundo Wittgenstein y Austin, y desemboca en la teoría de los actos de habla, de otro, el análisis del lenguaje ha logrado reconquistar la complejidad del planteamiento desarrollado por Peirce. (HABERMAS, 1999, p. 20)

A abordagem de Habermas num cotejo dialógico com o *linguistic turn*, propõe o *medium* linguístico:

O que torna a razão comunicativa possível é o *medium* linguístico, através do qual as interações se interligam e as formas de vida se estruturam. Tal racionalidade está inscrita no telos linguístico do entendimento, formando um *ensemble* de condições possibilitadoras, e, ao mesmo, limitadoras” (HABERMAS, 2003, v. 1, p. 20)

A teoria da ação comunicativa habermasiana concatenada às concepções apresentadas oportuniza a inteligibilidade da racionalidade pragmática presente à conversão semântica que se sujeita o ensino secundário no período da década de 1940 a 1960. O dissenso em torno da concepção do ensino secundário foi providencial para que na passagem para os anos 1970 o governo dos militares, predominantemente afeito ao agir estratégico próprio da racionalidade instrumental sistêmica, se aproveitasse da obstinação do discurso sobre a flexibilização do ensino e convertesse a *família* do ensino médio num bloco engessado de segundo grau obrigatoriamente profissionalizante por meio da publicação da Lei n.º 5.692 de 1971.

El experimento mental tiene por objeto mostrar que la reproducción social, cuando discurre por canales lingüísticos, está sometida a determinadas restricciones estructurales a partir de las cuales pueden, no explicarse causalmente, pero sí hacerse reconstructivamente inteligibles en su lógica interna... (HABERMAS, 1999, p. 125)

A *reconstrução inteligível* do objeto de pesquisa ensejada nesta última citação de Habermas, perpassada pela linguagem na sua condição de mediadora, tendo presente esta constatação: a reprodução social, quando flui pelos canais lingüísticos, está sujeita a certas restrições estruturais das quais ela não pode ser explicada causalmente, mas pode se fazer inteligível de forma reconstrutiva em sua lógica interna.

A empiria documental utilizada provê as fontes para este exercício mental, utilizando-se mais uma vez da expressão de Habermas, na qual a forma-estrutura-conteúdo encarnam a ação racionalizada nos tipos ato normativo-ato administrativo.

Novamente, perseguindo a tradição dialética, evita-se a explicação causal (a ordem da necessidade lógico-formal) pelo esforço da reconstrução inteligível da *lógica interna* subjacente à ação identificada nas fontes documentais: o câmbio semântico ensino secundário-ensino médio entre as décadas de 1940 e 1960 e o modo operativo dessa mudança nos cursos escolares propriamente ditos.

Numa síntese-diagnóstico feita pelo professor Gildásio Amado na direção da DES em dois documentos esclarecedores esta lógica se revela, de forma sucinta, nas seguintes declarações: *correlação entre planejamento educacional e planejamento econômico*; unificação do ciclo ginásial com disciplinas práticas que visassem orientação para o trabalho nos diversos setores de produção, atendidas as necessidades do meio; *transformação* do ginásio secundário em ginásio que incluía a orientação para o trabalho; expansão do segundo ciclo considerando aspectos quantitativos, princípios educacionais e *necessidades do desenvolvimento*; a formação de professores que oferecesse visão ampla dos problemas universais, compreensão dos grandes problemas da educação e sua adequação à realidade nacional, e *suas implicações com o desenvolvimento*. (AMADO, 1966).

3.4 Rostos da Campanha e de onde vieram

A CADES em Santa Catarina possui muitos rostos. Os rostos dos seus promotores, os rostos daqueles que participaram dos cursos de aperfeiçoamento. Conforme anunciaram os ofícios do professor Elpídio Barbosa, os rostos que predominaram, sem que isto signifique menosprezo pelos demais participantes, foram os rostos das normalistas do interior do estado.

Os registros visuais da Campanha são escassos, por isto a importância de apor às páginas deste trabalho uma amostra destes rostos; amostra aleatória, mas que traz algum significado às relações que foram construídas entre as fontes, a história, o tempo, a estatística frias e despersonalizadas.

A História e a Sociologia têm um rosto, ou melhor, muitos rostos, afinal, são humanidades! a CADES foi feita por muitos rostos. Rostos que ocuparam as salas de aula pelo estado de Santa Catarina, e que ao seu modo, fizeram esta mínima história a contrapelo possível invertendo o raciocínio dominante: houve uma campanha porque faltavam professores habilitados no ensino secundário-médio. Ou, o mais verossímil seria enxergar que havia professores no ensino secundário-médio, o ordenamento jurídico exigia que fossem habilitados, e por isto houve uma campanha?

Imagem 21 - Recorte do jornal *O Estado*, o diário mais antigo de Santa Catarina de 31 de janeiro de 1964, expansão do ensino médio no estado, crescimento significativo dos ginásios normais, criação de 59 cursos normais entre 1961 e 1963.

Fonte: O Estado 31/01/1964, p. 1.
Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

O Governo Celso Ramos e a Escolarização

As estatísticas sobre o volume de realizações de nível superior, com o real-
izado no interior do Estado, são muito interessantes, se comparadas da
operação, que se não podem ser, são pelo menos a seguir:

ENSINO MÉDIO

Ginásios oficiais criados no Estado até 1963 (1961 - 1963) 1 (1961)	Ginásios oficiais criados no Estado Celso Ramos 1961 - 1963 76 (setenta e seis) sendo 5 secundários, 7 secundários, 1 agrícola 76 cursos (incluindo os Cursos Normais Superiores) transferi- dos em 1963.
---------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ENSINO PRIMÁRIO

Nº de salas de nível completo criadas e grupos escolares concluídos em dezoito municípios (1961 - 1963) 576	Nº de salas de nível completo criadas e grupos escolares concluídos em seu interior (1961 - 1963) 826
Média anual 31 salas	Média anual 546 salas

Imagem 22 - Fichas individuais das candidatas e candidatos ao exame de suficiência da edição do curso preparatório da CADES do ano de 1966.

FICHA INDIVIDUAL

NOME: Augusto S. Otton Brusa
 Data de nascimento: 27.09.46
 Alçada: José Jaime da Cunha e Agostinho R. Brusa
 Nacionalidade: Italiana
 Residência (Endereço): Rua Jacinto do Rio Branco - Itapira
 Local de trabalho (Endereço): Distrito de Curitiba da S.E. 2 - Itapira
 Documento de identificação: Carteira de Identidade nº 92.596

Estado civil: solteiro

Funções que exerce atualmente: Funcionário e estudante

Cursos realizados: Gramática e Matemática

Registros já obtidos (Nº, data de registro, matéria e órgão onde registrou): Nenhum

Observações:

Nome: [Fotografia]

Assinatura:

LUIZ CARLOS REZEM

FICHA INDIVIDUAL 2

NOME: ANA PROVENZI (Irmã Teresilde)
 Data de nascimento: 15.06.1945
 Estado civil: solteira
 Mãe: Maria Teresita e Maria Alta Provenzi
 Nacionalidade: Italiana
 Residência (Endereço): Rua Araci Vas. (Cidade FFI) - Bairro - Fpolis
 Local de trabalho (Endereço): Ginásio Bom Conselho - Passo Fundo - RS - R. S. 101

Estado civil: solteira

Funções que exerce atualmente:

Cursos realizados:

Registros já obtidos (Nº, data de registro, matéria e órgão onde registrou):

Observações:

Nome: [Fotografia]

Assinatura:

FICHA INDIVIDUAL 3

NOME: Maria de Lourdes Sacho
 Data de nascimento: 27.10.43
 Filiação: José Sacho e Lúcia Sacho
 Nacionalidade: Portuguesa do Sul
 Residência (Endereço): Rua São João - Capital 61
 Local de trabalho (Endereço): Fpolis, RS

Estado civil: solteira

Documento de identificação: Título Eleitoral

Funções que exerce atualmente: Professora primária e de ginásio

Cursos realizados: CADES - Gramática - 2º Normal

Registros já obtidos (Nº, data de registro, matéria e órgão onde registrou):

Observações:

Nome: [Fotografia]

Assinatura:

FICHA INDIVIDUAL 5

NOME: [Fotografia]

Data:

Assinatura:

FICHA INDIVIDUAL 6

NOME: [Fotografia]

Data:

Assinatura:

Registros já obtidos (Nº, data de registro, matéria e órgão onde registrou):

Fonte: UFSC/FAFIL, 1966.

Ficha número 1: Luciana Konescki professora e diretora no Grupo Escolar Irmã Wienfrida, de Catanduvas, Joaçaba, inscrita no curso de Português.

Ficha número 2: Ana Provenzi – Irmã Teresilde, professora no Ginásio Bom Conselho de Passo Fundo/RS, inscrita no curso de Geografia.

Ficha número 3: Augusto Nilton de Souza servidor do Departamento de Cultura da SEC e estudante em Florianópolis, inscrito no curso de Geografia.

Ficha número 4: Luiz Carlos Bezerra, de Paulo Lopes, estudante de Direito, inscrito no curso de História.

Ficha número 5: Maria de Lurdes Zacko, professora no Ginásio São José em São Bento do Sul, inscrita no curso de Geografia.

Ficha número 6: Zuleima Longo, professora no Colégio Coração de Jesus em Florianópolis, inscrita no curso de Matemática

Duas fontes foram importantes para mapear as localidades de onde saíram os professores para os cursos de aperfeiçoamento na FAFIL. O primeiro é o Atlas Geográfico de Santa Catarina, produzido pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia de Santa Catarina, de 1958, com a colaboração de membros da FAFIL que trabalharam na CADES, o professor Armen Mamigonian, o professor Oswaldo Rodrigues Cabral e o professor Paulo Fernando Lago citados no decurso desta pesquisa. O segundo é o Atlas Escolar de Santa Catarina do ano de 1991 produzido pela Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos da SEPLAN/SC. Estes dois atlas foram de grande valia por terem sido produzidos para o uso no ambiente escolar, compilarem numa série de informações de forma sintética e visual o arco histórico prolongado, nas quais a pesquisa se orientou para relacionar os aspectos que o objeto suscitava.

Não é forçoso lembrar que a educação que se faz pela via da escolarização significa também ocupar um lugar no espaço. Os dados dessas fontes mostram um número expressivo de criação de municípios entre as décadas de 1950 e 1960, informação nada irrelevante se se pensar que o domínio do território passa pela demarcação física do edifício escolar.

A razão distribuição político-administrativa X crescimento da rede escolar de segundo grau e médio é um fator a ser considerado diante da constatação na literatura e nos dados estatísticos para a expansão da faixa de ensino. Segundo os dados dos atlas até o final da década de 1960 foram criados 125 municípios no estado de Santa Catarina; desses, 97 foram criados entre as décadas de 1950 e 1960; mais de 70% dos municípios do estado foram criados exatamente nas décadas desenvolvimentistas, o que pode ter provocado um impacto na conseqüente criação da rede de atendimento escolar de uma maneira geral. A distribuição político-administrativa está ligada exponencialmente à possibilidade da oferta de ensino, o crescimento descrito por Schneider (2008) foi especialmente em relação aos cursos normais regionais, que abasteceram os cursos de

aperfeiçoamento da CADES no final dos anos 1960, os mesmos dos quais o professor Elpídio Barbosa acusa existirem a 15 anos na mensagem enviada ao professor Oswaldo Cabral em janeiro de 1962.

O governador Celso Ramos, em 31 de janeiro de 1964, presta contas do investimento no ensino médio em sua gestão “planejada” (O ESTADO, 1964, p. 1). Aqui se tem uma dimensão do que significou a instalação do ensino ginásial no estado em relação ao período e a correlação com a distribuição político-administrativa: o planejamento educacional significou a interiorização do ginásio normal.

A racionalização instrumental por meio da Campanha seguia uma lógica relacionada à área de alcance, o objetivo era chegar até os ginásios do interior, onde estavam a maioria dos professores não habilitados segundo o ordenamento vigente. A contribuição da abordagem dialética neste aspecto traz à vista o que a instituição da Campanha denota:

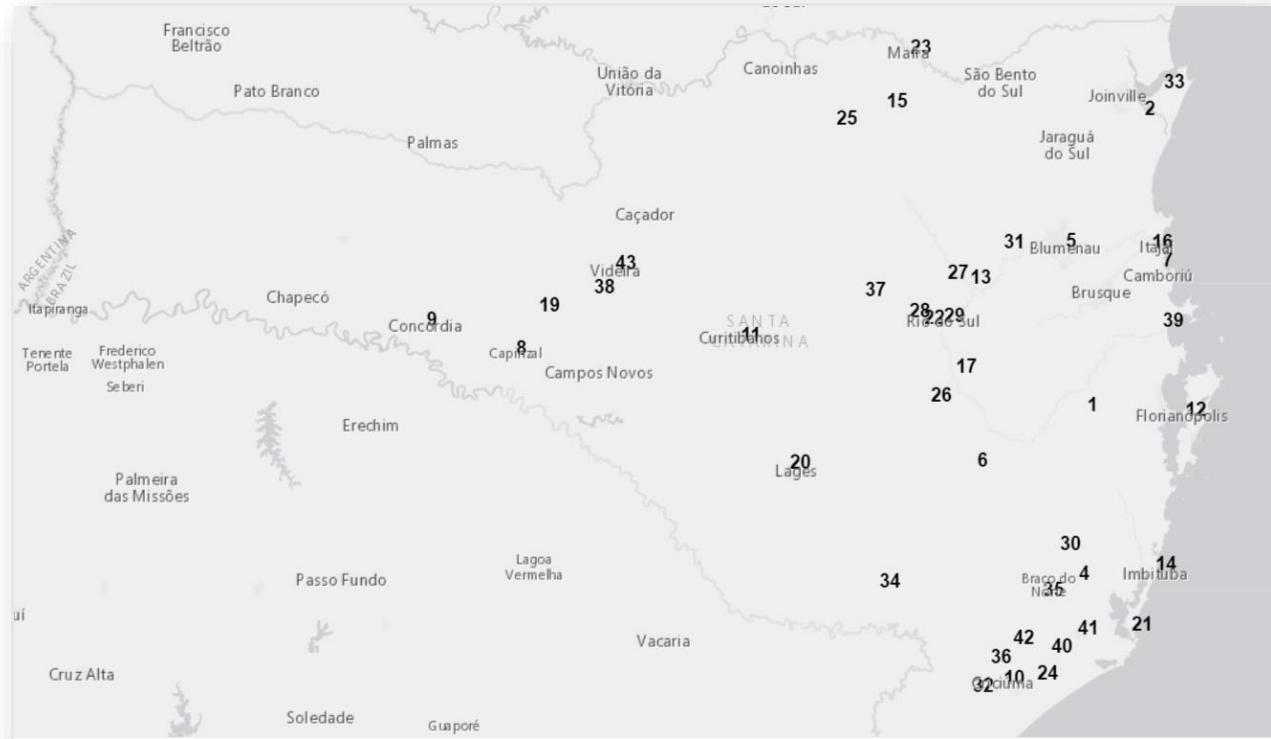
A difusão do ensino médio no país não se tem operado obedecendo ao planejamento. Não se tem observado, como seria desejável, na distribuição da rede escolar, as condições propiciadoras de maior aproveitamento possível dos recursos aplicados. Escolas foram instaladas em comunidades onde a demanda de matrícula não é numericamente significativa, o que constitui empreendimento de reduzida produtividade. (AMADO, 1966, p. 8)

Em plena década do planejamento é declarado que a etapa de ensino cresce sem planejamento, neste sentido a Campanha, como refletiu Cobério (2009), seria também uma “racionalização das carências”.

Parece que deve ser um dos mecanismos operacionais, no sentido da aplicação rentável dos recursos, a racionalização do crescimento da rede escolar segundo critérios que assegurem aplicação prioritária nas áreas mais favorecidas por um ensino primário de maior vulto, ou seja nas regiões de maior concentração demográfica e de maior progresso econômico. O princípio da justiça poderá prevalecer, certamente, sem se perder de vista as exigências a emergência do desenvolvimento impõe. (id.)

É sobreposto aos mapas a seguir a localização da edição da CADES do ano de 1965 e de 1967, da qual se pode extrair com maior

Figura 04 - Mapeamento da CADES no estado de Santa Catarina em 1967



Fonte: ArcGIS, 2019. Disponível em: <https://www.arcgis.com>

Quadro 06 - Legenda: Mapeamento da CADES no estado de Santa Catarina em 1967

Nº	Localidade	Unidade escolar
1	Angelina	Ginásio Normal Nossa Senhora
2	Araquari	Ginásio Normal Antenor Sprotte
3	Araranguá	Colégio Normal de Araranguá
4	Armazém	Colégio Normal São José
5	Blumenau	Ginásio Normal João Gomes da Nóbrega
6	Bom Retiro	Colégio Normal Bom Retiro
7	Camboriú	Ginásio Normal Sebastião Rocha
8	Capinzal	Ginásio Jucá Barbosa Callado Ginásio Mater Dolorum Ginásio Padre Anchieta
9	Concórdia	Ginásio Secundário de Concórdia
10	Criciúma	Colégio Normal Dep. Paulo Preis Ginásio Criciumense Ginásio Madre Teresa Michel Ginásio Normal Antônio G. Sobrinho Ginásio Normal Nicolau Pederneiras Ginásio Normal Padre Manoel Bernardes
11	Curitibanos	Ginásio Prof. Egídio Abade Ferreira Colégio Secundário Casimiro de Abreu
12	Florianópolis	Colégio Normal Roberto Moritz Escola Técnica Federal de Santa Catarina Ginásio Moderno Aderbal Ramos da Silva Ginásio Nossa Senhora de Fátima Instituto Estadual de Educação
13	Ibirama	Ginásio Hamônia
14	Imbituba	Colégio Normal Engenheiro Annes Gualberto
15	Itaiópolis	Ginásio Normal prof. Trajano José de Oliveira e Souza
16	Itajaí	Ginásio Normal Lauro Müller
17	Ituporanga	Colégio Normal Roberto Moritz
18	Jacinto Machado	Ginásio Normal Professor Joaquim Santiago
19	Joaçaba	Ginásio Frei Rogério
20	Lages	Ginásio Joaçabense
21	Laguna	Conjunto Educacional Almirante Lamego Ginásio Normal Professor Varella Júnior
22	Laurentino	Ginásio e Colégio Normal São José

continua

conclusão

23	Mafra	Colégio Estadual Barão de Antonina
24	Morro da Fumaça	Ginásio Secundário Dom Anselmo Pietrulla
25	Papanduva	Ginásio Normal Professor Marcílio Santiago
26	Petrolândia	Ginásio Normal Dom Joaquim Domingues de Oliveira
27	Presidente Getúlio	Colégio Normal Dep. Orlando Bértoli
28	Rio do Oeste	Ginásio Allamano
29	Rio do Sul	Colégio Normal Estadual Henrique da Silva Fontes
30	Rio Fortuna	Ginásio Normal Padre Antônio Wollmeiner
31	Rodeio	Ginásio Normal Professora. Judite de Oliveira Simoni Ginásio Normal Sagrado Coração de Jesus
32	São Bento Baixo	Ginásio Normal profa. Gerda Becke Machado
33	São Francisco do Sul	Ginásio Santa Catarina
34	São Joaquim	Ginásio Normal São José Colégio Normal Nossa Senhora
35	São Ludgero	Educandário São Joaquim Ginásio São Ludgero
36	Siderópolis	Grupo Escolar José do Patrocínio Ginásio Normal Dr. Fernando Ferreira de Mello Ginásio Santa Bárbara
37	Taió	Colégio Normal Luiz Bertoli
38	Tangará	Ginásio Mater Salvatoris
39	Tijucas	Ginásio Coronel Benjamim Gallotti
40	Treze de Maio	Ginásio Normal Artur Cavalcante do Livramento
41	Tubarão	Colégio Normal Espírito Santo
42	Urussanga	Ginásio Normal Professor Francisco de Paula Oliveira Guimaraes Grupo Escolar Barão do Rio Branco
43	Videira	Colégio Dom Bosco Colégio Imaculada Conceição

Fonte: do autor, 2018.

Entre as 43 localidades representadas no curso preparatório no ano de 1967 do total de 63 estabelecimentos 22 eram ginásios normais, 13 eram colégios normais num total de 35 estabelecimentos do ramo pedagógico; as outras unidades escolares se dividiram entre os ginásios e colégios do ramo do ensino secundário, uma escola técnica, dois grupos escolares, um conjunto educacional, um educandário.

Um corte longitudinal que divida o território ao meio, demonstrará uma concentração maior dos professores que participaram da Campanha a leste do estado; o extremo oeste apresenta-se praticamente vazio. Criciúma apresentou uma quantidade maior de unidades escolares, seguida pela capital.

A concentração do capital fabril e comercial nesse lado do estado, conforme diagnosticado por Mamigonian (1965; 1966) e Goularti Filho (1995; 2002; 2005; 2016) corrobora o desenho do investimento para a formação do professores concebido na DES.

No fim da década, os entraves administrativos e financeiros que os professores encontraram para conseguirem participar dos cursos de aperfeiçoamento, especialmente os das redes públicas, de acordo com o relato nos documentos da ISES na UFSC/FAFIL, dificultaram o comparecimento para aqueles que estavam mais distantes da capital.

No ensino público, a Secretaria de Educação passou a suspender a remuneração dos professores que pretenderam participar dos cursos, que em média duravam 120 dias, normalmente de agosto e novembro; o que, possivelmente, provocou alguma abstenção do lado oeste: o desestímulo em enfrentar as longas viagens, com recursos minguados, por período relativamente longo distante de casa. Na edição de 1968 as localidades mais a oeste que se farão presente à Campanha serão apenas Catanduvas e Capinzal, por exemplo.

Um dos objetivos da CADES foi o de “conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento” (BRASIL, 1953). No anúncio da Campanha no jornal *Correio Lageano* do dia oito de julho de 1965 são mencionadas bolsas para os cursistas do preparatório para o exame de suficiência entre Cr\$ 50 e Cr\$ 80 mil mensais da bolsa de estudos para os alunos-mestres de fora da capital. O planejamento geral para o ano de 1965 e os recibos das bolsas nos arquivos da FAFIL indicam o pagamento de Cr\$ 100.000,00 para os professores vindos do interior e Cr\$ 50.000,00 da capital. Na edição de 1966 os valores das bolsas foram calculados em Cr\$ 60.000,00 para os participantes da capital, Cr\$ 130.000,00 para os de mais distante. Na

edição de 1968 foram calculados em NCr\$ 50,00 para os da capital e NCr\$ 140,00 para os do interior (UFSC/FAFIL, 1965-1968).

O período dos anos sessenta representa um dos mais afetados pela hiperinflação no país. Entre 1960 e 1964 a inflação saltou de 30,5% para 92,1%, em 1967 o governo, como medida anti-inflacionária converte Cr\$ 1.000,00 em NCr\$ 1,00 e indexa os salários do serviço público freando a circulação de moeda e consumo (MUNHOZ, 1997, p. 61); houve um clamor contínuo através de toda a década pela reabilitação do poder de consumo do salário mínimo, entidades sindicais dos professores das redes públicas e particulares, no Rio de Janeiro e São Paulo mais fortemente, travaram forte campanha em luta por recomposição salarial da categoria.

Com o poder aquisitivo da moeda corroído pela inflação, o que significavam estas bolsas para os professores que se deslocavam do interior para capital para ali permanecerem por 120 dias?

Diante da impossibilidade de refluir às condições de vida recuadas no tempo, alguns instrumentos ensaiam alguns cenários que *virtualizam* as relações de valor comparativamente entre presente e passado para se visualizar o que as bolsas pagas pela CADES aos alunos-mestres representariam em termos de percentual do salário à época.

No Memorial dos Diretores do Instituto de Educação e Escolas Normais Oficiais de 1954, comentado em outras seções, a carreira do professor do ensino secundário é escalonada da seguinte maneira:

Classe Y	Cr\$ 67.200,00
Classe X	Cr\$ 61.200,00
Classe W	Cr\$ 57.600,00
Classe V	Cr\$ 50.400,00

Os cargos isolados de provimento efetivo *padrão S* Cr\$ 42.000,00 e *padrão R* Cr\$ 39.600,00 (SANTA CATARINA, 1954). Num salto para a década seguinte, os Decretos nº 53.578, de fevereiro 1964 e nº 55.803, de fevereiro 1965 fixam o salário mínimo nacional em Cr\$ 42.000,00 e Cr\$ 66.000,00 respectivamente. No estado de São Paulo, em 1963 um professor do secundário recebia salário no valor, por volta, de Cr\$ 46.000,00 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 6). A Lei Estadual nº 4.142, de 8 de fevereiro de 1968 demarcou a remuneração dos professores ginasiais da seguinte forma: licenciado NCr\$ 3,00; registrado NCr\$ 1,50; não registrado NCr\$ 1,20 por aula em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1968); no Rio de Janeiro ou São Paulo a hora aula estava estimada entre NCr\$ 5,00 e NCr\$ 7,00.

Os professores que procuraram a formação da CADES eram os não registrados obviamente. Retroprojetando um cenário em que um professor ginásial recebesse vencimentos em torno do que se praticava em São Paulo em 1968, ou no Rio de Janeiro, NCr\$ 500,00 em média, convertidos em aula corresponderia a mais de 400 aulas mensais, numa média de 20 dias úteis mensais seriam 100 aulas semanais; o cálculo, embora correto, é empiricamente perverso em termos de ação mesmo para época. A bolsa de 1968 que chegou a NCr\$ 160,00, por exemplo, convertida em aulas correspondem a 133 aulas.

A Lei nº 2.975, de 19 de dezembro de 1961 em Santa Catarina fixara os vencimentos do magistério dos cursos normais no padrão inicial MM-1 Cr\$ 8.000,00 e final MM-41 Cr\$ 75.000,00, caso houvesse acúmulo de cargo de professor no ensino primário e ginásial uma fonte salarial compensaria a outra, noutro cenário possível. De qualquer forma o valor da bolsa para o professor-estudante era significativo em relação proporcional aos salários praticados em toda a década.

Uma passagem de ônibus coletivo da linha Trindade em 1960 variava entre Cr\$ 5,50 a Cr\$ 7,00 (O ESTADO, 1960); o trecho Florianópolis – Criciúma saía a Cr\$ 250,00 em 1963; de Orleans para Florianópolis pagava-se Cr\$ 650,00 neste mesmo ano; numa passagem intermunicipal entre Blumenau e Itajaí, trecho de 50 quilômetros aproximadamente, pagava-se Cr\$ 400,00 (O ESTADO, 1964), numa conversão direta a viagem de Blumenau a Florianópolis, cuja distância é pelo menos três vezes a do trecho descrito quanto se pagaria pelo bilhete de viagem?

Imagem 23 - Bilhetes de ônibus. Rápido Sulino e Auto Viação São Cristóvão, 1963.



Fonte: UFSC/FAFIL, 1963.

Em 1965 houve uma crise no Restaurante Universitário (RU), colocado em funcionamento e administrado pelas representações estudantis do estado, um déficit para pagamento do custeio provocara o fechamento o RU (UFSC, 2010, p. 30), houve uma acirrada disputa entre os estudantes e a reitoria da UFSC pela responsabilização do desfecho que levava ao déficit das contas, e pela solução que o tiraria da crise. No RU alimentavam-se os estudantes das faculdades, estudantes secundaristas, e durante a realização dos cursos das CADES os cursistas. Uma das queixas da reitoria em relação à manutenção do RU era o acesso dos não-universitários às refeições fornecidas, e um dos critérios que a UFSC impunha ao soerguimento do restaurante seria o fornecimento apenas aos estudantes da universidade, e dentre estes os da capital que pagariam pela alimentação. A Portaria 0005/GR/1968 da UFSC, fixou os preços para as refeições fornecidas pelo RU, a partir de 20 de janeiro de 1968 na seguinte tabela: cartão de refeições a NCr\$ 35,00; refeição avulsa para universitário a NCr\$ 1,10; delegações universitárias a NCr\$ 1,30. O preço médio no país para o prato comercial popular (ou prato feito) estava balizado a NCr\$ 1,80 (JORNAL DO BRASIL, 19/02/1967, p. 11; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/02/1969, p. 9), relativamente próximo ao preço praticado pelo RU para as delegações universitárias.

A capital na ocasião dispunha do assentamento de uma rede associativa de professores, o que significaria efetiva economia para os participantes vindos do interior, como também a hospedagem nas pensões e pensionatos; a vida religiosa seria outra opção de alojamento para as religiosas que vinham dos ginásios e colégios confessionais. A acomodação na capital, possivelmente, não teria sido realizada diferentemente das práticas que se têm atualmente, em vista da economia de recursos e mobilização da rede social que se tem à disposição no local onde se realizava os cursos.

Imagem 24 - Recorte de jornal, tema do VIII Congresso Nacional de Professores Primários.



Fonte: *Diário de Notícias*, 14/07/1967 p. 12. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A bolsa oferecida certamente contribuía, possivelmente era um atrativo que levava os interessados aos cursos, e obviamente a oportunidade de obtenção da habilitação e do registro de professor, que conjugado com outra atividade principal significaria uma fonte extra de renda. O valor das aulas nos ginásios estaduais, mais baixo que uma passagem de ônibus, justificou a conciliação das aulas com uma atividade econômica principal, talvez? Por esta razão os rótulos de “improvisação, bico, aventureiros” em relação aos professores do ensino médio não habilitados e sem registro mencionados no diagnóstico do professor Paulo Fernando Lago?

Imagem 25 - Composição de imagens das fontes, recortes de jornal e documentos da CADES



Fonte: UFSC/FAFIL 1966-1968. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional 1960-1969.

Quadro 07 - Legenda: Composição de imagens das fontes, recortes de jornal e documentos da CADES

1 Termo de Convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina e a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura para o ano de 1968.

2 Recibo da bolsa estudos da professora Bernardina Nazário Martins pela participação na CADES como cursista do interior, cidade de Armazém, no valor de Cr\$ 150.000,00 referente ao mês de janeiro de 1967 em Florianópolis.

3 Recorte do Jornal do Brasil, de 26 de junho de 1968, Rio de Janeiro, seção Cartas dos Leitores, página 6. O leitor Félix Adib Miguel se diz “intrigado” por não tomar conhecimento das reivindicações dos colegas cariocas em relação à questão salarial. Segundo o leitor o Projeto 210 vão dar NCr\$ 500,00 mais NCr\$ 142,68 (complementação que estava em discussão) por 18 aulas mensais valendo cada aula excedente NCr\$ 6,25.

4 Cópias de cheques do pagamento das bolsas da CADES pela FAFIL, anulados por erro datilográfico, Florianópolis, 1968.

5 Recorte da matéria *Mãe e filhas juntas no mesmo banco do bê-á-bá* do jornal Correio da Manhã de 19 de março de 1967, página 10, trecho em que a professora Sônia Barros comenta dar aula há 15 anos numa escola noturna, mas mantém outro emprego durante o dia porque o salário de professor é baixo.

6 Publicação de pesquisa do Sindicato dos Professores do Estado da Guanabara, no jornal Diário de Notícias de 16 de fevereiro de 1969, página 3. Segundo a pesquisa 75 % dos professores do Rio de Janeiro viviam do magistério exclusivamente, 25% conciliavam outra profissão; 65% recebiam salário inferior a NCr\$ 500,00, entre NCr\$ 500,00 e NCr\$ 1.000,00 27%, 8% recebiam salários superiores. Da atividade extra realizada o valor do salário de 72% desses professores era inferior a NCr\$ 500,00.

7 Recorte do Jornal do Brasil de 17 de maio de 1969, página 7, a respeito da negociação entre professores, proprietários de escolas particulares e o Ministério do Trabalho, em que se definiria o salário profissional e tabelas de percentual baseados nos salários mínimos regionais.

Fonte: do autor, 2018.

O relatório da Campanha de 1966 faz um resumo importante da relação entre as condições dos participantes e a execução dos cursos da CADES na FAFIL: a edição de 1966 recebeu 39 inscritos pela capital e 108 inscritos pelo interior, mas ao final estes números se reduziram a 22 participantes pela capital e 93 pelo interior, por duas razões, explica a FAFIL à DES: a primeira com relação aos participantes da capital, desistiram do curso porque estes alunos-mestres, em sua maioria da própria faculdade, foram informados de que não fariam jus à bolsa e não poderiam prestar os exames de suficiência por determinação legal, dado que o diploma da faculdade lhes traria a possibilidade do registro e do exercício da docência no ensino médio. A segunda, com relação aos participantes do interior relaciona-se ao pagamento do salários dos professores que haviam conseguido o afastamento para frequentar os cursos na capital; a FAFIL e a ISES intervieram recorrendo ao governador para que reconsiderasse da decisão do corte dos salários, que, ao que parece, foi conseguido para o caso dos professores efetivos, aqueles que eram pagos por aulas extraordinárias não tiveram o mesmo beneplácito. Foi sugerido à SEC que para estes casos o governo criasse uma bolsa para os professores, algo que pelo visto não surtiu efeito, segundo o relatório da FAFIL a resposta do secretário de educação à ocasião foi a de que a participação nos cursos era de interesse pessoal dos professores (ou seja, não era interesse público subvencioná-los). A solução foi dada da seguinte forma: as cotas das bolsas dos alunos desistentes da capital foram rateadas entre os alunos do interior que ficaram descobertos pelo governo estadual. O ofício do professor Paulo Fernando de Araújo Lago menciona que as pensões ameaçaram não aceitar os professores por motivo da falta de pagamento, agravado inclusive pelo atraso das bolsas no mesmo período.

Na passagem de 1965 para 1966 houve algum estremeamento administrativo na faculdade que forçou a renovação da diretoria, isto é citado no relatório para justificar algum atraso ou pendência na prestação de contas, outros fatores como a ampliação do prédio e o uso das dependências do Colégio de Aplicação interferiram no andamento dos trabalhos naquele ano, o que levou a coordenação a cogitar realizar os cursos no centro de Florianópolis. A questão da alimentação foi resolvida com o acesso ao RU com a prática dos preços habituais para os universitários. Foi providenciado o aumento da quantidade de ônibus do centro até a Trindade com o objetivo exclusivo de atender aos participantes do curso; e a confecção de carteiras de identificação com direito a desconto nos centros de diversão.

3.5 O epílogo de uma Campanha

As edições da Campanha pela FAFIL entre 1965 e 1968 receberam uma frequência numericamente constante em termos gerais.

Em 1965 foram 117 inscritos em agosto (92 participantes do interior e 25 da capital), dos quais 102 iniciaram a formação, destes 44 eram professores e 58 professoras. Em dezembro, mês final da edição o número de concluintes cai para 96, as 58 professoras que iniciaram em agosto permaneceram até o fim e houve a desistência de 6 professores. Esta edição foi prevista com 120 dias letivos (mês de agosto 19 dias, setembro 25 dias, outubro 26 dias, novembro 24 dias, dezembro 26 dias). As aulas duravam 5 horas diárias, foram realizadas no turno vespertino com 10 minutos de intervalo. As disciplinas comuns do programa foram Didática Geral e Fundamentos Biológicos, Psicológicos e Sociológicos da Educação. As disciplinas específicas foram Português, Matemática, Geografia, Ciências, História, Inglês e Desenho; esta edição foi a única com o curso de língua estrangeira. Da formação ao exame de habilitação de 1965 para 1966 o arranjo resultou o seguinte quadro:

Quadro 08 - Relação matrícula-habilitação no curso da CADES de 1965 na FAFIL

CURSOS	MATRICULA INICIAL	ELIMINADOS	MATRICULA FINAL	HABILITADOS
Ciências	21	4	17 (10 M)	17
Geografia	17	4	13 (9 M)	15
História	17	5	12 (10 M)	12
Inglês	9	1	8 (5 M)	8
Matemática	27	5	22 (11 M)	20
Português	26	2	24 (13 M)	24
Total	117	21	96	96

Fonte: UFSC/FAFIL, 1965.

Foram formadores nesta edição:

- Walmir Dias, Harry Ego Krieger – Ciências, Instituto de Educação Dias Velho.
- Paulo Fernando de Araújo Lago, Hélio Romito de Almeida – Geografia, FAFIL.
- Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Nelson Luiz Teixeira Nunes – História, Instituto de Educação Dias Velho e FAFIL.
- Anna Therezinha Lins Kumm, Eliane Dornbusch de Campos – Inglês, a primeira convidada a segunda pela FAFIL.

- Pedro José Bosco, Gilda Dalcacale – Matemática, Instituto de Educação Dias Velho.
- Anibal Nunes Pires, Celestino Sachet – Português, FAFIL.
- Emiliania Maria Simas Cardoso da Silva – Fundamentos Biológicos, Psicológicos e Sociológicos da Educação, FAFIL.
- José Tambosi – Didática Geral, FAFIL.

Para a edição de 1967 os professores que haviam trabalhado na edição anterior acrescentaram algumas sugestões ao programa do ano. As disciplinas a serem trabalhadas permaneceram as mesmas, o curso de língua inglesa não foi oferecido. Foi feita a sugestão de cursos de caráter subsidiário de Didática e Cultura Geral; no conteúdo de cultura geral são propostos temas dentro do que nomeiam de “problemas contemporâneos” segundo algumas especialidades: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia, História, Psicologia, Psicanálise, Direito, Arte e Ciência.

O curso utilizaria 480 horas-aula com conteúdo, 90 horas-aula com didática, e 30 horas-aula de cultura geral. Nesta edição houve a indicação explícita que os professores residentes na capital e área metropolitana só poderiam se inscrever nas disciplinas de Ciências e Desenho, que não eram oferecidos como curso regular pela FAFIL, o número limite de participantes deveria ficar circunscrito em 15 professores por disciplina, evitando-se “arranjos” de última hora para preencher vagas ociosas.

A edição que está no meio, a de 1966, não apresenta diferenças consideráveis entre a primeira, a de 1965 e a última, programada para 1967 e realizada em 1968 na verdade. Os dois últimos programas são basicamente os mesmos. São apresentados novos professores:

- Português: Maria Carolina Gallotti Kehrig, Ivone Christoval, Paulino Vandressen, Dilza Délia Dutra, Maria Alice de Oliveira Faria, Aurora Goulart e Celestino Sachet, FAFIL.
- Matemática: Maria Emília Nunes Pires, Instituto de Educação de Florianópolis.
- Ciências: Adroaldo Camargo, Elsa Pinto Camargo, Instituto de Educação de Florianópolis.
- Geografia: Armen Mamigonian, Victor Antônio Peluso Júnior, Leda Orselli, Odair Gercino da Silva, FAFIL.
- História: Osvaldina Cabral Gomes, Walter Fernando Piazza, FAFIL.
- Desenho: Hélio Solângio da Silva, Oflia Delci Canella, Instituto de Educação de Florianópolis.
- Didática Geral: Édio Chagas, FAFIL.
- Fundamentos Sociológicos da Educação: Edmundo Acácio Moreira, FAFIL.

- Fundamentos Biológicos da Educação: Biase Agnesino Faraco, FAFIL.
- Elementos de Administração: Lydia Semenon Ferro, FAFIL.
- Orientação Educacional: Eloá Aparecida Caliari Vahl, FAFIL.

Na edição de 1966 inscreveram-se 147 professores, dos quais 114 concluíram o curso; dos concluintes 33 professores e 81 professoras. Em 1968 inscreveram-se 122 professores, 110 concluíram, dos quais 22 professores e 88 professoras. Ou seja, quase 80% dos participantes são professoras; pelo menos nos cursos da CADES a elevação da participação feminina no ensino médio supera os dados em relação à mesma participação na faixa de ensino no país e no estado de maneira mais abrangente, o que possivelmente estaria relacionado com os antigos cursos normais que se ampliaram sensivelmente pelo interior do estado na década de cinquenta.

Dos professores que realizaram a preparação em 1966 e prestaram os exames de suficiência em 1967 os resultados foram os seguintes:

Quadro 09 - relação matrícula-habilitação no curso da CADES de 1967 na FAFIL

CURSOS	INSCRITOS	HABILITADOS
Ciências	13	9
Geografia	15	12
História	18	11
Desenho	16	13
Matemática	25	20
Português	6	6
Total	93	71

Fonte: UFSC/FAFIL, 1967.

O censo do IBGE para o ano de 1968 registra 5.202 professores no ensino médio em geral em Santa Catarina, 3.571 são professores do ciclo ginásial (IBGE, 1969, p. 623). O total de professores que se inscreveram pela CADES na FAFIL para o exame de suficiência corresponde a 0,03% do total dos professores ginásiais; e dos professores que saíram habilitados pelos exames o percentual é de 0,02%.

As considerações no relatório geral do ano de 1967, referente ao curso oferecido no final de 1966 são oportunas para encerrar esta seção.

Primeiro com relação à solução dada para o entendimento interior-capital. A coordenação do curso reconhece que houve participantes que provieram da capital, onde estava instalada a faculdade, e a rigor os regulamentos dos exames de suficiência e da CADES não os

contemplavam na condição de destinatários das ações de formação. Há o reconhecimento inclusive de alunos dos cursos superiores das faculdades na capital inscritos na Campanha, as inscrições eram recebidas sob a justificativa de que estes interessados eram do interior, vieram para a capital estudar, e retornariam para o interior em algum momento após a graduação; a implicação consequente pousa sobre o recebimento da bolsa, que era um pouco maior para os que vinham de mais longe.

Neste documento é citado igualmente o corte de proventos dos professores da rede estadual que acorriam à Campanha e se viam ameaçados de não poderem ir até o fim do curso que durava de agosto a dezembro, incluso o retorno em fevereiro para a prestação do exame.

Nesse cenário, para impedir a evasão dos inscritos, a solução dada pela mudança semântica no conceito de *capital*:

alterado segundo o conceito mais lógico do que o estabelecido pelos limites políticos. Florianópolis está, praticamente, integrada de outros municípios, como Palhoça, Biguaçu e São José, pois a conexão entre Capital e estas sedes municipais é estabelecida com facilidade por linhas diárias de ônibus, de modo quase ininterrupto. (UFSC/FAFIL, 1967, p. 2)

Esta solução foi duplamente útil, converteu os alunos da região metropolitana (uma espécie de limbo entre a capital e o interior) em alunos da capital (1) ao custo da bolsa dos alunos da capital (2).

A FAFIL deixa como observações gerais sobre o aproveitamento dos cursos pelos alunos-mestres:


- 1 Consideraram os resultados individuais não satisfatórios, porque:
- 2 o recrutamento dos candidatos não oferece exigências maiores, e alguns inscritos com “deficiências de formação e percepção, não conseguem “acompanhar o ritmo” dos trabalhos intensivos; o que indicava que a ISES pudesse aditar como requisito para a inscrição:
- 3 a exigência de experiência mínima no exercício do magistério de nível médio;
- 4 e tentar recorrer ao serviço de orientação vocacional da FAFIL.

Imagem 26 - Cópia da carteira de registro de professor contendo os dados do titular, a disciplina e o ciclo ao qual está autorizado a lecionar.

PLASTICARD - FR. ROOSEVELT, 115 - GR. 704 - TEL. 32-7437⁴

Disciplinas	Ciclo
Matemática	1º
-X-X-X-	-X-X-
-X-X-	-X-X-
-X-X-	-X-X-

Obs. Pa. o Est. do Pr.,
exceto locais onde
haja Fac. de Filoso-
fia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Certificado de Registro de Professores.
Dec. Lei 8.777 de 22/1/46

Registro n.º D-36.265

Nome Izou Ribeiro de Araújo

Processo n.º 27.575/61

Rio de Janeiro, 28 / 3 / 1961

Cláudio Vazquez
Diretor do Ensino Secundário *subst.*

Fonte: UFSC/FAFIL, 1966.

Com relação ao exame de suficiência ponderaram que a concepção do curso admitindo participantes do interior e da capital a partir das experiências dos cursos realizados até aquela data provocou o reexame de que na capital os cursos de História, Português e Geografia oferecidos pela FAFIL seriam suficientes para atender com seus egressos a expansão da rede escolar da faixa de ensino na capital, devendo a prioridade se assentar nas necessidades dos ginásios do interior que estavam em franca expansão. Esta ponderação na realidade aponta para o conflito formativo inscrito pela inserção da Campanha usando como equipamento uma faculdade que existe para oferecer cursos longos de formação de professores: a persistência da Campanha poderia esvaziar alguns cursos.

No apagar das luzes da Campanha, em 1970, o modelo do ensino secundário gestado na legislação dos anos quarenta, nutrido e redefinido nas duas décadas seguintes estava para sofrer a sua transfiguração (ou desfiguração) mais contundente. Os sintomas emergiram enquanto o encaminhamento da reforma universitária estava sendo engendrada. A rede pragmático-semântico-ilocucionária produzida no interregno desse período entre as “personalidades condutoras” e a “educação secundária

mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social” tem os contornos que uma universidade departamentalizada poderia assumir.

Dezembro de 1969. A ISES de Santa Catarina enviara o ofício circular nº 14/ISES/69 aos estabelecimentos de ensino médio do estado, comunicando a data provável da realização do exame de suficiência em fevereiro do ano seguinte. O distintivo desta correspondência recai sobre a informação de que: os professores que contassem dois anos de exercício no ensino médio estavam obrigados ao exame; os que eventualmente não se habilitaram ou não foram aprovados nos cursos e exames anteriores poderiam se apresentar e fazer o exame de fevereiro; e o mais importante – a ISES não realizaria o curso da CADES em janeiro, ou qualquer outro curso preparatório antes dos exames.

Janeiro de 1970. A ISES pressiona a UFSC para que se pronuncie a respeito da realização dos exames em fevereiro daquele ano; embora confesse conhecer da reforma universitária e suas implicações.

Último ato:

- i. a LDB de 1961 e os ordenamentos anteriores atribuíam às faculdades de filosofia, ciências e letras o encargo da aplicação dos exames, como nesse trabalho foi insistentemente repetido; o desenredo com a reforma universitária fez com que a FAFIL deixasse de existir na UFSC, assumiria o recém-criado CED esta função? Com os cursos diluídos em centros a identidade de uma faculdade de filosofia malogrou diante da necessidade imposta pela realidade do professorado em exercício no estado e a obrigação da habilitação e do registro numa compleição de ensino que no ano seguinte também viria à óbito.
- ii. A diretoria do CED sugere o adiamento dos exames para julho de 1970, o que realmente acontece; o relatório de março de 1970 destaca que de acordo com as informações da ISES haviam 1.500 vagas para professores, para aquele ano a inspetoria havia recolhido 400 inscrições, e a UFSC e a UDESC juntas não graduariam 200 pessoas. A atribuição formal dos exames ao CED é publicada na Portaria 0144/GR/1970 de 6 de abril.
- iii. A direção do CED sugere a cobrança de taxa para aplicação dos exames, prontamente acatada pela Reitoria, no valor de 50,00 Cr\$ por disciplina objeto de habilitação. A ISES enviara 593 nomes, dois quais efetivamente 304 vieram a se inscrever no CED e prestar as provas; a aprovação foi de 43,18% das disciplinas para o ciclo ginasial e 54,83% para o ciclo colegial.

4 CONCLUSÃO

4.1 A interlocução com as fontes

Janeiro de 2019; o que os registros de uma Campanha realizada nas décadas de 1950 e 1960 em Santa Catarina têm a dizer à Educação no século XXI?

Jacques Derrida na introdução do *Mal de arquivo, uma impressão freudiana* (1995) (grifo nosso) inicia o livro com uma provocação: “Por que reelaborar hoje um *conceito de arquivo*? (grifo do autor) Numa única e mesma configuração técnica e política, ética e jurídica?” (DERRIDA, 1995, p. 7)

Na mesma introdução, resume aonde quer chegar quando grafa mal de arquivo e impressão freudiana: este lugar (*topoi*) na modernidade próxima se levanta de arquivo do mal em mal de arquivo. Contra o essencialismo que critica, reconstrói na etimologia da palavra arquivo o seu sentido de *começo* e *comando* (DERRIDA, 1995, p. 12, grifo do autor) nas quais se encontram a neurose obsessiva do lugar fixo do começo (na tipografia, no suporte, na impressão, na tinta, no papel) e o lugar onde “os homens e os deuses *comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada*” (id., grifo do autor).

Com a Revolução Francesa a condição do arquivo no Ocidente assume essa funcionalidade, que o fará se distinguir da biblioteca por exemplo. O potencial do exercício do controle social, previamente existente, sai da condição de figuração para o de protagonista. A criação do primeiro Arquivo Nacional no Atlântico Norte europeu no século dezoito, entre outros feitos revolucionários, demarca a função da informação no exercício do poder nas ditas sociedades livres do Ocidente desde então. Os arquivos modernos como crias dos Estados-Nação e do Iluminismo reposicionam a função dos arquivos paroquiais (pequenos, locais, criados para controlar as almas, o rebanho; separar os eleitos marcados pelo batismo dos condenados à danação) para a condição do arquivo laico e civil (cartório do registro de propriedade do território do Estado, criados para separar o nativo do imigrante, produzir provas no litígio judicial, registrar e recensear a população que nasce e que morre) do cidadão de direitos.

Derrida oportunamente avança desse lugar *nomotético* no qual se encontra/é o arquivo moderno para sua dissolução: “Podemos pensar o arquivo sem fundamento, sem suporte, sem substância sem subjetível?” (id., p. 12)

A impressão freudiana que Derrida compulsa ao arquivo vai mais além. O arquivo se materializa no Bloco Mágico⁴⁴, “em que pode consistir em suporte em geral? Exterior a quê? O que quer dizer “exterior”? Uma circuncisão, por exemplo, é uma marca exterior? É um arquivo?” (DERRIDA, 1995, p. 23-24). A obsessão, compulsão, ou melhor, a pulsão de arquivo de Derrida (1995, p. 32) aquilata-se à pulsão de morte. De certa forma, o autor, pela lente da psicanálise, reescreve o senso ordinário da letra morta, do arquivo morto; o arquivo como um cemitério, um sítio arqueológico.

O arquivo moderno seria então este lugar dos dispositivos e do *inter-dito* recolhidos sob custódia no “estado de civilização” no qual transita o Ocidente.

Jacques Le Goff com o célebre texto *Documento/Monumento*, capítulo da importante obra *História e Memória* (1990), crítica que percorre um caminho próprio, com a qual o historiador reconstrói, a propósito, a etimologia das palavras monumento e documento. A etimologia carrega esta propriedade de transportar à gênese dos artefatos da linguagem, e obviamente o capítulo que conclui esse livro não é dezarrazoado pelo uso do binômio. O documento, para a ciência histórica, enfim, é monumentalizado, é um artefato da-para-com a memória.

O autor chama a atenção para a armadilha do deslumbramento a que está tentado o historiador (o que se aplica a todo pesquisador que se aventurar na pesquisa documental) pelo *documento total* da fórmula positivista, que dá conta de tudo e do todo. Tal documento não existe, ou melhor, pelo menos não fora do contexto-relação do crente com o correspondente código objetivado da revelação.

⁴⁴ Derrida refere-se ao texto *Nota sobre o “bloco mágico”* (1925) título original: *Notiz über den ‘wunderblock*, publicado primeiramente em *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse* (Revista Internacional de Psicanálise), v. 11, n. 1, p. 1-5. “Quando desconfio de minha memória - sabe-se que o neurótico faz isso consideravelmente, mas também a pessoa normal tem todo motivo para fazê-lo, posso completar e garantir sua função tomando notas. A superfície que conserva a anotação, a caderneta ou folha de papel, torna-se como que uma porção materializada do aparelho mnemônico que carrego em mim, ordinariamente invisível. Se tenho presente o lugar em que foi acomodada a “recordação” assim fixada, posso “reproduzi-la” à vontade, a qualquer momento, e estou seguro de que ela permaneceu inalterada, ou seja, de que escapou às deformações que talvez sofresse em minha memória.” FREUD, Sigmund. Nota sobre o “Bloco Mágico” (1925). In. Sigmund Freud, obras completas. Vol. 16. *O eu e o id, autobiografia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 242.

Como posto por Le Goff, o que existe são materialidades; em tempo, computadas duas pelo autor: o monumento e o documento. Mas há uma terceira materialidade: a do leitor-escritor, o humano que habita a linguagem.

A propósito de uma sinergia entre os dois autores acima e a elaboração sobre a linguagem pensada por Walter Benjamin, especialmente nos dois opúsculos: *Sobre a linguagem em geral e a linguagem dos homens* de 1916, e *A Doutrina das semelhanças* de 1933; textos de alta densidade metafórica que mimetizam o objeto de discussão na escrita, fazem-se oportunos à abordagem encaminhada na análise documental da pesquisa realizada.

No primeiro ensaio, o autor utilizando-se de várias imagens recolhidas da Torá reconstitui, à moda *talmúdica*, da *ação nomeadora adâmi(ti)ca* em meio à magia muda da natureza (BENJAMIN, 2011, p. 64) à construção de Babel da linguagem impetrada pela confusão dos *signos* (BENJAMIN, 2011, p. 69).

No segundo ensaio, Benjamin adentra ao que nomeia de semelhança *extra-sensível*, manufatura da faculdade mimética humana, com a qual os seres humanos relacionam *presenças* distintas na corrente da experiência.

Num e noutro ensaio é destacável o caráter *cerimonial* da palavra com a qual os iniciados (na linguagem) se autorregulam e regulam o mundo: “o homem é aquele que nomeia... Por isso ele é o senhor da natureza e pode nomear as coisas” (BENJAMIN, 2011, p. 56), e um pouco mais adiante: “este começa com a onipotência criadora da linguagem, e ao final a linguagem, por assim dizer, incorpora a si o criado, ela o nomeia” (BENJAMIN, 2011, p. 61).

O autor confere um estatuto *sui generis* à linguagem, nela o humano se movimenta e nela o humano habita-representa o mundo; a linguagem é o *habitat* e o *habitante*, por paradoxal que isto possa parecer. A prerrogativa axial deste estatuto se assenta na impossibilidade de se comunicar qualquer artefato que possua o adjetivo de humano na ausência da linguagem, por isto, afirma Benjamin, que tudo o que se comunica, não se comunica *através* da linguagem, mas se comunica *na* linguagem, aqui há uma identificação entre a presença e sua (*re*)*representação* na fala ou na escrita.

Nesse fulcro o ensaísta plasma uma categoria recorrente: *medium*; o termo, presente nos dois ensaios em pauta, assume uma importância capital, “a linguagem seria a mais alta aplicação da faculdade mimética [...] *medium* em que as coisas se encontram e se relacionam” (BENJAMIN, 1987, p. 112). A importância dessa categoria,

posteriormente revisitada por Horkheimer e Adorno, *exempli gratia*, reside na sua potência *imanizadora* como no caso da *semelhança extra-sensível*:

É, portanto, a semelhança extra-sensível que estabelece a ligação não somente entre o falado e o intencionado, mas também entre o escrito e o intencionado, e entre o falado e o escrito. E o faz de modo sempre novo, originário, irredutível. A mais importante dessas ligações é talvez a última, entre a palavra escrita e a palavra falada. Pois a semelhança que nela prevalece é comparativamente a menos sensível de todas. (BENJAMIN, 1987, p. 111)

Na linguagem *nous-noese-noema* se reintegram; na linguagem as *aparentiae* oralidade e escrita são relacionais e relacionadas, articulam-se ambas na semiótica no que o autor nomeia de *arquivo de semelhanças e correspondências extra-sensíveis*: “A escrita transformou-se assim, ao lado da linguagem oral, num arquivo de semelhanças, de correspondências extra-sensíveis” (BENJAMIN, 1987, p. 111)

A inflexão discursiva trazida nesta seção pelo comparecimento dos últimos autores invoca a ação reflexiva histórica sobre as fontes. Sendo possível fazer um histórico sobre a CADES no estado de Santa Catarina, esta possibilidade se efetiva porque seus vestígios quedaram-se no presente, indiferentemente se na experiência mnemônica dos seus participantes ou nos materiais que a Campanha produziu.

A palavra daqueles que a *experienciaram* chegou até o presente porque esses *experimentados* (iniciados) chegaram ao presente, ou porque fora tomada a termo. A palavra dos versados subsiste na sua subsistência ou na subsistência do suporte que a recolhe. Suporte aqui exerce o seu significado mais incisivo: o corpo físico que suporta a ação dos elementos e do tempo, neste sentido o “verbo se faz carne”. A carne de quem narra, a carne de quem ouve, a carne de quem escreve, a carne de quem lê. Carne também pode ser barro, papiro, pergaminho, trapo, papel, vinil, k7, sílica... qualquer pele-superfície que suporte ser talhada, perfurada, riscada, marcada ou sofrer uma cresta eletromagnética. A escrita, enfim, é uma violação à natureza.

O documento engendra esse efeito catalisador em virtude de sua condição *corpórea*, condição que guarda a “semelhança” com o corpo humano: transitório, perecível. O corpo guarda a “semelhança” com o documento na sua condição *nomotética*, prescritiva, começo e comando, ordenadora, nomeadora. Não dispostas patentemente aos sentidos (extra-

sensíveis), estas semelhanças, ou arquivo de semelhanças, na cidadela da linguagem consubstanciam a possibilidade de acesso e interlúdio no domínio temporal.

Neste *tipótono*, a mirada, o olhar histórico desta seção do trabalho encaminha uma camada do escólio que leva em consideração o cetro da linguagem (Bourdieu, 2008, p. 87), categoria relevante para a abordagem do objeto na unidade que foi qualificada como *corpus documental*. Como foi dito nomear, ordenar, comandar, compulsar, narrar, documentar, constituir memória, assemelhar presenças distintas na experiência coletiva e singular; na palavra engastada e na palavra aflada no *medium* linguagem, por este ângulo, o arrolamento documental da CADES.

4.2 A Campanha, um recurso tipológico

A razão instrumental (em algumas versões em espanhol: funcional), produto da soteriologia iluminista para expiar o homem da barbárie por meio do esclarecimento, captura a ação da CADES no sentido de que sua ocorrência se propunha a controlar os resultados sociais pela tecnoburocracia, convergindo paulatinamente poder e conhecimento. A visualização no arco histórico da rede pragmático-semântico-ilocucionária nos registros da Campanha permite uma perspicuidade-obnubilar do projeto político-técnico-social num arcabouço mais abrangente que fez o pêndulo da história oscilar para a transfiguração do ensino que está no meio, a CADES assume, enfim, a qualidade de instrumento (método e cálculo) para prescrever o processo das relações sociais de forma burocratizada num lado da moeda – para atender ao ordenamento vigente, preencher as “carências” profissionais urgentes e emergentes, criar volume funcional na categoria docente, programar uma agenda e escala de investimento baseadas nos dados do desenvolvimento macro e micro territoriais, e responder à aposta social da população no ensino secundário; noutro lado da moeda para conciliar a flexibilidade requerida do “ensino moderno” no cenário desenvolvimentista, no qual a industrialização em algum momento passa a ser um problema para a formação dos jovens, ao que se traduziu em “conferir ao ensino secundário maior eficácia e sentido social”.

4.3 Passagens abertas por uma Campanha

A pesquisa expôs que a CADES esteve presente no estado de Santa Catarina desde a sua instituição nos anos cinquenta e que a Faculdade Catarinense de Filosofia não a encabeçou logo de início porque precisou daquele momento para se estabelecer. Estabelecida, houve em seguida a federalização. O processo de federalização ocupou as lideranças em mais um processo de se autoestabelecer e assumir um lugar na concepção de universidade que vencera o pleito no cenário político que estava dado, emergindo daí a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC.

Os programas dos cursos executados na FAFIL exteriorizaram um movimento em comum aos interesses da DES e aos próprios interesses da faculdade. Concentraram esforços na preparação de professores nas disciplinas do ciclo ginásial, não quaisquer disciplinas, as disciplinas nomeadas do “tronco comum”. Deste modo pode se ver no estado o que atinava com a configuração do ensino secundário na compleição sistêmica do ensino médio dada pela LDB de 1961. Por uma série de razões esse movimento tomou o caminho seguido.

Primeiro, o próprio interesse da FAFIL. Este interesse se assenta no fato de que a faculdade, mesmo trabalhando nas duas frentes: na Campanha e na formação dos professores em seus cursos regulares, não criaria uma situação que predispuesse seus alunos a optar pelo caminho “mais curto”, garantindo assim a manutenção dos cursos que oferecia.

Segundo, as Diretorias de Ensino (secundário, industrial, comercial) não foram suprimidas nos anos sessenta; por que os esforços da DES se concentraram predominantemente no ciclo ginásial? Não é difícil de entender: por uma questão de jurisdição.

Não competia à Diretoria do Ensino Secundário interferir no arranjo dos segundos ciclos dos ramos do ensino profissionalizante, por motivos formais óbvios. A oportunidade aberta pelas leis de equivalência e posteriormente pela palavra final dada pela LDB autorizou a DES a incorporar conteúdos (cujos rótulos apontam para os do aprendizado técnico) aos ciclos ginásiais numa série histórica de nominatas cujo intuito foi o de criar uma concepção de *ensino médio* no qual uma formação generalista fosse “contrabalanceada” com uma formação pragmática, se não, por qual motivo se ensinaria nos ciclos ginásiais práticas comerciais, artes industriais, economia doméstica, mecanografia... diante da existência de ramos de ensino com dedicação exclusiva a este tipo de formação?

A estranheza provocada ao se encontrar professores dos ginásios normais acorrendo aos cursos da FAFIL, por exemplo, derivou desta

pergunta. Afinal, era razoável que ficasse cada diretoria em sua seara, e a diretoria cujo nome indica a que deveria se dedicar: *Ensino Secundário*, não “abocanhasse” um tipo de formação que, no resumo da ópera seria, isto sim, “orientada ao trabalho”.

Não se pode deixar de mencionar na conclusão deste trabalho o contato proporcionado pela pesquisa, de maneira geral, com o histórico das condições de vida e da representações dos professores, as pautas constantes de luta: formação, salário, reconhecimento, que tem acompanhado década após década os profissionais, que, espera-se ter tocado, ainda que ilustrativamente, no recorte temporal explorado.

A mobilização em torno da Campanha, e na Campanha (e, é claro, conjugadas iniciativas outras concomitantes e participes na mesma racionalidade) levou, como no texto de abertura deste trabalho a *um fim improvável*.

Todo o esforço da DES, instrumentalizado pela CADES inclusive, em transfigurar o ensino secundário, convertendo-o no ensino médio e convertendo o ensino médio no ensino secundário num produto indistinto, com contornos *flexíveis* (numa expressão mencionada no trabalho: técnico-humanístico), investindo principalmente no ciclo ginásial colheu como fruto a colisão do pêndulo (*wrecking ball*) contra o arco sobre o qual se sustentava. Explica-se: o esforço era o de difundir e aperfeiçoar o ensino secundário, formar professores para o ensino secundário, aumentar a oferta formativa do ensino secundário. Por fim, numa única reforma tudo isto deixa de existir. No alvorecer de 1971 não haverá mais ensino secundário, e sim um *ensino de segundo grau* abrigando cursos profissionalizantes.

Em suma, o ginásio foi sequestrado para o ensino do primeiro grau, e como consequência: os professores, em especial os/as normalistas, que se formaram na Campanha para serem professores no ensino secundário passaram a ser (ou retornaram à condição de) professores do ensino do primeiro grau tendo em vista que o exame de suficiência era realizado em relação ao ciclo que habilitava o professorado; não havendo mais ciclo ginásial a razão desse registro é extinta com o objeto que o justificava.

A emergência e a urgência a partir de então assume outra fisionomia, a formação de professores nem mais do ensino secundário, nem mais do ensino médio, mas do segundo grau, ainda que o nome da próxima ação seja Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM).

Mas esta passagem aberta pela Campanha é o início de uma outra história a ser contada...

BIBLIOGRAFIA

A LUTA DEMOCRÁTICA. Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar. Rio de Janeiro/RJ, 1950-1970. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 22 dez. 2018

ABREU, Alzira Alves de. **Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2011. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVotou/RelacaoImprensa>. Acesso em 18 dez. 2018

ABU-MERHY, Nair Fortes. Colégio Universitário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, vol. XLI, nº. 93: 100-109, jan./mar. 1964. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/495241. Acesso em 22 dez. 2018

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2013. Disponível em <http://lelivros.love/book/download-dialetica-negativa-theodor-w-adorno-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em 22 out. 2018

_____. **Introdução à sociologia**: (1968). Ed. UNESP, 2008.

ALMEIDA, Marta Mariele Barreto de. **Uma história do ensino de matemática no Colégio Luzia Silva (1959-1967)**. Dissertação de Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pg/pgcefp/wp-content/uploads/2017/04/MARTA-MARIELE.pdf>. Acesso em 22 out. 2018

ALVES, Márcio Moreira. **O beabá dos MEC-USAID (1968)**. Gernasa, 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em 22 dez. 2018

AMADO, Gildásio. Ginásio Moderno. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, vol. XLI, n°. 93: 17-30, jan./mar. 1964. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/495241. Acesso em 22 abr. 2018

_____. **Ginásio orientado para o trabalho ginásio polivalente**. 1966. Cópia de texto datilografado. Arquivo Anísio Teixeira. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AT/textual/ginasio-orientado-para-o-trabalho-ginasio-polivalente-trabalho-s-l-nov-1966>. Acesso em 22 dez. 2018

ANDO, Lia Marcia. **Lauro de Oliveira Lima e a escola secundária: um estudo de sua produção intelectual ao longo de sua trajetória profissional (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência) Universidade Federal de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47773>. Acesso em 22 out. 2018

ARAÚJO, Romildo de Castro. **Formação: políticas, agências e preparo do professorado do ensino secundário no Piauí nos anos de 1940 a 1970**. Disponível em: <https://even3.azureedge.net/anais/50481.pdf>. Acesso em 22 out. 2018

AUSTIN, John Longshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Artes Médicas, 1990.

BACKES, Tayza; GAERTNER, Rosinete. **Educação e Memória: inventário das obras publicadas na área de matemática pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)**. **Revista Dynamis**, v. 13, n. 1, p. 21-28, 2008. Disponível em: <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/viewFile/367/344>. Acesso em 15 dez. 2018

BARALDI, Ivete Maria. A CADES e a formação de professores para o ensino secundário: uma campanha nos anos de 1950-1960. **Anais do 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**. Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/ojs/index.php/ENAPHEM/article/viewFile/6133/4496>. Acesso em 22 mar. 2018

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinète. Contribuições da CADES para a educação (matemática) secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica (1953-1971). **Bolema-mathematics Education Bulletin-boletim de Educação Matemática**, p. 159-183, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/8617/WOS000284097200009.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 dez. 2018

_____. Formação de professores (de matemática): textos e contextos de uma campanha. **Revista Dynamis**, v. 20, n. 1, p. 28-38, 2015.

_____. **Textos e contextos**: um esboço da CADES na história da educação (matemática). Blumenau: Edifurb, 2013.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; THOMAZ, Alice Ângela. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 46, p. 264-277, 2012. Disponível em:

<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640085/7644>. Acesso em 22 dez. 2018

BEIRITH, Ângela. As escolas isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956) Florianópolis' isolated schools in the context of the legislation of elementary education (1946-1956). **Revista Linhas**, v. 10, n. 2, p. 156-168, 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1415/1473>. Acesso em 22 dez. 2018

BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Ed. Brasiliense, 1986. p. 108-113

_____. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie**. São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

_____. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

_____. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem dos homens. In. BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Ed. 34, 2011. p. 49-73

_____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Ed. Brasiliense, 1986.

BERBEL, Vanessa Vilela. Diálogo entre a Teoria dos Jogos de Linguagem e a Teoria dos Sistemas. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 10, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3509/350944513009/>. Acesso em 15 nov. 2018.

BIANCARELLI André Martins; CALIXTRE André Bojkian; CINTRA Marcos Antônio Macedo (org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. IPEA, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/iditem/618>. Acesso em 22 dez. 2018

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação; de 1931 a 1941 inclusive**. São Paulo, Oficinas de José de Magalhães. 1942

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**, o que falar quer dizer. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Manet: Uma revolução simbólica. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 99, p. 121-135, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002014000200121&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 15 nov. 2018.

BRASIL. Lei no 2.342, de 25 de novembro de 1954. Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/1950-1969/L2342.htm>. Acesso em 15 dez. 2018

_____. Decreto Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Presidência da República. 1946a. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Diário Oficial, 20 de novembro de 1953, p. 19.913. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018

_____. Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Presidência da República, 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-norma-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Presidência da República, 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Senado Federal, 1942a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-norma-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/4/1942, Página 5798 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários. Presidência da República, 1942c. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.htm. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto-Lei Nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Presidência da República, 1946b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Disponível em:

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)**. Disponível em:

<https://cnae.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429 (Publicação Original). Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. 1953a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 out. 2018

_____. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Mensagem de veto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429 (Publicação Original) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/anterior_98/Vep644-L4024-61.pdf. Acesso em 22 out. 2018

_____. Instituto Brasileiro de Estatística. **Anuário estatístico do Brasil**. Departamento de Divulgação Estatística, Fundação IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. **Plano Trienal de Educação (1963-1965)**. Departamento da Imprensa Nacional. Brasília, 1963. Disponível em:
<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001498.pdf>.
Acesso em 22 out. 2018

_____. Ministério Da Educação e Cultura. **Principais atividades e realizações (1930-1967)**. Disponível em:
<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001573.pdf>.
Acesso em 22 out. 2018

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário – EPEM. **Subsídios para o estudo do ginásio polivalente**. Rio de Janeiro, 1969. Disponível em:
<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002618.pdf>.
Acesso em 22 out. 2018

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. **Temário para o encontro dos diretores das faculdades de filosofia**. Rio de Janeiro. PROEDES/UFRJ. Ex. do Acervo de Gildásio Amado.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. **Consolidação da Legislação do Ensino Secundário, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ementário de pronunciamentos do Conselho Federal de Educação e atos oficiais relativos ao ensino médio, publicados em Documenta de números 1 a 90 desde a publicação da LDB de 1961. Companhia Editora Nacional, 1969. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002475.pdf>.
Acesso em 22 out. 2018

_____. Ministério da Educação. Diretoria do Ensino Secundário. **Relatório de atividades da Diretoria do Ensino Secundário do triênio 1964-1966**. Ex. do Arquivo PROEDES/UFRJ, acervo de Gildásio Amado, Rio de Janeiro.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 348-A de 18 de setembro de 1963. Expede instruções para registro de professor do ensino médio. Regulamentação do artigo 98 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 417 de 17 de outubro de 1963. Institui a carteira escolar de estudante de nível médio. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 418 de 17 de outubro de 1963. Regulamenta os exames a serem prestados nos estabelecimentos de ensino secundário. Regulamentação dos artigos 6º e 99 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 419 de 17 de outubro de 1963. Regulamenta a formação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino médio. Regulamentação da alínea b, inciso 3º do artigo 3º da Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 420 de 17 de outubro de 1963. Determina a transferência dos documentos referentes à vida escolar para os estabelecimentos de ensino médio e dá outras providências. Regulamentação da Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 373 de 1º de outubro de 1963. Regula o uso do livro didático nos estabelecimentos de ensino médio. Regulamentação da Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da FAFI/UFSC para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. **Programa da Diretoria do Ensino Secundário a ser iniciado em julho de 1964**. Rio de Janeiro, 1964. Ex. do Arquivo PROEDES/UFRJ, acervo de Gildásio Amado, Rio de Janeiro.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Portaria 416 de 17 de outubro de 1963. Institui normas para a expedição do registro de diretor de escola de grau médio. Regulamentação do artigo 42 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Documentos que acompanham a indicação da UFSC/FAFIL para a execução da CADES em Santa Catarina. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. **Regimento da Diretoria do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro, 1956. Ex. do Arquivo PROEDES/UFRJ, acervo de Gildásio Amado, Rio de Janeiro.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior** (Acordo MEC/USAID). 1968. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A educação nas mensagens presidenciais**, período 1890-1986. Brasília. 1987. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001499.pdf>. Acesso em 22 out. 2018

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas). **O BNDES e o plano de metas**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1996. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2381>. Acesso em 22 out. 2018

BURIGO, Elisabete Zardo. **Movimento da matemática moderna no Brasil: estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60**. 1989. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/163050/Parte%201.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 out. 2018

CACETEII, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educ. Pesqui**, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/aop1109.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de Motivos da Reforma do Ensino Secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-133673-pe.html>. Acesso em 18 nov. 2018.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Cap. 9. p.167-178, (IN): PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

CARAYON, Elza Marie Petruceli. **A educação para o trabalho no ensino de primeiro grau**: em busca de sua gênese. 1987. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Estudos Avançados em Educação. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9567>. Acesso em 18 nov. 2018

CARMINATI, Celso João. **Cursos, disciplinas e primeiros professores da Faculdade Catarinense de Filosofia**. Florianópolis.

2010. Disponível em:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/397.doc. Acesso em 22 out. 2018

_____. Intelectuais e políticos na expansão do ensino superior catarinense na década de 1950. **Anais...** ANPUH–XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1241444918_ARQ_UIVO_Intelectuaiseconomicos.doc. Acesso em 22 out. 2018

_____. Lideranças políticas e religiosas e a fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia. 2007. **Anais...** VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Disponível em:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1145.doc. Acesso em 22 out. 2018

CARVALHO, Lívio de. Políticas salariais brasileiras no período 1964-81. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 1, p. 51-84, 1982.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/280/6507>. Acesso em 22 out. 2018

CASTRO, Cláudio de Moura. **O secundário**: Esquecido em um desvão do ensino? Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/485298. Acesso em 12 fev. 2019

CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino secundário? **Revista da Faculdade de Educação**, v. 18, n. 1, p. 99-112, jan-jun. 1992.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33483>.

Acesso em 18 jun. 2018

COBÉRIO, Caio Graco Valle. **A racionalização das carências: estado desenvolvimentista e o ensino secundário da rede estadual em Santa Catarina (1961-1965)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/caio_graco_valle_coberio.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

COMPÈRE, Marie-Madeleine; SAVOIE, Philippe. L'établissement secondaire et l'histoire de l'éducation. **Histoire de l'éducation**, n. 90, p. 5-20, 2001. Disponível em: <https://journals.openedition.org/histoire-education/828>. Acesso em 18 nov. 2018

CUNHA, Luiz Antônio. **As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: a crítica da crítica**. O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano, 2002.

_____. Educação e Concentração da Renda na Década de 60: Uma Polêmica. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2637>. Acesso em 28 mar. 2019

DALCASTAGNE, Marcos. Construindo um modelo de universidade para Santa Catarina: disputas políticas na implantação dos cursos de Engenharia da UFSC. **Revista Santa Catarina em História**, v. 5, n. 2, p. 61-71, 2012. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/456/210>. Acesso em 18 nov. 2018em

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. **História da Educação**, v. 12, n. 26, p. 141-163, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4891763.pdf>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/848/84812732011/>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 196, 2017. Disponível em:

<https://search.proquest.com/openview/5699329ebe7bb2ec0d7f78b89211a614/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037646>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. Circuitos e usos de modelos pedagógicos renovadores no ensino secundário brasileiro na década de 1950. **History of Education Journal**, p. 101-115, 2018. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/download/80587/pdf>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. Formação escolar e perfil sociológico do corpo docente do Colégio Estadual Dias Velho (1950-1964). **Educação**, v. 37, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/848/84830089013/>.

Acesso em 18 nov. 2018

_____. Nascimento da escolarização moderna: cotejo de duas leituras. **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 93-110, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10085/9310>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. **Perspectiva**, v. 32, n. 2, p. 407-427, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2014v32n2p407/29711>. Acesso em 18 nov. 2018

_____. **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina: (final do século XIX, meados do século XX)**. Mercado de Letras, 2007.

DALLABRIDA, Norberto; RICCI, Maíke Cristine Kretzschmar. Ensino médio em transe. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, p. 4-5, 2017.

Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252017000100002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). **Uberlândia: EDUFU**, 2014.

DAROS, Maria das Dores; MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. O programa nacional de reconstrução educacional de Anísio Teixeira: contribuição dos intelectuais catarinenses Orlando Ferreira de Melo e Sílvio Coelho dos Santos (décadas de 1950/60). **Anais.... Congresso Brasileiro de História da Educação, a educação e seus sujeitos na História**. Goiânia, 05 a 08 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo06.htm>. Acesso em 15 dez. 2018.

DAROS, Maria das Dores; VALLE, Ione Ribeiro; MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. Pesquisa e planejamento educacional nos anos 1960 em Santa Catarina: desenho de um projeto escolar meritocrático. **Cadernos de Educação**, n. 42, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2161/2012>. Acesso em 15 dez. 2018

DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira A presença do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Santa Catarina entre os anos de 1942 e 1952: projetos para a escola primária e a formação de seus professores. **Anais... X ANPED SUL**. Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1236-0.pdf. Acesso em 15 dez. 2018

DODSWORTH, Henrique de Toledo. **Cem anos de ensino secundário no Brasil (1826-1926)**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre/Sul. 1957. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Editora Revan, 2001.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EMILIANO, António. O primado da escrita. **Linguística Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v. 4, 2017.
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7679.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 7, 2009. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1579/1427>.
Acesso em 15 nov. 2018.

FARIA, Juraci Conceição de. **Diários de viagem de Malba Tahan**: história e memória da formação de professores de matemática da CADES. 2011. Tese (Doutorado em Educação Unicamp, Campinas).

FONSECA, Pedro César Dutra. Desenvolvimentismo, construção de um conceito. In: BIANCARELLI André Martins; CALIXTRE André Bojikian; CINTRA Marcos Antônio Macedo (organizadores). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 30-79
Disponível em:
<http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/iditem/618>.
Acesso em 15 nov. 2018.

FONSECA, Sílvia Asam da. Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961). 2004. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:
<https://tede.pucsp.br/handle/handle/10651>. Acesso em 28 mar. 2019

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Formação docente e a emergência de uma nova identidade profissional—a revista escola secundária da CADES (1957–1963). **Revista Teias**, v. 4, n. 7, p. 8, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23966>. Acesso em 30 mar. 2019

FREIRE, Inês Angélica Andrade. **Ensino de Matemática**: iniciativas inovadoras no Centro de Ensino de Ciências da Bahia (1965-1969). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia. 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16023/1/In%C3%AAs%20Ang%C3%A9lica%20Andrade%20Freire.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **“Saio da vida para entrar na história”**: Getúlio Vargas e a propaganda política. Exposição virtual. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 28 mar. 2019

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/publico/TeseJaniceGoncalves.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019

GOULART FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 627-660, 2005. Disponível em:
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2096/2478>. Acesso em 28 mar. 2019

_____. **Formação econômica de Santa Catarina 3ª ed.** EDUFSC, 2016.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina.** UFSC, 2007. Disponível em:
http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alcides_goularti_filho_formacao-economica-de-santa-catarina.pdf. Acesso em 28 mar. 2019

_____. **Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina.** Editora UFSC, 2013.

GUTIERREZ, Gustavo Luís et al. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, v. 58, n. 1, p. 151-173, 2013. Disponível em: [http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45747/teoria%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20comunicativa%20\(habermas\)%20-%20estrutura,%20fundamentos%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20do%20modelo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45747/teoria%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20comunicativa%20(habermas)%20-%20estrutura,%20fundamentos%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20do%20modelo.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 15 nov. 2018.

GUTIERRE, Liliane dos Santos. **O ensino de matemática no Rio Grande do Norte**: trajetória de uma Modernização (1950-1980). 2008. 392 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14190>. Acesso em 15 nov. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo 2: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus Humanidades, 1999.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo 1**: racionalidade da ação e racionalidade social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Direito e Democracia**: entre faticidade e validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. Editorial Grijalbo, 1972.

JEAN-NOËL, Luc. Introduction. A la recherche du «tout puissant Empire du milieu». L'histoire des lycées et leur historiographie du Second Empire au début du XXIe siècle. In: **Lycées, lycéens, lycéennes, deux siècles d'histoire**. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2005. p. 11-56. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Éducation, 28). Disponível em: www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9239. Acesso em 18 nov. 2018

LAGO, Paulo Fernando. A Universidade e a Faculdade de Filosofia. **O Estado**. Florianópolis, 1961. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>. Acesso em 28 mar. 2019

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Editora Unicamp, Campinas, 5ªed, 2003.

LEMOS, Solon Sales. **Dialética negativa**: formação e resistência em Theodor Adorno. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/7527/1/2013-DIS-SSLEMOS.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019

LIMA, Flavio Renato R. de; PIACENTINI, João José. Pêndulo simples-um método simples e eficiente para determinar g: uma solução para o ensino médio. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**.

Florianópolis, 1 26 (1): 26-29, dez 1984. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/viewFile/5786/14080>.

Acesso em 28 mar. 2019

LOPES, Marcos Henrique Silva. **Como ensinar matemática no curso ginásial**: um manual da CADES e suas propostas para a formação de professores de matemática. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

LOPES, Marcos Henrique Silva; SOUZA, Luzia Aparecida de. “Como ensinar matemática no curso ginásial”: um manual da CADES e suas propostas para a formação de professores de matemática. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em:

<http://seer.ufms.br/index.php/sesemat/article/download/1702/1202>.

Acesso em 28 mar. 2019

_____. O Exame de Suficiência para “recrutamento” de professores para o ensino secundário. **Interfaces da Educação**, v. 9, n. 27, p. 104-131, 2018. Disponível em:

<http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2775>.

Acesso em 28 mar. 2019

MACENA, Marta Maria Maurício. **Sobre formação e prática de professores de Matemática:** estudo a partir de relatos de professores, década de 1960, João Pessoa (PB). 2013. Tese (Doutorado em Educação). Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102121/macena_mm_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 28 mar. 2019

MACHADO, Rosilene Beatriz; FLORES, Cláudia Regina. Quando fui professor de desenho... Reflexões sobre uma formação. **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 15, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/download/14529/12398>. Acesso em 02 nov. 2018.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos geográficos**, n. 2, p. 7-46, 2000.

_____. Vida Regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, n. 2, p. 35-38, 1966. Disponível em: <http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/Vida-regional-em-Santa-Catarina.pdf> Acesso em 02 nov. 2018.

_____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Instituto Brasileiro de**, jul-set de 1965. p. 63-155 Disponível em: <http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-das-Ind%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf>. Acesso em 02 nov. 2018.

MARQUES, Gil da Costa. **Dinâmica do movimento dos corpos.** (Apostila digital). São Paulo, 2012. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/plc/plc0002/impressos/plc0002_11.pdf. Acesso em 02 nov. 2018.

MASSON, Máximo Augusto Campos. **A CADES e a qualificação do magistério:** notas para compreensão sociológica de uma campanha educacional no Brasil dos 50/60. Monografia. (Especialização em educação). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. Ex. do Arquivo UFRJ/PROEDES.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. **Por uma política de formação do magistério nacional**: o Inep, MEC dos anos 1950-1960. INEP, 2008. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/492403. Acesso em 15 nov. 2018.

MENEZES, Anderson de Alencar; NETO, Virgílio Andrade. Os atos de fala e seus desdobramentos na teoria da ação comunicativa. **Cognitio- Estudos: revista eletrônica de filosofia**, v. 14, n. 2, p. 249-260. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/viewFile/35400/24513>. Acesso em 15 nov. 2018.

MORAES, Pedro Bodin de. O programa de estabilização de 1964: balizamento de preços com restrições ao crédito. **Revista Brasileira de Economia**, v. 41, n. 2, p. 137-158, 1987. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/384>. Acesso em 02 nov. 2018.

MORAES, Ana Luisa Zago de et al. **Crimigração**: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Crimianais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/7787>. Acesso em 02 nov. 2018.

MOREIRA, Laura Leal. Breve cenário das políticas públicas de capacitação e aperfeiçoamento de professores de matemática no Estado do Paraná na década de 60. **Anais** do 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática. Disponível em: <http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/download/6270/4605>. Acesso em 10 out. 2018

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Paco Editorial, 2016.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação Brasileira: Os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 59-87, 1997. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf. Acesso em 02 nov. 2018.

NASCIMENTO, Natiane Cristina Costa. **Perspectivas históricas das inflexões curriculares da educação secundária em relação ao ensino de ciências**: estudo com foco nas décadas de 1930 e 1960. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2016.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006. Acesso em 10 out. 2018

NIGRO, Rachel. A virada linguístico-pragmática e o pós-positivismo. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 34, 2009.

Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/download/231/208>. Acesso em 15 nov. 2018.

NÓVOA, António; BANDEIRA, Filomena. **Evidentemente**: histórias da educação. 2005. Disponível em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4810/1/9789724142142.pdf>. Acesso em 18 nov. 2018

NUNES, Clarice. **Escola & dependência**: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Achiamé, 1980.

_____. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos.

Revista Brasileira de Educação, n. 14, 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 15 nov. 2018.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife/PE. 1956. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

O ESTADO. O diário mais antigo de Santa Catarina. Florianópolis. 1950-1965. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Inaê. Oswaldo Rodrigues Cabral e a formação da Antropologia em Santa Catarina. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 1, n. 6, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/altera/article/view/41694>. Acesso em 30 mar. 2019

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de; WERNER Deborah. **Perspectiva histórica do planejamento regional no Brasil**. Nº. 591. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36633/1/S2014194_pt.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

OLIVEIRA, Janete Regina de. **A ordem do bem ensinar: a prática de ensino em livros para professores de Geografia em formação**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072018-104357/publico/JANETE_REGINA_DE_OLIVEIRA_rev.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

OLIVEIRA, Rodrigo Mendes et al. **O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de história em Goiás (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5323/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rodrigo%20Mendes%20Oliveira%20-%202015.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

PAIM, Elison Antônio. Aspectos da construção histórica da região oeste de Santa Catarina. **SÆCULUM–Revista de História**, n. 14, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/11346/6460>. Acesso em 30 mar. 2019

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Educação profissional técnica e suas interfaces com a educação propedêutica de nível médio. **ETD Educação Temática Digital**, v. 14, n. 1, p. 76-95, 2012. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/31275/ssoar-
etd-2012-1-pereira_et_al-
educacao_profissional_tecnica_e_suas.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/31275/ssoar-etd-2012-1-pereira_et_al-educacao_profissional_tecnica_e_suas.pdf?sequence=1). Acesso em 15 nov. 2018.

PESSANHA, Eurize Caldas; DA SILVA ASSIS, Wanderlice; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, v. 42, n. 2, p. 311-330, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6178618.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** Editora Pedagógica e Universitária EDUSP: São Paulo, 1988.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida. MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos**, v. 1960, p. 145-177, 1950. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-
publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492403](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492403). Acesso em 30 mar. 2019

PONTES, João Airton de Matos. **Da suficiência à graduação: percursos da formação em educação física no Ceará, 1950 a 1970**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: [http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=
=f4908af2-147a-4b2a-8323-cc2d0e3d35c7](http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=f4908af2-147a-4b2a-8323-cc2d0e3d35c7). Acesso em 30 mar. 2019

PORTO, Ângela, PONTE, Carlos Fidelis. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos**. 2003, vol.10, p.725-742. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10s2/a13v10s2.pdf>. Acesso em 20 maio 2018.

PRADES, Péricles. A CADES e um imbecil. **O Estado**. Florianópolis, 1964, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>. Acesso em 20 maio 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PUCCI, Bruno. A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. **Revista e-curriculum**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9030>. Acesso em 15 nov. 2018.

PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação: contribuições da teoria crítica para a formação do professor. **Espaço Pedagógico**, v. 8, p. 13-30, 2001. Disponível em: <http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

QUELER, Jefferson José. “Oh! Gegê! vem nos salvar”: propaganda política popular (1945-1953). **Tempo**, v. 21, n. 38, p. 131-150, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n38/1413-7704-tem-21-38-00131.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

RATTNER, Heinrich. Considerações sobre a política salarial no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 8, n. 27, p. 129-149, 1968. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v8n27/v8n27a05.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

ROCHA Daniela da Silva. **A formação de professores de matemática na Bahia (1953- 1971): Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: https://pgefhc.ufba.br/sites/pgefhc.ufba.br/files/daniela_da_silva_rocha_-_dissertacao_-_formacao_de_professores_de_matematica_na_bahia_1953-1971_campanha_de_aperfeiçoamento_e_difusao_do_ensino_secundario.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

ROCHA, Isa de Oliveira; BARBOSA, Aurora Maria Putton; CABRAL, Elisa. Notas sobre a infra-estrutura de transportes terrestres-rodoviário e ferroviário de Santa Catarina (Brasil). **Anais...** EGAL12–12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, v. 12, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasoci economica/Geografiadeltransporte/13.pdf>. Acesso em 15 dez. 2018

RODRIGUES, João Paulo. O projeto da modernidade segundo Habermas. **Griot Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 10, n. 2, p. 189-2014, 2014. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2742-1451074365.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil:(1930/1973)**. 31^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSA, Fabiana Teixeira da et al. **Circulação de ideias sobre a renovação pedagógica do ensino secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos (1956-1961)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/2474/1/118693.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

RIBEIRO, Rafaela Silva. **Quando fui professor de matemática no Lyceu de Goiânia: um estudo sobre a prática docente na década de 1960**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/540>. Acesso em 30 mar. 2019

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, 2009. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/4-souza.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

RUY, Mateus Cazalato; DONAT, Mirian. O conceito de jogos de linguagem nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein. Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. **Anais**, Londrina PR, p. 1-13, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/MateusCRuy.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. 154 p. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas.html>.

_____. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. 173 p. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas.html>.

_____. Lei nº 2.952, de 23 de dezembro de 1961. Denomina Ginásio Presidente Nereu de Oliveira Ramos, o Ginásio Industrial de Itajaí. DO. 6.956 de 27/12/61. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1961/2952_1961_Lei.html. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2.093, de 21 de setembro de 1959. Modifica a lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, nas obrigações e recursos que atribuiu a Fundação Universidade de Santa Catarina. DO. 6.407 de 21/09/59. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1959/2093_1959_Lei.html. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2.664, de 23 de dezembro de 1960. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação, para incorporação ao patrimônio da Universidade de Santa Catarina, e dá outras providências. DO. 6.732 de 24/01/61. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1960/2664_1960_Lei.html. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2048, 5 de agosto de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à União Estudantil Brusquense. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2077 de 14 de agosto de 1959. Autoriza a criação da escola profissional feminina de Itajaí, com a denominação de Escola Profissional Feminina Lucy Corrêa Hulse. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2093, de 21 de setembro de 1959. Modifica a lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, nas obrigações e recursos que atribuiu a Fundação Universidade de Santa Catarina. DO. 6.407 de 21/09/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2134, de 22 de outubro de 1959. Cria escola profissional feminina em Orleães. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2151, de 29 de outubro de 1959. Autoriza o chefe do poder executivo a instalar uma escola profissional, na cidade de Brusque. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2152, de 29 de outubro de 1959. Cria escola profissional feminina na cidade de Joinville. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 2159, de 9 de novembro de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Educandário São Francisco de Capinzal. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955. Autoriza o Poder Executivo a promover a criação da Universidade de Santa Catarina. DO nº 5.488 de 9.11.55. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1955/1362_1955_Lei.html. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada n 459, de 09 de novembro de 1959. Cria escola profissional feminina, na cidade de Joinville. DA. 552 de 13/11/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 390, de 10 de abril de 1959. Aprovado o Termo de Acordo Especial firmado entre Governo do Estado de Santa Catarina e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para a construção de um Centro de Educação Primária Complementar e de nove Pavilhões de

Oficinas de Artes Industriais. DA. 482 de 23/04/59 Disponível em:
<http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 410, de 01 de julho de 1959. Aprova o termo de renovação de acordo celebrado em 26 de fevereiro de 1954 entre o Governo da União e o do Estado, para continuação da instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no município de Araquari e sua manutenção. DA. 510 de 08/07/59. Disponível em:
<http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 432, de 11 de agosto de 1959. Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 à União Estudantil Brusquense. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 434, de 12 de agosto de 1959. Aprova o termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Governo do Estado de Santa Catarina, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria da rede escolar primária. DA. 526 de 20/08/59. Disponível em:
<http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 437 de 27 de agosto de 1959. Autoriza a criação da escola profissional feminina de Itajaí, com a denominação de Escola Profissional Feminina Lucy Corrêa Hulse. DA: 530 de 04/09/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 458, de 09 de novembro de 1959. Autoriza o chefe do poder executivo a instalar uma escola profissional, na cidade de Brusque. DA. 552 de 13/11/59. Disponível em:
<http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 469, de 12 de novembro de 1959. Aprovado o termo de convênio especial, celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para o Ginásio Estadual Pedro II, localizado na Cidade de Blumenau, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M. DA. 557 de 24/11/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 470, de 12 de novembro de 1959.
Aprova o termo de convênio especial, celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para o Ginásio Estadual e Escola Normal Oficial Barão de Antonina localizado na Cidade de Mafra, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M. DA. 558 de 26/11/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 474, de 21 de novembro de 1959.
Autoriza o poder executivo a instalar uma escola profissional feminina no município de Concórdia. DA. 561 de 01/12/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 479, de 30 de novembro de 1959.
Aprova o Termo de Convênio Especial celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para equipamento do Colégio Estadual Dias Velho, localizado na cidade de Florianópolis, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M. DA. 565 de 11/12/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 480, de 30 de novembro de 1959.
Aprova o Termo de Convênio Especial celebrado entre a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, para aquisição de equipamento para Ginásio Estadual Vidal Ramos localizado na cidade de Lajes, através do Fundo Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício de 1956, com recursos da verba própria do F.N.E.M. DA. 565 de 11/12/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Lei Promulgada nº 483, de 03 de dezembro de 1959. Cria escola profissional feminina em Orleães. DA. 565 de 11/12/59. Disponível em: <http://leis.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. Palácio do Governo. **Ofícios expedidos para o Ministério da Educação 1930 a 1954**. Ofício 690 de 11 de junho de 1956. O governador Jorge Lacerda responde à criação da ISES no Estado ao MEC. Ex. do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 1954.

_____. Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei que cria e dispõe sobre a carreira do professor secundário. Ex. do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 1956.

SANTOS, Herbert. Da objetividade a objetivação: conceitos, categorias e significados (uma análise da produção estatística no Brasil). **Estatística e Sociedade**, n. 2 (2012). Disponível em: <https://www.seer.ufg.br/estatisticaesociedade/article/view/36558>. Acesso em 15 nov. 2018.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos. Diário de um flagelado das secas. **O Estado de São Paulo**. 1958 (série de 11 matérias). Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-vida-como-um-flagelado,8973,0.htm>. Acesso em 15 nov. 2018.

SAVOIE, Philippe. **La construction de l'enseignement secondaire (1802-1914): aux origines d'un service public**. ENS éditions, 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/5044>. Acesso em 15 nov. 2018.

SCHEIBE, Leda. A formação pedagógica do professor licenciado-contexto histórico. **Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 31-45, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8316>. Acesso em 15 nov. 2018.

SCHNEIDER, Juliete. **A democratização do acesso ao ensino secundário pela expansão do ciclo ginasial normal em Santa Catarina (1946-1969)**, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91498/251258.pdf?sequence=1>. Acesso em 30 mar. 2019

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 1984.

Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit1.htm>. Acesso em 30 mar. 2019

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. IN FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 273-313, 1999.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 199-228. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

SILVA, Geraldo Bastos. **Apontamentos sobre a Evolução da Administração Federal do Ensino Secundário**. In BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO. Regimento da Diretoria do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1956. PROEDES/UFRJ. Ex. de Arquivo Documentos do acervo de Gildásio Amado, consulta em julho de 2018. p. 31-60

_____. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.

SILVA, Daniela Felisberto da. **Maria Constança Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-grandense**. Dissertação (Mestrado em Educação), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em:

<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/1769>. Acesso em 30 mar. 2019

SILVEIRA, José Carlos da. Da institucionalização da faculdade catarinense de filosofia à criação do ginásio de aplicação: a formação de professores em debate. **Sobre Tudo**, v. 7, n. 01, p. 12, 2017. Disponível em: <http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sobretudo/index>. Acesso em 08 jan. 2018

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. 2000, n.14, p.61-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em 30 mar. 2019

TEIXEIRA, Aniso S. A administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, v. 3, p. 155, 1958. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/848/823>. Acesso em 30 mar. 2019

NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Textos Brasileiros de Pedagogia, Estado da Guanabara, 1962.

TORREZAN, Marlene. Wittgenstein e os jogos de linguagem: novas perspectivas para o conceito de educação. **Perspectiva**, v. 18, n. 34, p. 159-176, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10455/9816>. Acesso em 15 nov. 2018.

TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia; DALLABRIDA, Norberto. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da lei de diretrizes e bases da educação de 1961. **Colóquio" Ensino médio, história e cidadania"-ISSN: 2236-7977**, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: <http://200.19.105.203/index.php/EnsinoMedio/article/viewFile/4066/2787>. Acesso em 30 mar. 2019

SANTOS, Paulo de Tarso. Entrevista concedida a Antônio Abujamra no programa Provocações. São Paulo: Tv Cultura, 2012. Vídeo. Disponível em: http://tvcultura.com.br/videos/5823_provocacoes-128-com-paulo-de-tarso-santos-bloco-01.html. Acesso em 30 mar. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Comissão da Memória e Verdade. **Relatório final da Comissão da Memória e Verdade da UFSC.** (Vol. 1 e 2) Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/641>. Acesso em 30 mar. 2019

_____. **Livro de Registro de Discentes 1955-1965:** Florianópolis. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Livro de Registro de Diplomas 2 e 3 1964-1968.** Florianópolis/SC. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Subclasse Programa de Iniciação à Docência (CADES)** inclui relatórios, correspondências, prestação de contas, fichas de inscrição, exames, resultados. 1960-1970. Florianópolis/SC. Ex. do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VALLE, Ione Ribeiro; DALLABRIDA, Norberto. **Ensino Médio em Santa Catarina:** histórias, políticas, tendências. Cidade Futura, 2006.

VARGAS, Getúlio et al. **Getúlio Vargas.** Brasília: Edições Câmara, 2017. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas_2ed.pdf?sequence=11. Acesso em 30 mar. 2019

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartins_Vasconcelos.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **A escola secundária:** modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX). Annablume, 2003.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Programa de ensino da escola secundária brasileira:** 1850-1951. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

VICENTINI, P. P. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019

VIEIRA, Leticia; DALLABRIDA, Norberto; STEINDEL, Gisela Eggert. Uma análise acerca das classes experimentais do ensino secundário paulista (1955-1964). **Colóquio " Ensino médio, história e cidadania" - ISSN: 2236-7977**, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: <http://200.19.105.203/index.php/EnsinoMedio/article/viewFile/3985/2733>. Acesso em 30 mar. 2019

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia** (editado por Hans Gerth e C. Wright Mills). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia e outros escritos**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. UnB, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig **Tractatus Logico-Philosophicus**, tradução. Luiz Henrique Lopes dos Santos, São Paulo, Edusp, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Philosophische Untersuchungen. Barcelona: Crítica, 1988.

XAVIER, Libânea. Nacif. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950/1960. In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/492403. Acesso em 03 abr. 2019

XXVI Conferência Internacional de Instrução Pública —
Recomendações nº 56: Dispõe sobre orientação escolar e profissional;
nº 57: Dispõe sobre carência de professores primários. **Revista**

Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, vol. XLI, nº. 93: 61-73, jan./mar. 1964. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/495241. Acesso em 30 mar. 2019

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n. 18, p. 29-44, 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf. Acesso em 30 mar. 2019

ANEXOS

Anexo 01

Tabela 1 - Ensino geral, unidades escolares e matrículas, dados nacionais 1947-1949⁴⁵

SINOPSE PRELIMINAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO - 1947-1949			
ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
a) Unidades escolares			
Ensino primário	58.571	66.641	72 128
Secundário	1.524	1.664	1 766
Doméstico	-	-	-
Agrícola	116	117	121
Industrial	1 807	2 054	2 076
Comercial	1 071	887	872
Artístico	931	1 017	1 045
Pedagógico	698	688	708
Superior	344	361	383
Outros ensinos	2 094	2 318	2 349
TOTAL	67 156	75 747	81 448
b) Matrícula geral			
Ensino primário	4 403 444	4 755 914	4 951 369
Secundário	311 887	335 882	360 271
Doméstico	-	-	-
Agrícola	11 655	11 414	10 271
Industrial	87 249	95 016	98 381
Comercial	91 867	91 785	87 709
Artístico	23 244	25 720	27 840
Pedagógico	31 130	32 704	35 647
Superior	30 715	34 544	37 589
Outros ensinos	207 681	235 641	231 643
TOTAL	5 198 872	5 618 620	5 840 720

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1951. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, 1952.

⁴⁵ I - Os dados referentes a 1947 são definitivos e retificam os publicados no "Anuário" anterior; os de 1948 com exclusão do ensino primário também são definitivos; os de 1949 são provisórios.

II - Em virtude da relevância dada ao ensino agrícola, pela Lei Orgânica que criou e reorganizou os seus cursos, passou o mesmo a constituir uma categoria à parte, desaparecendo a categoria de ensino doméstico, cujos resultados, a contar de 1947, estão incluídos em "outros ensinos", onde era computado anteriormente o ensino agrícola

Anexo 02

Tabela 2 - Ensino Geral, unidades escolares e matrículas, dados de Santa Catarina/Florianópolis 1947-1949⁴⁶

SINOPSE PRELIMINAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO 1947- 1949				
ESPECIFICAÇÃO	1947		1948/1949	
a) Unidades escolares	SC	Florianópolis	SC	Florianópolis
Ensino primário	3.192	138	3.431	155
Secundário	28	5	33	5
Doméstico	-	-	-	-
Agrícola	3	-	2	-
Industrial	24	14	27	14
Comercial	16	5	20	3
Artístico	9	2	12	2
Pedagógico	30	5	53	5
Superior	2	1	3	3
Outros ensinos	45	16	53	16
TOTAL	3.349	185	3.634	203
b) Matrícula geral				
Ensino primário	188.004	10.421	211.500	10.997
Secundário	3.648	1.123	4.969	1.482
Doméstico	-	-	-	-
Agrícola	158	-	70	-
Industrial	665	405	916	474
Comercial	730	362	1.038	341
Artístico	220	132	204	14
Pedagógico	1.637	533	2.646	338
Superior	82	75	128	128
Outros ensinos	2.125	721	2.730	1.167
TOTAL	197.269	13.772	224.201	14.941

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1951. Rio de Janeiro: IBGE, vv. 11 e 13, 1951; 1953.

⁴⁶ I - Inclusive os dados referentes ao Distrito Federal. Os dados referentes ao ensino primário são provisórios.

II - Os dados referentes aos entes federados dos anos de 1948 e 1949 são apresentados agrupados no resultado estatístico do ano de 1949 conforme notação da própria edição do anuário estatístico de 1953, a representação adotada respeita a notação oficial.

Anexo 03

Tabela 3 - Ensino Geral - unidades escolares, corpo docente e matrícula geral, dados de Santa Catarina 1953-1954

ANO	UNIDADES ESCOLARES								
	Total	Segundo as categorias do ensino							
		Secundário	Agrícola	Industrial	Comercial	Artístico	Pedagógico	Superior	Outros ensinos
1 953	239	40	2	8	16	7	70	3	93
1 954	239	43	2	7	16	2	75	3	91
2. CORPO DOCENTE									
1 953	1 600	455	10	93	142	12	537	46	305
1 954	1 620	485	11	88	167	11	542	46	270
3. MATRICULA GERAL									
1 953	18 478	7 390	86	180	1 333	221	4 324	459	4 485
1 954	20 230	7 994	89	225	1 601	187	4 891	552	4 891

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1954-1955. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13 e 16, 1954-1955.

Anexo 04

Tabela 4 - Ensino geral, variante corpo docente Brasil/Santa Catarina/Florianópolis 1947-1949

PAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS /ANO		CORPO DOCENTE									
		Segundo as categorias do ensino									
		Total	Ensino primário	Ensino secundário	Ensino agrícola	Ensino industrial	Ensino comercial	Ensino artístico	Ensino pedagógico	Ensino superior	Outros ensinos
BRASIL	1947	175.506	113.011	21.759	1.162	7.505	9.463	2.609	6.329	5.117	8.551
	1948	189.708	123.932	23.712	1.216	8.203	8.646	2.805	6.300	5.451	9.443
	1949	199.887	130.937	25.053	1.295	8.430	8.690	2.919	6.859	5.610	10.094
SC	1947	5.895	4.909	276	13	128	128	11	254	19	157
Florianópolis		702	320	72	—	110	57	4	58	17	64
SC	1948	6.423	5.291	313	14	126	94	13	318	45	209
Florianópolis		728	327	80	—	111	34	5	58	41	72
SC	1949	6.867	5.571	335	10	148	137	16	427	43	180
Florianópolis		748	330	89	—	125	35	5	81	43	40

FONTE: Anuário estatístico do Brasil 1952-1953. Rio de Janeiro: IBGE, vv. 12 e 13, 1952-1953.

Anexo 05

Tabela 5 - Ensino Geral - unidades escolares, corpo docente e matrícula inicial, dados nacionais e estaduais 1957-1959

UNIDADES ESCOLARES, CORPO DOCENTE E MATRÍCULA INICIAL, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1957-1959																				
UNIDADES DA FEDERAÇÃO		UNIDADES ESCOLARES, CORPO DOCENTE E MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO LETIVO																		
		Total			Segundo os ramos de ensino															
					Ensino secundário			Ensino comercial			Ensino industrial			Ensino agrícola			Ensino normal			
Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula inicial
BRASIL	1 957	5.496	73.121	903.559	2.937	44.602	667.647	1.056	11.435	139.162	401	5.792	19.131	64	665	3.671	1.038	10.627	73.948	
	1 958	5.955	79.647	989.700	3.221	49.042	732.285	1.167	12.861	155.014	389	5.644	20.512	74	699	4.371	1.104	11.401	77.518	
	1 959	6.348	86.937	1.076.201	3.435	53.284	791.690	1.256	14.370	171.994	420	6.063	22.312	88	919	5.679	1.149	12.301	81.526	
SANTA CATARINA	1 957	162	1.490	18.339	51	620	10.209	24	229	2.528	1	30	288	—	—	—	86	611	5.314	
	1 958	186	1.715	21.429	55	676	11.239	32	293	3.316	7	102	329	—	—	—	92	644	6.545	
	1 959	193	1.745	23.915	58	682	12.605	33	333	3.476	7	34	338	—	—	—	95	696	7.496	

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18-20, 1957-1959.

Anexo 06

Tabela 6 - Ensino médio em geral cursos existentes, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa 1964-1971

CURSOS EXISTENTES, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 1964-1971																
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	CURSOS														
		Total geral	Ginásial						Colegial							
			Total	Segundo a dependência administrativa				Particular	Total	Segundo a dependência administrativa				Particular		
				Público						Público						
Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular				
Santa Catarina	1964	295	210	114	4	107	3	96	85	12	2	10	—	73		
	1965	327	227	131	4	124	3	96	100	23	3	20	—	77		
	1966	407	285	168	4	163	1	117	122	31	2	29	—	91		
	1967	463	322	190	5	184	1	132	141	40	4	36	—	101		
	1968	518	362	229	4	222	3	133	156	49	6	43	—	107		
	1º ciclo								2º ciclo							
	Anos	Total geral	Total	Segundo a dependência administrativa					Total	Segundo a dependência administrativa						
				Público						Particular	Público					Particular
	1969	537	378	254					124	159	54					105
	1970	558	393	271					122	165	61					104
	1971	504	377	289					88	127	51					76

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1.964-1.971. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25-33, 1965-1972.

Anexo 07

Tabela 7 - Ensino secundário professor-curso segundo o ciclo didático e a dependência administrativa 1964-1971

CORPO DOCENTE, PROFESSOR-CURSO, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1964-1971																
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	CORPO DOCENTE (Professor-curso)														
		Total geral	Segundo o ciclo didático				Segundo a dependência administrativa									
			Ginásial		Colegial		Público								Particular	
			Total	Feminino	Total	Feminino	Total		Federal		Estadual		Municipal		Total	Feminino
				Total	Feminino	Total	Feminino	Total	Feminino	Total	Feminino	Total	Feminino	Total	Feminino	
	1 964	1.277	1.101	519	176	37	452	179	—	—	416	162	36	17	825	377
	1 965	1.427	1.229	572	198	39	494	203	6	3	464	188	24	12	933	408
	1 966	1.576	1.357	626	219	40	535	226	12	6	511	214	12	6	1.041	440
Santa Catarina		Total geral	1º ciclo						2º ciclo							
			Total	Segundo a dependência administrativa				Total	Segundo a dependência administrativa							
				Público		Particular			Público		Particular					
				Total	Feminino	Total	Feminino		Total	Feminino	Total	Feminino				
	1969	2.685	2.221	992	585	1.229	560	464	238	85	226	48				
	1970	3.322	2.776	1.539	945	1.237	539	546	282	85	264	56				
	1971	2.779	2.151	1.262	705	889	408	628	394	89	234	70				

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1963-1971. Rio de Janeiro: IBGE, vv. 26-33, 1965-1972.

Anexo 08

Tabela 8 - Ensino Secundário cursos existentes segundo o ciclo didático e a dependência administrativa, por unidades da federação 1969-1970

CURSOS EXISTENTES, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 1969- 1970												
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	CURSOS										
		Total geral	1º ciclo				2º ciclo					
			Total	Segundo a dependência administrativa		Total	Segundo a dependência administrativa					
				Público	Particular		Público	Particular				
Brasil	1969	7.955	6.297	2.780	3.517	1.658	834	824				
	1970	8.707	6.791	3.191	3.600	1.916	965	951				
Santa Catarina	1969	155	125	35	90	30	10	20				
	1970	165	131	40	91	34	13	21				
MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA												
Brasil	Anos	Total geral	Total	Público		Particular		total	Público		Particular	
				total	feminino	total	feminino		total	feminino	Total	feminino
	1969	2.689.458	2.294.616	1.371.835	691.487	922.781	478.935	394.842	267.897	109.560	126.945	41.676
1970	3.053.255	2.590.889	1.650.472	829.608	940.417	488.606	462.366	315.706	144.123	146.660	54.394	
Santa Catarina	1969	47.804	41.517	19.670	9.135	21.847	8.831	6.287	3.771	906	2.516	483
	1970	61.349	53.230	31.184	13.962	22.046	9.241	8.119	4.848	1.289	3.271	814

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

Anexo 09

Tabela 9 - Matrículas e cursos técnicos em Santa Catarina 1969-1970

Matrículas e cursos técnicos em Santa Catarina 1969-1970										
	COMERCIAL		INDUSTRIAL		AGRÍCOLA		NORMAL		GOT	
ANO	UN	MAT	UN	MAT	UN	MAT	UN	MAT	UN	MAT
1969	68	9.534	9	2.612	6	711	290	46.706	7	1.238
1970	68	11.374	10	3.186	6	763	298	67.559	9	1.423
1971	54	9.388	10	3.569	8	1.005	179	33.986	138	23.064

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1969-1972. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972.